

A-599

**I MESTRADO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

UNIDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

#

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais

“Desenvolvimento local: o caso de Santa Bárbara de Nexe”

1997

Candidato: Nelson Brito Silveira

Orientador: Professor João Pinto Guerreiro

A-559

I MESTRADO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

UNIDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

#

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Resumo da dissertação

“Desenvolvimento local: o caso de Santa Bárbara de Nexe”

Candidato: Nelson Brito Silveira

Orientador: Professor João Pinto Guerreiro

Com o presente estudo pretendeu-se contribuir para o lançamento da discussão sobre as virtualidades e das falhas inerentes aos actuais modelos de **desenvolvimento regional**, procurando relacioná-las com a problemática do **desenvolvimento local** e tendo em conta as constantes transformações que a economia mundial tem vindo a atravessar. Essa discussão foi confrontada com o estudo de um caso específico: a Freguesia rural de Santa Bárbara de Nexe, integrada no Concelho de Faro, cidade capital de Distrito e de Província.

O estudo está dividido em três grandes blocos: a problemática do desenvolvimento local, a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe e as alternativas de desenvolvimento da Freguesia.

No primeiro bloco começam por ser focadas as aproximações teóricas ao desenvolvimento local para depois serem expostas as razões e obstáculos ao desenvolvimento das **regiões dispersas**. Seguidamente são confrontadas as diferentes estratégias existentes de desenvolvimento regional.

Segue-se a conclusão onde são confrontadas as actuais políticas de desenvolvimento regional e local com a nova dinâmica imprimida à economia mundial devido ao advento da **globalização**. É aflorada a questão da regionalização.

O segundo bloco é totalmente dedicado à caracterização da Freguesia nas mais variadas vertentes, tentando diagnosticar os seus problemas e as suas potencialidades.

Finalmente, no terceiro e último bloco são identificadas as alternativas de desenvolvimento da Freguesia tendo em conta o enquadramento legal promovido pelo PROT Algarve e pelo PDM, bem como as potencialidades e debilidades encontradas.

Foi construída uma matriz estratégica onde é identificado o objectivo último definido para a Freguesia: afirmar a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe com um centro habitacional de qualidade alternativo a Faro. Nele são definidas as estratégias, os objectivos específicos e os programas para poder alcançar tal desiderato.

Por último, na conclusão final são confrontadas as restrições do PDM de Faro e a forma como está concebido, com as novas tendências do desenvolvimento regional e local e com a deficiente integração territorial do Concelho, dando relevo ao deficiente desenvolvimento das freguesias rurais, em particular de Santa Bárbara de Nexe.

I MASTERS IN ENTREPRENEURIAL AND ECONOMIC SCIENCES

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

UNIDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

#

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Thesis summary

“Local Development: case study of Santa Bárbara de Nexe”

Candidate: Nelson Brito Silveira

Supervisor: Professor João Pinto Guerreiro

The objective of this study is to contribute to the launch of the discussion about the virtues and failures of **Regional Developments** present models, trying to relate them with the problem of **Local Development**, and taking into account the constant changes which the world economy is going through.

This discussion has been analysed in terms of a specific case study: the rural Parish of Santa Bárbara de Nexe, part of the Burrough of Faro, the District and Province Capital.

The study is divided into three major areas: the problem of Local Development, the Parish of Santa Bárbara de Nexe and the alternatives of the Parish's development.

In the first area we start by analysing the theoretical approaches to Local Development in order to present the reasons and obstacles to the development of the **regions of small population**.

Next the different existing strategies of Regional Development are then analysed.

In the conclusion of this part, these politics are related with the new dynamic brought about the arrival of **Globalization** and the issue of the Regionalization is considered.

The second area is totally dedicated to the characteristics of the Parish, in various angles, trying to diagnose its problems and potencialities.

In the third and last area the development alternative of the Parish are identified taking into account the legal requirement promoted by "PROT Algarve" and the "PDM", as well as potencialities and failures encountered.

A strategy matrix was designed where the main objective of the Parish is identified: nominating the Parish of Santa Bárbara de Nexe as an alternative of a quality habitational centre to Faro. In the matrix the strategies, specific objectives and the programs necessary to achieve the desired results, are defined.

Lastly, in the final conclusion the restrictions of the "PDM" of Faro are analysed as well as the manner in which it is conceived, with the new tendencies of regional and local development and with the deficient territorial integration of the Burrough, highlighting the deficient development of the rural parishes, focusing on Santa Bárbara de Nexe.

“Se o desenvolvimento não se reduz à sua dimensão local, é, porém, a essa escala, que a vida é efectivamente vivida e que, portanto, o desenvolvimento se concretiza.”

In Henriques, José Manuel; “Municípios e desenvolvimento”, pp 12
Escher publicações, Lisboa, 1990

REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fundamentos do desenvolvimento local

A Revolução Industrial, que se fez sentir a partir do Século XVIII, potenciou um desenvolvimento económico e social sem precedentes na história. No entanto, os seus efeitos benéficos foram sentidos em diferentes níveis, não tendo por isso impactes homogéneos quer sobre o Homem, quer sobre os países, quer sobre as regiões. O presente estudo irá debruçar-se apenas sobre os diferentes impactes sentidos nas regiões e, em termos mais restritos, a nível local, nomeadamente em freguesias predominantemente rurais.

A desigual repartição inter regional do crescimento, moldou a distribuição dos homens e das actividades pelas regiões. A concentração sistemática de novas actividades levou a um desajustamento espacial entre a oferta e a procura originando importantes movimentos migratórios. De uma situação eminentemente rural, o mundo ocidental passou para uma crescente concentração urbana. Após um período inicial de euforia verificou-se que as grandes metrópoles, com forte poderio económico, se opunham zonas rurais com fracas densidades populacionais e índices de desenvolvimento preocupantemente fracos.

Foram então criadas políticas de correcção desses desequilíbrios espaciais assentes no pressuposto que bastaria favorecer o aparecimento de novos grupos de actividades nas zonas rurais, beneficiando de salários baixos, para que a repartição do rendimento tomasse uma configuração mais equitativa. A avaliação dessas estratégias correctivas não é nada simpática, pelo que a planificação regional tradicional começou a ser posta em causa na década de 70. Verificou-se que, com aquelas políticas, não existiam sinais significativos da diminuição das disparidades espaciais nas condições de vida das populações e que as unidades produtivas de grande escala acabaram por segregar as estruturas produtivas de pequena escala, concentrando-se nos pólos de desenvolvimento e desintegrando os circuitos económicos regionais e locais.

Nesse sentido, têm vindo a surgir propostas que visam formular novas estratégias redistributivas em que o principal objectivo não se restringe apenas à eficiência económica, mas sim à procura de um equilíbrio sócio-económico mais lato que considere o nível e a qualidade de vida das populações.

O desenvolvimento regional tem vindo a assumir pronunciado protagonismo nos últimos anos em Portugal, particularmente depois da nossa entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Na verdade, e apesar da profusão de estudos publicados sobre a problemática do desenvolvimento, é um facto indesmentível que no nosso país não existia uma política regional implementada de forma sistemática. Com o ingresso na Comunidade as imensas assimetrias regionais existentes tornaram-se mais visíveis quer em termos internos, quer em comparação com as regiões dos outros países membros, porque o desenvolvimento integrado dos diversos países membros só podia ser optimizado desde que todos tivessem estádios de modernização

equivalentes. Assim, no âmbito das necessidades de coesão económica e social foram estabelecidos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) aos diversos países, sendo Portugal um dos mais carenciados.

Desenvolvimento regional:

termo que engloba mudanças positivas verificadas na produtividade de uma região e que normalmente são medidas pelos níveis de emprego, rendimento, consumo, pelo valor acrescentado aos produtos e pela densidade populacional. Refere-se também ao desenvolvimento social tal como a qualidade de vida e saúde públicas e a protecção ambiental.

Fonte: Bingham, Richard D.; Mier, Robert; Theories of Local Economic Development, Sage Publications, Newbury Park-California, 1993

No entanto, existem reservas relativamente à eficácia no nosso país dos instrumentos disponibilizados pela Comunidade. As decisões sobre as prioridades de desenvolvimento estão demasiado centralizadas não permitindo uma distribuição eficaz dos recursos, assumindo particular importância a necessidade de criação das regiões administrativas com capacidade de articular, a um nível intermédio, as intervenções públicas. Por outro lado, a crescente internacionalização da economia portuguesa está a provocar impactos negativos na sua organização espacial provocando maiores assimetrias inter-regiões: subdesenvolvimento das regiões do interior, depressão das regiões de tradicional industrialização, agravamento da concentração urbana, ...

Essas situações não têm passado despercebidas aos especialistas que acompanham a evolução dos QCA's, que insistem na necessidade de uma maior integração dos fundos estruturais, para além de apoiarem mudanças nas acções de âmbito regional através de iniciativas de desenvolvimento local. Estas iniciativas, já integradas experimentalmente na arquitectura do II QCA através de um novo programa a que se deu o nome de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), consubstanciam importantes mudanças nas acções regionais e vêm demonstrar a crescente importância concedida ao desenvolvimento local. O objectivo é promover iniciativas de desenvolvimento local, nomeadamente apoiar os pequenos empreendimentos, os quais devem abranger os sectores em reestruturação e serviços de base local.

Verifica-se, que os temas relacionados com o local entraram no discurso sócio-económico em resultado do esgotamento de um modelo de desenvolvimento que, por um lado, era tendencialmente homogeneizador e, por outro, se baseava na lógica da dicotomia centro/periferia.

Os locais que, consoante a abrangência que se pretenda estudar, podem ser sítios, aldeias, cidades, regiões e mesmo países, têm ciclos de vida que podem ser semelhantes às empresas. No caso vertente, o estudo irá incidir sobre uma Freguesia rural pelo que os locais, neste contexto, terão que ser entendidos como sendo de pequena dimensão e com fraca densidade populacional. Ao longo deste trabalho irá também ser utilizado o termo região dispersa a que se pretende dar um sentido idêntico.

Os locais tanto podem gozar de prosperidade como enfrentar problemas de maior ou menor gravidade que poderão trazer complicações irreversíveis. Tal como as empresas, têm de produzir bens e serviços, desenvolvendo produtos, mercados e clientes. Esses problemas têm a ver tanto com os aspectos fiscais como com as condições económicas existentes.

Cada local está sujeito a um crescimento interno e a ciclos de declínio, expondo-se também a choques externos que não pode controlar ou mesmo influenciar.

Numa fase de internacionalização o local de implantação das indústrias era um factor crítico de sucesso pois o importante era o acesso a matérias primas que era um recurso imóvel ou com escassa mobilidade. O modelo de desenvolvimento empresarial, industrial e comercial, assentava nas vantagens competitivas ao nível dos custos de produção.

Na fase actual, apelidada de globalização, os avanços tecnológicos nas comunicações, transportes e produção originaram profundas mudanças no modo como as pessoas vivem, trabalham e comunicam. O crescimento demográfico associado ao crescimento económico origina aumento de trocas de bens e serviços e os avanços tecnológicos possibilitam o fluxo de comunicações que sustentam o aumento de trocas.

A tecnologia orienta o mercado e afecta profundamente o emprego. O desenvolvimento a uma escala global origina que as economias regionais se convertam em partes interdependentes de uma economia mundial integrada.

Globalização:

conjunto de processos que torna possível a concepção, produção, distribuição e consumo de produtos, processos e serviços à escala mundial, utilizando instrumentos organizados e tornados acessíveis numa base também mundial.

Fonte: Victor Sequeira Roldão in “Expresso” de 25/05/96

O território das empresas já não é assim delimitado pelos recursos naturais ou pela disponibilidade de mão de obra. É antes um território sem fronteiras fixadas e marcadamente aleatório na medida em que depende das escolhas estratégicas das organizações. Por isso mesmo os locais deixam de

ser lugares preenchidos pelas empresas, para passarem a ser centros de relações mobilizáveis e espaços de gestão de recursos já disponíveis.

A concorrência acelera o ritmo e a intensidade das alterações económicas e sociais, mesmo no mais pequeno e remoto dos locais. Nesta nova realidade, cada local tem que competir com outros procurando afanosamente por vantagens competitivas. É que os negócios têm liberdade de deslocação e são capazes de melhor se adequarem às modificações do seu ambiente do que os locais.

Os locais têm que adquirir uma forte identidade sócio-económica e cultural para que não sejam apenas mobilizados por factores externos e serem capazes de criar sinergias e de adensar as suas relações internas. José Reis ⁽¹⁾ atribui a essa identidade o conceito de sistema produtivo local.

Sistema produtivo local:

espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não-metropolitano, definido simultaneamente por condições produtivas próprias, por formas de representação colectiva e por condições sócio-económicas e territoriais significativamente relacionadas com os modos de reprodução social predominantes.

Fonte: José Reis (1992)

Este autor relaciona este conceito com o que considera constituírem as condições mínimas para que ocorra desenvolvimento local, ou seja:

- a existência de limiares de densidade demográfica;
- a instituição de sistemas de inter-relações locais;
- o desenvolvimento de culturas técnicas e institucionais locais;
- capacidade de negociação externa.

Da análise a estas condições infere-se que abaixo de certos níveis de população qualquer lógica de desenvolvimento local será posta em causa. A densidade demográfica leva-nos então à densidade organizacional, ou seja, ao nível de relacionamento entre as empresas, associações e/ou instituições locais. É necessário criar uma dinâmica para superar aquilo que o autor designa de “insularidade” das organizações locais. A criação dessa dinâmica dará lugar a um processo de especialização baseada na matriz produtiva local desenvolvendo-se assim uma cultura técnica.

⁽¹⁾ Reis, José; Os espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal, Porto, Afrontamento, 1992

José Reis (1992) conclui que, ao criar essa cultura, o sistema local gerou capacidades de representação colectiva para negociar a sua posição no exterior.

Por seu lado, Brandão Alves ⁽²⁾ vem acentuar que a globalização, para além de criar novos riscos de marginalização para os espaços de menor dimensão, pode igualmente suscitar novas oportunidades. Adianta algumas condições necessárias mas não suficientes para que o desenvolvimento local possa retirar vantagens da globalização.

Na fase da internacionalização, os espaços locais relacionavam-se com espaços de nível imediatamente superior ou com outros espaços da mesma dimensão. Ou seja, existia uma lógica hierárquica em que seria impensável um relacionamento internacional.

Neste quadro a fase de globalização vem agora criar alternativas de desenvolvimento que anteriormente não eram admissíveis pois o relacionamento entre espaços locais torna-se possível independentemente da distância e da contiguidade física. Assim os locais têm que ser eficientes tanto a nível local como a nível internacional pois têm que ser competitivos tanto no plano interno como no plano externo.

“Um espaço será cada vez mais território quanto mais souber criar e determinar densidade (rede) nas suas relações com os outros territórios e não apenas no seu interior, valorizar a sua cultura, incluindo a sua cultura técnica, não como barreira ao diálogo com outros espaços e outras culturas, mas precisamente como elemento positivo e valorizador das suas especificidades, endogeneizando o que de positivo souber encontrar nos vários elementos componentes da rede” (Brandão Alves - idem).

A distância económica passa a ser mais importante que a distância física e verifica-se que a velocidade da primeira é incomensuravelmente maior que a da segunda. Conclui, pois, o autor que não se pode afirmar de ânimo leve que as oportunidades criadas com a globalização sejam inferiores às que existiam na fase de internacionalização.

Aproximações teóricas ao desenvolvimento local

Surge então como perfeitamente legítima, a necessidade de escarpelizar os problemas de desenvolvimento a um nível mais restrito, mais micro. Tratam-se de estudos que se enquadram em políticas de desenvolvimento regional, mas que pretendem abordar os problemas a nível local procurando assim dar respostas concretas e concertadas às necessidades sentidas, o que aquelas políticas, por serem mais abrangentes, normalmente não conseguem.

São várias as aproximações teóricas a essa problemática, identificando-se nas linhas seguintes os vectores que as norteiam.

⁽²⁾ Alves, Manuel Brandão; *As Possibilidades do Desenvolvimento Local*, Lisboa, Edições SPER, s/ data

Abordagem segundo a insatisfação das necessidades

Para José Manuel Henriques ⁽³⁾ a satisfação das necessidades humanas básicas determina a razão pela qual o homem se organiza em sociedade.

Com efeito, as necessidades humanas não só têm origem biológica como também têm origem no processo de socialização levado a cabo pelo homem. Ou seja, os indivíduos poderão experimentar necessidades de que não têm consciência e estão presentes nas suas motivações, atitudes e comportamentos, assim como podem ter consciência de necessidades que o não são de facto.

Detlef Schwefel ⁽⁴⁾ encontrou no conceito de interiorização o instrumento conceptual de maior utilidade para determinação da génese social da interpretação subjectiva de necessidades, assim como dos comportamento adequados à sua satisfação. A génese histórica e social da interiorização traduz-se por um aumento crescente da pressão social para o autocontrolo, ou seja, encontra-se associado a transformações profundas na qualidade dos afectos e das atitudes, na relação dos humanos entre si e consigo próprios, no que se convencionou apelar de processo de civilização. Admitir a génese social da interiorização é admitir a possibilidade da génese social da consciência e da não consciência, das necessidades e da sua insatisfação assim como dos comportamentos mais adequados à sua satisfação.

Por seu lado, o conceito de necessidade básica surge a partir do conceito de sobrevivência. Com efeito, a garantia de sobrevivência material constitui o núcleo central da dimensão básica das necessidades humanas. Para Henriques, a sobrevivência material, em sentido estrito, corresponde à ausência de saúde, ou seja, o conceito de saúde tem correspondência directa no conceito de sobrevivência no sentido atrás exposto. Para além disso rejeita a universalização de prioridades, isto é, pressupõe uma concepção não hierárquica das necessidades básicas. Assim, segundo o mesmo autor, “O conceito de necessidades básicas não será usado, portanto, no sentido da definição de objectivos prioritários relativamente ao *output* do processo produtivo nem no sentido da identificação e hierarquização de necessidades de satisfação prioritária.”

As necessidades humanas básicas não são passíveis de satisfação unicamente através de comportamentos de consumo. É um dado adquirido o facto de que existe um nível não evitável de insatisfação de necessidades básicas. O problema não reside na sua satisfação mas sim na consciência crítica da insatisfação e das suas causas. Implica o reconhecimento do comportamento humano individual e o problema coloca-se assim na identificação do quadro social que melhor propicie a elaboração individual e colectiva da satisfação possível e da insatisfação inevitável.

⁽³⁾ Henriques, José Manuel; *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher Publicações, 1990

⁽⁴⁾ Schwefel, D.; *Grundbedürfnisse und Entwicklungspolitik*, Baden-Baden, 1978, citado por Henriques (1990)

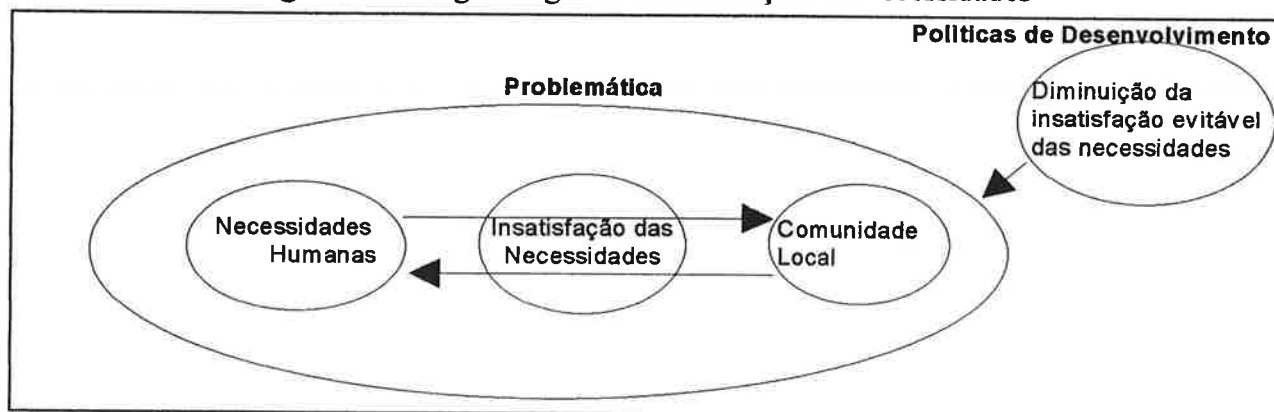
José Manuel Henriques (1990) identifica um quadro social assente na comunidade local. Neste contexto, Suttles ⁽⁵⁾ definiu comunidade local como uma estrutura parcial da sociedade mais global, caracterizada por aglutinar grupos de pessoas que partilham o território no qual se desenrola o seu quotidiano e partilham igualmente representações colectivas sobre esse território que, assim, adquirem valor comunicativo.

Já Henriques (1990) define-a como “(...) unidade territorial de desenvolvimento que (...) será entendida como *comuna*, ou *comunidade ecológica* no seio da qual a intervenção pode ser orientada para a construção de *comunidades de interesses* que possam, por sua vez, agir como núcleos de animação para a mobilização da população da comuna para a construção de projectos colectivos.”

Assim, a insatisfação evitável de necessidades básicas difere de pequena região para pequena região e pressupõe abordagens centradas na comunidade para a detecção de problemas fundamentais no contexto cultural específico. A resposta à insatisfação das necessidades humanas pressupõe soluções adequadas à especificidade dos problemas de cada comunidade local. É ao nível da comunidade local que adquire significado concreto o processo de socialização, onde se exprimem as relações sociais e as formas em que os indivíduos podem estar ligados e dependentes uns dos outros para além das relações de vizinhança.

É, pois, a partir da relação entre a satisfação das necessidades básicas e a comunidade local que Henriques parte para a problemática do desenvolvimento local. A resposta à insatisfação das necessidades implica encontrar soluções que tenham em conta os problemas inerentes a cada local. Nesse sentido toma grande preponderância a dimensão local do desenvolvimento em que a participação de toda a comunidade assume-se como condição indispensável para a diminuição da insatisfação das necessidades da população.

Fig. 1 - Abordagem segundo a insatisfação das necessidades



⁽⁵⁾ (Suttles, G.; The Social Construction of Communities, Chicago, 1972, citado por Henriques (1990)

Abordagem segundo os efeitos externos

Já Roger Piccand ⁽⁶⁾ parte da relação entre os conceitos de efeito externo e região dispersa para também reflectir sobre os problemas que afectam o desenvolvimento local.

A ciência económica regional, que estuda a distribuição das pessoas e das actividades económicas no espaço, sendo uma ciência social, enferma da dificuldade de definição das principais variáveis que determinam essa mesma distribuição.

É que factores irracionais, logo de difícil quantificação, como seja, por exemplo, o apego à terra onde nasceu, podem constituir o motivo principal para escolha de residência de um indivíduo.

Roger Piccand considera o conceito “efeito externo” como um instrumento fundamental para organizar a utilização do espaço em função de motivações objectivas e subjectivas do indivíduo. Para o enquadramento deste trabalho o termo externalidade será considerado como um sinónimo de efeito externo e será abordada a sua aceção mais lata e num campo temporal dinâmico.

O conceito tem já um século de existência e o seu grau de aplicação tem-se expandido, acompanhando o protagonismo crescente da problemática do ambiente.

Efeito externo:

O efeito externo existe sempre que um elemento da organização social, sendo económica e juridicamente independente, veja a sua função de lucro ou de utilidade, positivamente (efeito externo positivo) ou negativamente (efeito externo negativo) afectada pelas acções de outros elementos do mesmo tipo ou pelo meio em que aquela evolui, sem que esse impacto exógeno seja repercutido pelo sistema de preços ou por uma compensação pecuniária positiva ou negativa.

Fonte: Piccand (1984)

Num contexto social que tende a aproximar os indivíduos e as empresas, e em que as ligações tendem a multiplicar-se, este conceito assume particular preponderância.

Todos os componentes de um sistema e que, como tal, interajam entre si, podem emitir e receber efeitos externos. Por exemplo o fumo do cigarro de uma pessoa que vai ao lado de outra no metro provoca uma externalidade negativa sobre esta última e, em menor grau, sobre outras pessoas que vão na mesma composição. Já o mesmo não acontece se for aberta uma loja de

⁽⁶⁾ Piccand, R., *Création d'Effets Externes Positifs dans les Régions Dispersées*, Fribourg (Suíça), 1984

vestuário junto da casa de um indivíduo com criações que ele está receptivo a comprar. Neste caso, para ele, tratar-se-á de uma externalidade positiva.

Para os teóricos de políticas de desenvolvimento, o objectivo principal é avaliar a eficiência das medidas preconizadas, que não é mais do que a criação de efeitos externos positivos. Logo torna-se necessário quantificar as externalidades, condição que é evidenciada pela comparação das curvas de oferta e de procura de duas empresas.

Imagine-se uma empresa que actuando em concorrência pura e perfeita não emite nem economias nem deseconomias externas (externalidades positivas e negativas, respectivamente). Vende todos os produtos a um preço que os consumidores entendem como sendo aquele que estão dispostos a pagar pelas mesmas quantidades.

Por oposição, imagine-se uma outra empresa que actua em regime de monopólio e que emite externalidades positivas porque coloca no mercado um produto por um preço inferior ao que este estava disposto a comprar, mas que ao mesmo tempo emite externalidades negativas devido a um processo muito poluente de produção. Isso origina diferenças nos benefícios marginais sociais e privados, bem como nos custos marginais.

Ou seja, não é possível determinar o preço de um produto que permita quer o benefício, quer o custo social marginal. Para sabê-lo ao certo seria necessário quantificar todas as externalidades geradas pelos processos de produção e de consumo do produto em questão.

Saliente-se que a presença de externalidades decorre da imperfeita apreensão que o sistema de preços faz da influência que uma empresa exerce sobre o seu ambiente físico e/ou económico.

Aquelas dificuldades de quantificação encontram-se noutras situações de mercado.

Como já foi dito atrás, Piccand relaciona o efeito externo com um novo conceito a que ele dá o nome de região dispersa. Passemos então a escalpelizar esse conceito.

Ao longo dos séculos, o homem passou por várias fases de socialização que Gravier ⁽⁷⁾ divide em três etapas intimamente ligadas às matérias e às técnicas utilizadas: a primeira, época dominada pela água e pela madeira, implicava uma dispersão extrema; a segunda, correspondendo ao surgimento da metalurgia e do carvão, repercutiu-se numa concentração urbana e industrial; finalmente a terceira, influenciada pelo surgimento de novas tecnologias e formas de energia, caracteriza-se pela maior liberdade dada ao indivíduo para a escolha da localização do seu trabalho e da sua residência.

É precisamente nesta última, na qual estamos inseridos, que os problemas espaciais assumem pleno significado, pois surge a escolha entre a concentração e a dispersão espacial das actividades.

Convém introduzir então, para melhor compreensão desta problemática de dispersão do homem no espaço, as unidades de medida existentes para determinar a densidade física da população de

⁽⁷⁾ Gravier, J.; *Économie et Organization Régional*, Paris, 1971, citado por Piccand (1984)

um território. As unidades normalmente utilizadas exprimem-se em termos matemáticos, geográficos e económicos.

Mas todas essas medidas enfermam do problema de serem vistas em termos individualizados negligenciando a visualização de forma integrada. Para obviar essa falha, hoje em dia é frequentemente citado o conceito de espaço económico.

Espaço económico:

“É o espaço no interior do qual os agentes económicos (pessoas físicas ou morais) exercem o conjunto das suas acções de natureza económica (produção, troca, consumo, rendimento)”.

Fonte: Piccand (1984)

Os espaços económicos são vistos em dois níveis: a nível macroeconómico em que é possível diferenciar os espaços desenvolvidos dos subdesenvolvidos, os espaços agrícolas dos industriais; a nível microeconómico em que o espaço é visto como um conjunto de várias partes influenciadas por diferentes indivíduos.

Logo, a partir daqui pode-se definir a densidade económica que se mede pelo grau de influência dos diferentes sujeitos económicos numa determinada zona.

A noção de região económica é confinante com a de espaço económico, distinguindo-se apenas porque é composta de regiões contíguas que possuem fronteiras comuns. Boudeville ⁽⁸⁾ definiu três orientações: a região homogénea que, tal como o próprio nome indica, é formada por diversas parcelas de características muito próximas; a região polarizada é um espaço heterogéneo em que se acentuam as relações hierarquizadas, ou seja é constituída por diversas partes que se complementam de forma desigual já que existem pólos dominantes que aglutinam as restantes em seu redor que pura e simplesmente a eles se submetem; a região plano refere-se a diversas partes que constituem um espaço sujeito à mesma decisão.

Dividir um território em regiões tem o objectivo de facilitar e controlar a aplicação de uma política económica. Mas o tipo de regiões definidas não corresponde necessariamente às zonas mais desfavorecidas, necessitadas de políticas correctivas. Essas zonas, chamadas regiões problema, são pequenas partes das regiões polarizadas em que se torna possível definir uma identidade assente em variáveis e valores idênticos ou próximos, de forma a aplicar políticas correctivas de desenvolvimento no seu todo.

São duas as variáveis descritivas que irão ajudar a definir a identidade do que se irá apelidar de região dispersa: a dispersão e a estrutura.

⁽⁸⁾ Boudeville, J. R., *Les espaces économiques*, Paris, 1970, citado por Piccand (1984)

A noção de dispersão é muito complexa pelo que não pode ser descrita simplesmente como correspondendo a uma fraca densidade demográfica. A densidade demográfica mede-se em unidades físicas mas não tem em conta as diferentes relações que se estabelecem entre os indivíduos e que originam diversas formas de dispersão. O mais correcto é assumir um índice de dispersão abstracto que represente a intensidade relacional e informativa dos indivíduos, das empresas e dos centros de decisão situados no interior da região dispersa. Na verdade, apesar de ser a mais utilizada, a densidade física é apenas uma aproximação da variável ideal. No entanto, dada a grande dificuldade prática de definir essa variável, para efeitos de definição da região dispersa, será considerada a noção de densidade física.

Falar em estrutura neste contexto é também ter em consideração, para além da consciência de que os indivíduos e as empresas que a compõem são pouco numerosos, quais as ligações entre esses elementos, ou seja qual a base sobre a qual assentam as relações entre eles.

Constata-se, pois, que

região dispersa:

região dispersa não é mais do que uma região problema com a dupla característica de fraca densidade populacional e de uma estrutura espacial formada por elementos de dimensões idênticas ou similares que se repartem pelo território considerado de uma forma homogénea.

Fonte: Piccand, Roger (1984)

Para Piccand, assume particular destaque o conceito de externalidade para a formalização de uma política de desenvolvimento das regiões dispersas. Na verdade, impõe-se a criação de efeitos externos, por duas ordens de razões: ao nível microeconómico já que são um factor decisivo para a localização das empresas; ao nível macroeconómico porque a atractividade de uma região e a sua capacidade de desenvolvimento dependem dos efeitos externos que esta possa colocar à disposição das entidades económicas.

Cada região constitui para os sujeitos económicos um meio envolvente particular em que as externalidades positivas e negativas são os seus componentes. O agrupamento espacial das unidades microeconómicas origina efeitos externos espontâneos que podem ser positivos ou negativos. A intensidade com que eles são percebidos depende da distância que separa os emissores dos receptores. Por exemplo a poluição de um rio cria um efeito externo negativo directo sobre as espécies que lá vivem e sobre as pessoas que dele se servem, ou seja, é um efeito que poderá ser limitado em termos geográficos.

Este efeito limitado leva a que as externalidades a criar nas regiões dispersas tenham características particulares. Devem abranger um largo extracto da população da região porque,

dada a fraca densidade populacional, só assim poderá criar impacte económico; não podem implicar elevados sacrificios à população, sob pena desta a rejeitar à partida; o seu impacte deve ser internalizado ao nível da região dispersa, ou seja os seus efeitos devem ser sentidos pelos elementos microeconómicos da região; o seu impacte deverá ser sentido em conjunto pelos indivíduos, empresas e órgãos públicos que são elementos interdependentes.

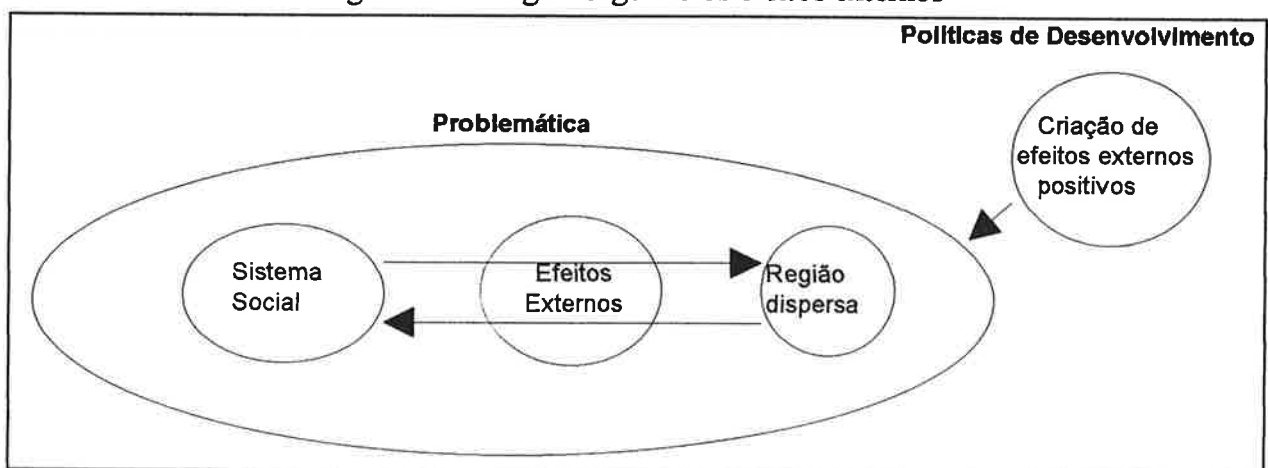
Nas regiões polarizadas, onde os indivíduos e as empresas estão concentrados, os efeitos externos repercutem-se de forma automática. Por exemplo, a criação de uma nova empresa nesse contexto, tem um efeito externo automático já que provoca um movimento interactivo de crescimento: aumenta o nível de despesas locais, aumenta o emprego, aumenta a procura de bens e serviços locais. Teóricamente, esse movimento só termina quando o montante de economias externas negativas passa a ser superior ao montante de economias externas positivas de que a empresa pode tirar proveito.

Numa região dispersa não existem condições para que se produza um efeito semelhante. Isto porque a criação de uma empresa numa região desse tipo, e caso esta se queira desenvolver de forma a potenciar o seu lucro, levará inevitavelmente a que grande parte dos agentes económicos que com ela se vão relacionar estejam localizados nas zonas urbanas. Logo é nestas últimas que se dará o maior impacte económico, não se concentrando assim os efeitos externos na zona de fraca densidade populacional.

Este exemplo é demonstrativo de que, nas regiões dispersas, os efeitos externos não se fazem sentir de forma espontânea. Não partem da criação de um efeito de massa que se repercute continuamente, nem do efeito de proximidade geográfica.

Devem ser baseados na vantagem que é possível tirar do pequeno número de habitantes e da sua dispersão geográfica. Essas vantagens só podem ser conseguidas à custa da criação artificial de externalidades, consubstanciadas em políticas correctivas de desenvolvimento.

Fig. 2 - Abordagem segundo os efeitos externos



Abordagem segundo o ciclo de pobreza

Michael Porter ⁽⁹⁾, guru da gestão e mestre da estratégia, parte da relação por ele identificada entre os *clusters* e o ciclo de pobreza para indicar a resolução dos problemas de desenvolvimento local.

Cluster:

sectores e grupos de sectores fortemente inter-relacionados que permitem a obtenção de importantes vantagens competitivas.

Fonte: Porter, Michael; *Competitive Advantage: Creating Sustaining Superior Performance*, Free Press, 1985

A debilidade económica, visível pela avaliação de baixos níveis de investimento e rendimento, de elevado desemprego e diminuição de população, é normalmente associada ao declínio local de *clusters* dominantes. No caso de Portugal temos os exemplos da agricultura no Alentejo, a indústria naval em Setúbal, a indústria têxtil no Vale do Ave e a ameaça que está a pairar sobre a indústria conserveira cujo estrangulamento irá trazer por certo muitos problemas, particularmente nas zonas de Olhão e Vila Real de Santo António. Veja-se, no sentido inverso, o extraordinário efeito positivo numa região carenciada como é o Alentejo, proporcionado pelo florescimento da indústria e comércio da torrefação de café em Campo Maior.

Os *clusters* surgem em determinado local por razões geográficas ou históricas, razões essas que deixam de ser importantes ao longo do tempo se o *cluster* se torna poderoso e autosuficiente em termos competitivos. Segundo Porter, são os *clusters* que conduzem ao desenvolvimento económico tanto em áreas geográficas relativamente grandes, como em áreas bem mais reduzidas como por exemplo o centro das cidades. Mas, forçosamente tal conceito encontra muitas ligações a locais dispersos de reduzida dimensão, uma vez que se trata de uma forma de potenciar o desenvolvimento económico a partir de zonas carenciadas.

No entanto, a prosperidade ou declínio de um local transcende as medidas fiscais e económicas. Os locais são mais do que orçamentos e negócios: são pessoas, cultura, história, património construído e cultural. É extraordinariamente importante ter em conta os valores culturais enraizados na população para promover o desenvolvimento local. É que por via desses valores poder-se-ão detectar vantagens competitivas importantes para desenvolver determinado negócio, como são o gosto de o desenvolver, o conhecimento, e a existência de matérias primas em quantidade e qualidade.

⁽⁹⁾ Porter, Michael E.; *A vantagem competitiva das Cidades*, texto inserto na revista Exame de Novembro 95

Já em 1993, Kotler ⁽¹⁰⁾ afirmava que “Cada território precisa de desenvolver o seu próprio processo de mudança, em função das suas especificidades históricas, culturais e políticas e dos seus processos de liderança.”

Infelizmente não tem sido essa a actuação das mais variadas regiões para fazer face aos seus problemas de desenvolvimento.

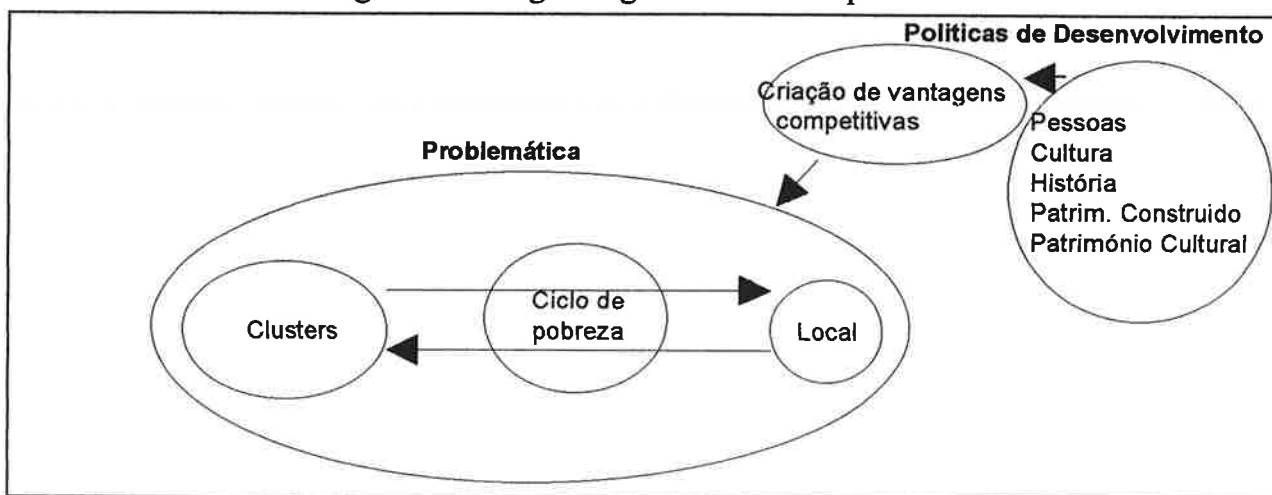
A maior parte delas luta por mais recursos, pensando que a vertente financeira por si só poderá ser a solução mágica, esquecendo-se de fazer um diagnóstico global e sistémico dos problemas que as afectam. Para além do esforço de captação de recursos financeiros, muitas regiões desenvolvem programas agressivos para atrair indústrias e turismo. Assume-se, com ilusão, que o que se ajusta a uma determinada região tem que forçosamente funcionar noutras. É como se um médico a aviasse a mesma receita para curar doenças iguais, não tendo em conta os diferentes estádios de evolução das mesmas, bem como as diferenças de evolução da doença em indivíduos com metabolismos distintos.

Esta actuação é geralmente caracterizada por acções *ad hoc* que procuram uma solução pontual para problemas multifacetados e que, infelizmente, produzem invariavelmente mais despesas do que receitas.

As entidades e organizações locais têm de identificar as vantagens competitivas de que dispõem e participar no desenvolvimento económico tendo por base uma avaliação realista das suas capacidades, recursos e condicionalismos.

Cada local tem de se transformar num *vendedor* de bens e serviços, e ter uma estratégia proactiva para os seus valores e produtos. Os locais são, na verdade, produtos cuja identidade e valores devem ser identificados e promovidos.

Fig. 3 - Abordagem segundo o ciclo de pobreza



⁽¹⁰⁾ Kotler, Philip; Marketing Places, McGraw Hill, 1993

A problemática das disparidades regionais

É um dado adquirido que toda a economia mundial tem vindo a evoluir para um funcionamento polarizado. No início deste século apenas um em cada dez indivíduos habitava numa cidade. Hoje em dia, praticamente no início de novo século, observa-se que essa relação passou para um em cada dois indivíduos.

É pois lógico que, nessa linha de raciocínio, todas as estruturas mais dinâmicas da economia sejam orientadas para as regiões urbanas o que leva à progressiva desertificação das regiões mais desfavorecidas. Em menos de 100 anos o êxodo dos campos para as cidades tornou-se um fenómeno à escala mundial originando metrópoles imensas com crescimentos desordenados.

Com efeito, as cidades têm progressivamente aumentado o seu poder económico e a sua dimensão. Hoje em dia já existem 14 cidades com mais de dez milhões de habitantes e estima-se que no final da segunda década do século XXI esse número passe para o dobro.

A concentração urbana

Na economia de mercado em que estamos inseridos o objectivo dos agentes de mercado é a maximização do lucro. As regiões com fortes densidades demográficas, que proporcionam um vasto mercado potencial, qualidade de infraestruturas e serviços, proximidade dos clientes e fornecedores, reúnem logo à partida melhores condições para atingir esse objectivo.

Surgem então os centros urbanos caracterizados por uma polarização extrema, com graves problemas de crescimento, dada a ausência de mecanismos de correcção e as regiões rurais que apresentam um efectivo declínio da sua densidade populacional, podendo falar-se em alguns casos de abandono puro e simples das mesmas.

Verifica-se, pois, a oposição de dois extremos. Como determinar então qual a dimensão ideal de um aglomerado? Segundo Richardson ⁽¹¹⁾, a resposta encontra-se intimamente ligada à noção de eficiência. Ou seja, a dimensão ideal é aquela em que se atinge um máximo de efeitos externos positivos gerados pelo aglomerado, que a este nível será concerteza uma cidade. Aqui, tal como nas empresas, existe um óptimo a partir do qual os custos sociais marginais são superiores aos benefícios obtidos. Apesar de algumas oposições a este entendimento, o que é certo é que a análise económica na óptica do desenvolvimento espacial concluiu que um investimento público ou privado não pode pensar em ser viável caso não disponha de um mercado potencial com suficiente dimensão.

⁽¹¹⁾ Richardson H. W., *The economics of urban size*, Farnborough, 1973

Assim sendo, o estudo da dimensão ideal dos aglomerados urbanos e a viabilidade dos investimentos tem levado a um grande desinteresse no estudo e análise das regiões dispersas. As políticas de ajuda regional foram fortemente influenciadas por essas idéias em que os investimentos em regiões marginais e pouco povoadas foram justificados por noções de eficiência e não por considerações de equidade.

Mas, ultimamente, essa racionalidade espacial tem vindo a ser colocada em causa. O estudo das regiões desfavorecidas tem vindo a ganhar progressivo protagonismo colocando em causa a noção de ineficiência associada às regiões dispersas.

Quais são então os factores que comprometem o desenvolvimento das regiões dispersas? O agrupamento de actividades económicas no espaço dá origem à chamada economia de aglomeração. Logicamente que a fraca densidade populacional dá lugar ao efeito inverso, ou seja custos acrescidos associados à necessidade de percorrer maiores distâncias. Para além disso sublinhe-se a menor qualidade de serviços públicos, nomeadamente o saneamento básico e a educação, e o baixo índice quantitativo já que os serviços concentram-se na localidade que polariza a região dispersa que dela depende.

Outro factor que obsta ao desenvolvimento é a quase inexistência de serviços especializados, tais como bancos, seguros, advogados, médicos de diversas especialidades. Trata-se, mais uma vez, da falta de um mínimo de mercado potencial que justifique a implantação dessas actividades. Associado a esta situação também surge a dificuldade em encontrar funcionários com a formação necessária para bons desempenhos.

Por outro lado, o grande desenvolvimento dos meios de locomoção privados levou a que as pessoas passassem a ser atraídas pelas lojas de melhor qualidade dos centros vizinhos que conseguem também melhores preços.

Todas estas situações conduzem, inevitavelmente, a índices demográficos inquietantes: baixas taxas de natalidade a que contrapõe uma elevada taxa de mortalidade. A população é, pois, envelhecida já que os novos saem em busca de melhores oportunidades profissionais.

O retorno do interesse pelas regiões periféricas não congestionadas

Mas, por mais paradoxal que possa parecer, está-se a verificar uma importante mutação social: modificação da ordem prioritária de valores. Com efeito, o lazer ocupa já uma parte significativa do tempo útil das populações. Assumem crescente relevância os tempos livres, o número de reformados aumenta, o número de horas de trabalho diminui. As pessoas vivem insatisfeitas nos grandes aglomerados pois estão sujeitas a pressões decorrentes de um modo de vida muito agitado que as desgasta inexoravelmente. Sentem-se também cada vez mais inseguras pois o índice de criminalidade está directamente associado à dimensão dos aglomerados. A qualidade de

vida deteriora-se constantemente, a poluição a todos os níveis toma conta do dia-a-dia dos cidadãos.

Constata-se, então, que a grande maioria das pessoas apenas se mantêm nos grandes centros porque estes ainda lhes abrem melhores perspectivas profissionais. Exemplos sintomáticos desta situação são os êxodos das grandes cidades a que se assiste em período de férias ou simplesmente em fins de semana prolongados. Filas intermináveis de carros que consomem grande parte do precioso tempo disponível, com destino à “terra de origem”. Daí o chamado *regresso às origens* para retemperar forças e conviver com a família.

Saliente-se ainda que, na generalidade e sempre que possível, as famílias constroem, adquirem ou recuperam nesses locais uma 2ª habitação.

Estes são fenómenos correntes hoje em dia, tanto em Portugal como nos restantes países europeus. Com efeito, os grandes centros urbanos desenvolveram-se à custa do êxodo das regiões mais desfavorecidas pelo que, normalmente, todo o cidadão urbano tem as suas raízes, e eventualmente alguns parentes mais chegados nessas regiões.

Verifica-se, pois, que se está progressivamente a sentir uma modificação da relação entre os indivíduos e o espaço. Concretizemos melhor este fenómeno.

Como já foi referido, têm vindo a introduzir importantes modificações sociais no comportamento dos indivíduos. A alteração dos valores e da ordem de prioridades é já um dado adquirido. Nesse contexto, a problemática da qualidade do ambiente tem-se assumido como um factor decisivo. Efectivamente, os grandes aglomerados são autênticos centros de produção de externalidades negativas sobre os seus residentes. A vida em meio rural oferece a possibilidade de viver integrado num meio puro e saudável. Para além disso possibilita a harmonização entre o trabalho e o lazer pois as distâncias entre os diferentes espaços são curtas e existe facilidade de acesso. As possibilidades de participação na vida e decisões locais são grandes o que constitui uma motivação acrescida e facilita a integração social.

É que os períodos de trabalho têm vindo a diminuir e, conseqüentemente, os de lazer a aumentar. Por outro lado as taxas de desemprego também têm vindo a aumentar o que provoca que o homem passe cada vez menos tempo a trabalhar. Esta nova alocação do tempo origina uma crescente fragilidade da filosofia urbana, essencialmente virada para a realização de objectivos económicos.

Os indivíduos, na actualidade, não fazem do sucesso profissional o seu único objectivo, e estão receptivos a trocar as oportunidades urbanas pelo estilo de vida mais agradável das regiões menos populosas. Para além disso existem outras situações em que os indivíduos que passam menos tempo a trabalhar consagram mais tempo a deslocar-se para um local residencial que lhe proporcione calma e tranquilidade, normalmente na periferia desses centros.

Tem-se assistido também a uma descentralização das infraestruturas educacionais, nomeadamente do ensino superior que estava excessivamente concentrada, o que garante às famílias a possibilidade de educar os seus filhos fora dos grandes centros urbanos.

Outras desvantagens que recentemente se associam à vida urbana são o elevado custo de vida, que é directamente proporcional à dimensão da cidade, e a chamada modernidade. Com efeito, num mundo cada vez mais regulamentado e uniformizado, o direito à diferença assume maior protagonismo. Assim, os cenários singulares, as tradições culturais, a existência de objectos em vias de extinção, a preservação do ambiente, são elementos que valorizam as regiões dispersas quando curiosamente, há tempos atrás, eram penalizantes para essas mesmas regiões.

Finalmente refira-se a evolução técnica que tem também grandes repercussões na distribuição espacial das populações. A generalização dos meios de transporte individual, a crescente eficiência do transporte de mercadorias e a melhoria das infraestruturas rodoviárias diminuiu os constrangimentos de localização das empresas e das pessoas. Por outro lado, o extraordinário desenvolvimento das telecomunicações tornou o mundo mais pequeno, a chamada “aldeia global”. Como consequência, a distância passou a ser um obstáculo cada vez mais fácil de transpor.

Refira-se também, os meios de informação, cada vez mais acessíveis e agressivos, em que o expoente máximo de difusão é a televisão, permitem uma simetria cultural impensável há anos atrás. Viver no campo já não significa estar alheado dos principais acontecimentos ocorridos no país e no resto do mundo. A informação é colocada à disposição de todos e constitui naturalmente um factor que favorece a descentralização geográfica dos homens e das actividades económicas, ainda que isso não signifique, infelizmente, a descentralização dos poderes de decisão tanto do sector público como do privado. Nesta questão, o advento da informática, ao permitir reunir num simples computador enormes volumes de informação, poderá contribuir para uma maior centralização político-administrativa.

Mas para além desse efeito perverso, a democratização do computador pessoal, até há poucos anos atrás absolutamente impensável, veio também permitir o acesso, a qualquer indivíduo onde quer que esteja, a meios expeditos de recolha e tratamento de informação. Com uma simples linha telefónica e o equipamento adequado, é possível trocar dados e informações de e para qualquer parte do mundo. Torna-se possível, e já é prática nalguns países, as pessoas não necessitarem de se deslocar ao escritório para desempenhar cabalmente as suas funções.

É o chamado teletrabalho, ou seja o trabalho efectuado num local onde, longe dos escritórios ou de outras instalações da empresa, o trabalhador não tem contacto pessoal com os colegas, mas pode comunicar com eles fazendo uso das novas tecnologias. Para tal basta um computador com *software* apropriado, impressora, *fax/modem* e uma linha telefónica. De forma opcional pode ter um telemóvel, um *pager*, um atendedor de chamadas, um computador portátil, a escolha de uma maior capacidade de telecomunicações, com uma linha telefónica suplementar, uma linha dedicada ou RDIS, para ter correio electrónico, acesso à Internet, a base de dados e à rede local da empresa e, até, um sistema de videoconferência.

O número de teletrabalhadores tem vindo a aumentar. Ainda que possa gerar alguns problemas, as razões principais prendem-se com a qualidade, mobilidade e o menor preço dos equipamentos utilizados, o interesse das organizações em se centrarem nas suas principais áreas de negócio, o crescimento do conteúdo informacional dos produtos e o desejo de fomentar postos de trabalho com um maior grau de autonomia e de responsabilidade.

Os Estados Unidos lideram o fenómeno, seguidos da Grã-Bretanha, França e Alemanha. Nesses países deverão existir cerca de 10 milhões de teletrabalhadores. No entanto tratam-se de números difíceis de ajuizar uma vez que se tratam de estimativas falíveis. Em Portugal não existem quaisquer estimativas.

Mas se aparentemente hoje em dia é evidente que as regiões dispersas são mais acolhedoras tanto a nível económico como geográfico, elas continuam privadas de oportunidades de emprego e de inúmeros serviços.

A população pode até aumentar, mas os seus novos habitantes pretendem apenas tirar partido da melhor qualidade de vida, sacrificando algum tempo disponível para a deslocação profissional ao centro urbano mais próximo. Isto porque, no caso português, só em casos muito pontuais é possível reunir as condições para trabalhar em casa a partir de ligação via *modem*. Até porque não basta a vontade das pessoas para tirar partido do teletrabalho. É necessário o desenvolvimento adequado das infraestruturas necessárias ao seu funcionamento.

No entanto esta situação tem sido ultrapassada porque está a aumentar o número de empresas que pretendem este tipo de funcionamento.

No entanto, o mais usual é que os novos habitantes sejam idosos e reformados o que gera pouco dinamismo local.

É pois necessário continuar a criar condições para promover o desenvolvimento das regiões dispersas dotando-as de meios que possibilitem diminuir a dependência em relação às regiões urbanas.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As estratégias definidas até aos nossos dias têm tido como princípio compensar as desvantagens competitivas de que padecem determinadas regiões, promovendo o seu desenvolvimento.

No entanto, tem-se verificado que os seus fundamentos são de tal forma abrangentes que não resolvem os problemas locais. Esse facto sofreu um agravamento acentuado nos últimos anos com a forte aceleração da liberalização do comércio internacional, com a velocidade da circulação dos bens e, sobretudo, com o aumento da mobilidade dos serviços. Não só os serviços que anteriormente tinham que ser produzidos no local onde eram consumidos passaram a ser objecto de transacção a longas distâncias, como a sua circulação se divorciou da circulação dos bens.

Isto não significa, porém, que estes modelos estejam completamente ultrapassados, uma vez que outros pressupostos se mantêm actuais. Para além disso, as abordagens de aproximação à problemática de desenvolvimento local são suportados por estudos mais aprofundados, adaptados à especificidade desses mesmos locais.

Daí a importância de nos determos sobre as características desses modelos e identificarmos os seus pontos fortes e fracos.

Friedman e Weaver ⁽¹²⁾ entenderam estar-se em presença de um ciclo de preocupações do desenvolvimento económico e regional. Uma primeira fase, apelidada de integração funcional, tem por objectivo um crescimento económico global máximo que secundariza a repartição equitativa do desenvolvimento. A segunda fase, cognominada de integração territorial, tem como principal objectivo o desenvolvimento harmonioso de todas as partes do território.

Estão, pois, em causa não só os pressupostos diversos relativamente ao funcionamento da economia em termos territoriais, como concepções radicalmente distintas no que respeita à problemática do desenvolvimento e às vias preferenciais da sua promoção.

No entanto, ambas as escolas têm em comum a utilização das bases teóricas da teoria económica. Presume-se que o desenvolvimento regional é conduzido pelas leis económicas aplicadas ao espaço, enfatizando a produtividade e localização das empresas e, nas cidades, a tendência de aglomeração das economias. Sustenta-se que o desenvolvimento regional assenta na integração vertical e horizontal entre sectores. Assume-se um determinado nível de mobilidade de bens e serviços e consideram-se como existentes as seguintes relações: a importação e exportação de produtos e serviços; a migração entre regiões de pessoas na posse plena das suas faculdades quer na qualidade de consumidores, quer na de trabalhadores; a migração de outros factores, nomeadamente o capital.

O pensamento teórico predominante em Portugal e na União Europeia assenta na integração funcional que tem assegurado a fundamentação teórico-conceptual da política regional tradicional.

Por seu turno, a integração territorialista tem-se vindo a constituir através da aglutinação de esforços de reestruturação conceptual da problemática do desenvolvimento regional e ao qual se atribui a proposta recente de um Desenvolvimento Regional endógeno. Com efeito, no início dos anos setenta, a comunidade científica no domínio do desenvolvimento vive um período de profunda reflexão. Valores até então considerados como fundamentais e universais são colocados em questão. Paralelamente surgem novas dinâmicas que carecem de respostas diferentes daquelas que eram propostas até então.

Assim todas estas considerações deram origem a uma nova opção estratégica: o desenvolvimento não polarizado, vulgarmente entendido por integração territorialista.

⁽¹²⁾ Friedman J., Weaver C., *Territory and Function*, Londres, 1979, citado por Piccand (1984)

Esta última fase está a tomar um peso crescente nos nossos dias uma vez que se tomou consciência do carácter eminentemente local da maior parte dos problemas de desenvolvimento. No entanto, a sua aplicação prática é de difícil prossecução pelo que se encontra em plena evolução uma extensão dessa tendência onde se tem em conta as características intrínsecas de cada local procurando assim detectar os seus pontos fortes passíveis de criação de importantes vantagens competitivas que possam servir de base à criação de negócios rentáveis.

A esta nova tendência estratégica, descortinada através de textos publicados por Porter e por Kotler, entendeu-se neste trabalho designar por integração empresarial, uma vez que se desconhece que esses estudos alguma vez tenham sido coligidos por forma a enquadrá-los numa corrente estratégica de desenvolvimento regional.

Com essa designação pretende-se relevar os fundamentos que originaram esta nova aproximação. Assim, parte-se do princípio de que os esforços de desenvolvimento regional têm-se baseado em modelos sociais construídos à volta das necessidades dos indivíduos e têm como alvo necessidades sociais reais e visíveis, enquanto que os programas de apoio mais directamente ligados ao desenvolvimento económico têm sido dispersos e ineficazes. A estes programas falta uma estratégia global no âmbito da qual se torna possível criar uma base económica sustentável local através da iniciativa privada, de projectos lucrativos baseados no interesse individual e na genuína vantagem competitiva. Devem-se evitar os investimentos sociais públicos sempre crescentes se estes não estiverem integrados numa filosofia de desenvolvimento económico e não esperar que a actividade económica lhes siga os passos.

Pelo contrário, deverá ser adoptado um modelo económico, baseado no pressuposto de que as empresas devem ser rentáveis e estar preparadas para competir à escala regional, nacional e mesmo internacional.



A integração funcionalista

Ao longo da história tem-se verificado que a aglomeração espacial dos homens e das actividades é uma condição necessária para a eficiência económica de uma região ou de um país. Essa estratégia de concentração defendia uma dupla perspectiva: por um lado seria eficiente porque a concentração permite gerar economias de escala, por outro lado seria equitativa porque o centro que seria alvo de desenvolvimento vai reflectir efeitos positivos nas zonas envolventes permitindo assim o seu desenvolvimento.

Este postulado congregou, ao longo dos tempos as opiniões dos especialistas em desenvolvimento regional. Todo o processo de desenvolvimento das regiões devia ter por base uma política económica que se concentrasse num determinado ponto. Este, por intermédio das externalidades positivas entretanto criadas, iria reflectir-se não só no conjunto da região alvo, como também nas partes dispersas e marginais dessa mesma região.

Os fundamentos teóricos desta corrente de pensamento assentam num conjunto de pressupostos que tentam esbater as disparidades regionais.

Essa corrente considera que as disparidades de rendimento entre regiões se devem a desiguais acessibilidades aos factores produtivos e que, a prazo, o mecanismo de mercado promove a mudança desses factores do centro para a periferia de modo a integrar todo o desenvolvimento. O crescimento da região é medido pela acumulação externa de capital, pelo que assume preponderância o comércio inter-regional que, face à sua complementaridade, promove uma integração funcional do espaço económico.

Para além disso, admite-se também que a população da região não tem capacidade para resolver o problema da satisfação das suas necessidades.

O desenvolvimento é entendido, nesta perspectiva, como função do capital e do progresso tecnológico. Para alcançar esse desiderato, assume-se um comportamento humano em que as necessidades são satisfeitas através da acumulação de capital.

Os objectivos e estratégias, neste fundamento teórico, orientam-se então para a maximização do crescimento económico. Essa maximização será alcançada através de um processo de industrialização urbana (modernização) e da migração da população rural para a cidade, que irá constituir assim a necessária mão de obra.

A Política Regional deverá então promover a integração funcional, incentivando a mobilidade dos factores de forma a garantir a redistribuição espacial do crescimento económico das várias regiões.

A concretização desta estratégia é feita através de vários instrumentos que têm como denominador comum a intenção de direccionar o desenvolvimento dos centros urbanos para a periferia. Assim, assumem algum relevo os incentivos concedidos pelo poder público para a deslocação de empresas para zonas periféricas, a criação de pólos industriais, a expansão de infraestruturas de transporte e de comunicação em zonas mais desfavorecidas. Para além disso, salienta-se ainda a descentralização de sistemas de formação profissional.

No entanto, hoje em dia, as críticas a este pensamento avolumam-se. Coloca-se em causa a fraca consistência dos resultados obtidos tendo em conta a importância dos meios colocados à disposição para implementação desses planos de desenvolvimento.

A atracção pelo pólo de desenvolvimento levou a um despovoamento acelerado das zonas envolventes e a um agravamento da situação económica e social das classes mais desfavorecidas. A melhoria das acessibilidades aos centros menos desenvolvidos teve efeitos perversos, introduzindo sérias limitações aos circuitos económicos locais.

Não foram apoiadas actividades cuja base de sustentação fosse de carácter maioritariamente regional.

Por outro lado constata-se a evolução tanto do ambiente económico em geral como do conceito de desenvolvimento em particular, pelo que as estratégias deverão ter em conta essas mudanças. Na verdade, a teoria da polarização, ao pretender uma melhor repartição do crescimento no espaço, implica que a sua eficiência será maior em períodos de prosperidade económica. Em situações de crescimento nulo ou mesmo negativo das economias, os pólos de crescimento tornam-se ineficientes, pelo que se torna necessário definir políticas alternativas de desenvolvimento.

Assiste-se, também, a uma nova ordem mundial: as grandes multinacionais, consideradas como elementos de base na teoria da polarização, preferem localizar as suas fábricas em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento em prejuízo das regiões periféricas dos países desenvolvidos, aproveitando assim a mão de obra barata e a fraca ou inexistente regulamentação económica do trabalho.

Acresce ainda uma reformulação do conceito de desenvolvimento. O crescimento do Produto Nacional Bruto deixou de ser o único indicador do nível de desenvolvimento. Juntaram-se outros tais como a taxa de desemprego, a taxa de escolaridade e tomou-se consciência de que o crescimento desregrado não era compatível com o ambiente. A Conferência de Estocolmo de 1972 teve a virtude de, pela primeira vez, contribuir para a tomada de consciência da repercussão dos problemas ambientais e propôs que as políticas de crescimento devem ter em conta o impacte dessas medidas sobre o ambiente.

A integração territorialista

Esta corrente de pensamento pressupõe que o desenvolvimento se alcança através da mobilização dos recursos da região para a satisfação das necessidades das respectivas populações.

Os teóricos desta nova opção partem do princípio que as desigualdades regionais devem-se às relações hierárquicas que se estabeleceram ao longo dos tempos entre as diferentes partes de um território. Essas relações são essencialmente funcionais, pelo que uma estratégia polarizada apenas vem reforçar o carácter hierárquico e funcional das relações e, conseqüentemente, da dependência das regiões pobres em relação às ricas.

Uma estratégia que promova de forma eficiente o equilíbrio regional deverá, pois, privilegiar as relações territoriais em detrimento das relações funcionais. A política a formalizar tem de ter em conta as diferenças territoriais e dá uma clara prioridade aos problemas locais. O objectivo principal do desenvolvimento não polarizado é pois “The full development of a region’s natural resources and human skills for the satisfaction in equal measure of the basic needs of all strata of the regional or national population”⁽¹³⁾.

⁽¹³⁾ Stöhr W. B., *Development from Below: The Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm*, Chichester, 1981

Isso implica que toda a mais valia regional seja internalizada a nível local, permitindo a diversificação e o crescimento económico da região alvo. O conjunto dos processos parcialmente autónomos que se realizam nos diferentes locais permitem obter a eficiência global que se pretende para a região. O desenvolvimento passa assim por ser um processo regional ou local endógeno, assente na mobilização dos recursos naturais, humanos e institucionais locais com o intuito de satisfazer prioritariamente as necessidades dos habitantes da região alvo.

Esta problemática parte também do reconhecimento que, à escala mundial, se acentuam os desequilíbrios estruturais: os países mais ricos são cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais pobres. Isso fica-se a dever à acção levada a cabo pelas multinacionais, assumindo-se alguns pressupostos relativamente ao seu “comportamento”. As empresas multinacionais apostam na eficiência da produção que se encontra dissociada da redistribuição equitativa. Para Stöhr e Tödting ⁽¹⁴⁾ essa situação decorre de uma crescente divisão do trabalho e da transnacionalização do processo produtivo que origina crescentes transferências de mercadorias, factores produtivos e de capital.

Para obviar esse problema, o processo de desenvolvimento deverá ser controlado por instituições de base territorial, tanto mais que se constata que uma resolução satisfatória dos problemas das pequenas comunidades implica o reforço da independência regional e a devolução dos poderes decisórios para o nível local.

A integração territorialista preconiza então que o desenvolvimento deverá partir do nível local, ocorrendo depois a escalas sucessivamente mais elevadas, promovendo a retenção do valor acrescentado de “baixo para cima”.

Nesse contexto, pode-se referir que o desenvolvimento não polarizado, de baixo para cima, assenta num conjunto de valores fundamentais. Walter Stöhr e Franz Tödling ⁽¹⁵⁾ definiram quatro:

- prestar uma grande atenção à prossecução dos objectivos sociais e políticos, para além dos económicos. O desenvolvimento regional deverá satisfazer o conjunto das necessidades dos indivíduos.
- partir do princípio que a distância é um factor positivo e que serve para apoiar a desagregação dos sistemas de decisão e de interacção.
- prestar maior atenção às actividades e instituições sem fins lucrativos e aos elementos que favorecem as relações entre o indivíduo e o seu ambiente e entre o indivíduo e as instituições locais.

⁽¹⁴⁾ Stöhr W. B., Tödling F., *Qualitative und Strukturelle Aspekte der Regionalpolitik aus Europäischer Sicht*, 1982, citado por Henriques (1990)

⁽¹⁵⁾ Stöhr W. B., Tödling F., *Spatial Equity*, in *Papers of the Regional Science Association*, 1977

- alterar o sistema de tomada de decisão das estruturas funcionais para as estruturas territoriais. O nível óptimo de tomada de decisão é aquele que permite à população local internalizar o máximo de efeitos externos gerados pelas suas decisões.

Stöhr (1977) acentua ainda a importância do desenvolvimento ser determinado ao nível da menor escala territorial possível e a partir da identidade territorial das populações e das suas formas de organização, apelando pois à chamada motivação endógena. O objectivo é satisfazer as necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial através do uso integral dos seus próprios recursos e do empenhamento das estruturas sociais e políticas organizadas a esse nível.

As estratégias definidas para esta corrente de pensamento assentam em vários pressupostos:

- as disparidades espaciais detectadas são consequência negativa da integração económica a níveis mais elevados
- as estratégias serão sempre determinadas casuisticamente, uma vez que dependem dos recursos e características de cada unidade territorial.
- deverá existir um forte empenhamento das populações locais que possibilite a mobilização de todos os recursos.

Assim qualquer estratégia terá de ter em conta as condições existentes permitindo uma grande flexibilidade na sua prossecução.

Dado que este tipo de estratégia depende fortemente das características específicas de cada região, é natural que os instrumentos a utilizar também variem consoante as suas condições económicas, sociais e políticas. Mas na generalidade, passam pela criação de emprego, pela utilização racional dos recursos naturais, pela aposta nos sectores em que a população tem algum conhecimento e tradição e pela descentralização dos poderes de decisão.

O que está em causa não é só a existência de recursos potenciais como ainda a sua disponibilização e orientação para o interesse da região. Estas estratégias assentam no pressuposto de que só a uma escala muito pequena é possível uma efectiva mobilização das populações. E é um dado perfeitamente adquirido que pequenas regiões ou locais, embora possam possuir grandes potenciais, caracterizam-se pela sua forte dependência das decisões externas.

A integração empresarial

Trata-se de uma tendência construída a partir de alguns dos fundamentos da integração territorialista. Privilegia as relações territoriais em detrimento das funcionais e também parte do princípio que o desenvolvimento tem que ser desencadeado ao nível local mas defende que, para além de ter em conta as características intrínsecas de cada local, deve apostar no desenvolvimento

económico através da iniciativa privada. Para além disso sublinha que os projectos devem ter uma base lucrativa pelo que o desenvolvimento das pessoas é visto como uma consequência lógica do desenvolvimento e não como um ponto de partida.

A actividade económica nos diversos locais estabelecer-se-á se conseguir uma vantagem competitiva e ocupar um nicho difícil de reproduzir noutros locais. Como tal é dada prioridade à iniciativa privada, que é considerada o motor do crescimento económico, através de projectos viáveis baseados no interesse individual e na genuína vantagem competitiva. Cada local reúne um conjunto de características únicas que determina a capacidade competitiva das empresas ali estabelecidas.

A mudança e transformação efectiva das vantagens em volume de negócios e em competitividade acrescida, ao nível local, regional ou nacional, só pode ser protagonizada pela iniciativa privada. Poderes públicos, só devem intervir no estritamente necessário, ou seja, na construção de infra-estruturas, na prestação de serviços sociais básicos ou no apoio de primeira linha a novas iniciativas associativas ou empresariais. Organizações não governamentais sem fins lucrativos, só para tapar as brechas deixadas pela ausência de iniciativas empresariais. Ou seja, nos projectos sociais de rendibilidade negativa ou duvidosa.

“Com raras excepções, (...) as instituições públicas ou sem fins lucrativos estão feridas de alguns custos de funcionamento; têm dificuldade em atrair e reter pessoal de elevada craveira, de pagar adequadamente, ou de demonstrar experiência e profissionalismo nas aproximações ao mundo empresarial” afirma Porter (1995).

Ainda segundo Porter, a vantagem competitiva de uma região não surge normalmente em empresas isoladas, mas sim em *clusters* de empresas, ou seja, em empresas da mesma indústria, ligadas entre si através das relações do tipo cliente/fornecedor. É então defendida a ligação intra-regional de modo a potenciar um efeito de alavancagem para um desenvolvimento sustentado dos locais.

Por seu lado, Kotler (1993) também corrobora esta abordagem definindo-a mesmo como sendo a moderna gestão territorial e aponta os seus quatro grandes eixos: visão estratégica, qualidade dos serviços, promoção agressiva das vantagens competitivas e aposta no sector privado.

Porter coloca em causa as políticas e programas tradicionais de desenvolvimento regional que lhe merecem epítetos de inutilidade, ineficácia e desperdício porque são assentes em princípios não lucrativos. Caíram no erro da redistribuição da riqueza quando a verdadeira necessidade, e a oportunidade real, é criar riqueza.

Para isso a primeira tarefa é identificar e explorar as vantagens existentes por forma a transformá-las em oportunidades de negócio lucrativas. Ao nível local é possível identificar três tipos de vantagens genéricas:

- ligação dos produtos à região. Determinados produtos são logo associados a uma determinada região. É necessário que os locais integrados nessas regiões capitalizem essa

percepção adquirida. Se conseguirem promover uma marca para comercialização de um produto característico do local as hipóteses de êxito são maiores porque o consumidor, dado o conhecimento que tem da existência de matéria prima na região, associará inconscientemente um grau elevado de qualidade ao produto e estará receptivo a comprá-lo. Para além disso, a proximidade de matéria prima em quantidade e qualidade não deixará por certo de se reflectir favoravelmente no preço dos produtos.

Como exemplo podem-se citar os doces feitos à base de frutos secos, amêndoa, alfarroba e figo, característicos de várias zonas do Algarve.

- custos de implantação. Nas zonas rurais, os custos de implantação de novas empresas são mais baixos devido à menor especulação imobiliária, apesar das restrições impostas pelos Planos Directores Municipais terem vindo alterar um pouco a situação. Para além disso é frequente a existência de incentivos à criação de emprego local que contribua para a fixação da população.

Existem ainda outras vantagens não directamente percebidas que contribuem para minorar os custos de implantação. É o caso das facilidades de estacionamento e de fluidez do trânsito, sem paralelo nas zonas urbanas, e o baixo índice de criminalidade que reduz os custos com a segurança.

- integração nos *clusters* regionais. É necessário que as empresas capitalizem a influência dos *clusters* regionais que lhes são próximos. Os *clusters* oferecem dois tipos de vantagens potenciais. O primeiro relaciona-se com a formação de novas empresas que, assegurando o fornecimento de materiais, componentes e actividades de suporte, poderiam ser criadas para o aproveitamento das vantagens da proximidade destas zonas com múltiplos consumidores nesse *cluster*.

O segundo tipo de vantagem é o potencial que oferecem a empresas que se fixem nestas zonas para competir com produtos e serviços a jusante. Hoje em dia, a maioria das empresas situadas em zonas rurais vendem os seus produtos unicamente na comunidade local pelo que as redes e relações com as empresas circundantes não estão desenvolvidas. É que as empresas orientadas para a procura local devem ter potencial para se expandir para além das fronteiras das suas áreas. Esta integração concede importantes vantagens competitivas às empresas.

A integração com *clusters* regionais é considerada potencialmente a mais poderosa e sustentável vantagem competitiva do local a longo prazo. Pode ainda produzir um efeito de alavancagem dos esforços de desenvolvimento devido ao enfoque dado a *clusters* actuais ou emergentes, por oposição ao apoio a empresas ou sectores isolados. Assim os investimentos públicos e privados nas áreas de formação, infra-estruturas e tecnologia podem beneficiar simultaneamente várias empresas.

Clusters regionais:

conjunto de empresas fortemente inter-relacionadas concentradas em determinada região, que são competitivas a um nível que extravasa a própria região.

Fonte: Porter, Michael E.; A Vantagem Competitiva das Cidades (1995)

Todas estas vantagens assentam num pressuposto óbvio: não existirem problemas infraestruturais graves por resolver. Por isso a adaptação à realidade portuguesa torna-se difícil em determinadas zonas que estão efectivamente com grandes carências a esse nível.

Outro pressuposto, embora menos óbvio, é que as regiões alvo desta política tenham uma dimensão populacional que permita um mercado potencial suficiente para suportar o aparecimento de novas empresas. Essa situação também não será perfeitamente adaptável ao caso português, dada a fraca densidade populacional das zonas rurais, pelo que as empresas deverão apostar fortemente na relação intra-regional para criar mercados que as suportem.

No entanto, muito recentemente, no âmbito do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) desenvolve-se uma iniciativa de apoio ao desenvolvimento económico de núcleos rurais com principal incidência no domínio das infraestruturas de apoio à actividade produtiva, seguindo assim os fundamentos da integração empresarial.

Essa iniciativa, se bem que com carácter experimental, pretende, com a selecção de quarenta pequenas regiões em todo o país, ensaiar novas modalidades de intervenção baseadas em dinâmicas produtivas particulares, desenvolvendo sectores tradicionais dessas regiões e apostando em sectores localmente inovadores e com possibilidade de atrair mercado e recursos humanos.

O objectivo do Programa dos Centros Rurais orienta-se para a dinamização da economia local, para a criação de riqueza e de emprego e pretende formalizar este objectivo através de um conjunto diversificado de acções previstas num Plano Global de Intervenção (PGI).

O plano divide-se em três fases que vão ao encontro das linhas dominantes da integração empresarial:

- diagnóstico sócio-económico da pequena região;
- principais actividades produtivas da pequena região;
- infraestruturas de apoio às actividades produtivas da pequena região.

Finalmente refira-se que, apesar das vantagens que se lhe reconhecem, a realidade não parece dar razão aos adeptos do fraco envolvimento do estado no desenvolvimento regional. Abundam exemplos de desenvolvimento rural induzido pela actividade económica privada, mas não há um só caso em que tal não tenha tido um decisivo empurrão dos poderes públicos.

Quadro 1
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

	INTEGRAÇÃO FUNCIONALISTA	INTEGRAÇÃO TERRITORIALISTA	INTEGRAÇÃO EMPRESARIAL
Fundamentos teóricos	<ul style="list-style-type: none"> • disparidades espaciais nos rendimentos são explicadas pelas diferentes acessibilidades a mercados e factores produtivos • o mecanismo de mercado deveria facilitar a expansão dos efeitos de difusão do centro para a periferia • a complementaridade regional e a crescente interdependência regional deverão conduzir a uma integração funcional do espaço económico • integração funcional do espaço orientada para a maximização do crescimento nacional • promoção do desenvolvimento das periferias rurais • incentivos ao investimento em áreas periféricas • promoção de indústrias modernas na periferia • expansão de rede de transportes e comunicações das áreas centrais para a periferia 	<ul style="list-style-type: none"> • reconhecimento da existência de desequilíbrios estruturais à escala internacional • o desenvolvimento é desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais e deverá ocorrer sucessivamente a escalas progressivamente mais elevadas • deverá ser defendido um crescimento económico orientado para a redistribuição e será dada prioridade ao desenvolvimento de pessoas e não de lugares • aumentar a eficiência global de todos os factores produtivos das respectivas regiões de uma forma integrada • satisfação efectiva das necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial através do uso integral dos seus próprios recursos • incentivos ao investimento em pequenas unidades territoriais • promoção da inovação regional endógena. Prioridade à mobilização de recursos regionais • reforço da interacção intra-regional através de sistemas de transporte e comunicações 	<ul style="list-style-type: none"> • ciclo de pobreza esmagador associado a graves problemas de desertificação • o desenvolvimento é desencadeado ao nível local e tem em conta as suas características intrínsecas • deverá ser defendido um crescimento económico através da iniciativa privada, de projectos lucrativos baseados no interesse individual e na genuína vantagem competitiva • criação de riqueza incentivando a iniciativa privada a tirar partido das vantagens competitivas percebidas do local • criação de <i>clusters</i> intra-regionais que possibilitem um efeito de alavancagem para um desenvolvimento sustentado dos locais • incentivos concedidos à criação de infraestruturas para implantação de empresas • promoção do investimento privado em projectos inovadores, económica-mente viáveis e baseados em vantagens competitivas reais. • fomentar uma rede de ligações intra-regionais entre empresas situadas a montante e a jusante
Objectivos			
Estratégias			

Comparação das diferentes políticas de desenvolvimento. Dados compilados pelo autor.

Conclusões

É nas cidades, no seu sentido mais lato, englobando toda a malha urbana, do centro e da periferia que se concentram cada vez mais as funções essenciais da actividade económica deste final de século. O grau de urbanização mundial deverá ultrapassar os 50% até ao final do século. Como consequência as condições que prevalecem nas cidades determinam a qualidade de vida de mais de metade da população mundial, pelo que influenciam igualmente o modo de vida dos habitantes das zonas rurais.

As aglomerações urbanas estão hoje no coração da competitividade no quadro de uma economia mundializada, e a tendência abrange não só as grandes metrópoles como as pequenas e médias cidades.

Segundo Jean-Claude Paye ⁽¹⁶⁾, Secretário geral da OCDE, cada vez mais a economia mundial se articula em volta das aglomerações urbanas, só que deixou de o ser de uma forma concentrada. A economia mundial deixou de ter um centro. Tem-se vindo a revelar policêntrica em função das cidades e grupos regionais que prosperam nas várias partes do mundo, ligados entre si pelas trocas e comunicações.

Esta situação tem a ver com o que se antevê ser o fim do actual modelo de organização económica. Está em vias de extinção o tradicional modelo de distribuição hierárquica dos circuitos económicos, em que algumas cidades capitais assumiam o cume da pirâmide, redistribuindo os fluxos para um escalão intermédio de cidades de segunda linha e assim sucessivamente até aos locais ou regiões dispersas.

As velhas rendas de localização derivadas do estatuto de capital política, ou industrial ou de entreposto comercial de matérias primas estão a perder o seu peso decisivo.

Jean-Claude Paye adianta ainda que, perante esta nova situação, os governos nacionais são obrigados a seguir a descentralização, porque deixaram de regular eles mesmos as relações entre a economia do seu país e o resto do mundo. São dois os factores que permitem que todas as cidades, independentemente do seu tamanho, possam participar na economia mundial e contribuir para o seu desenvolvimento: a redução dos obstáculos às trocas comerciais (liberalização dos mercados) e a percepção que o comércio internacional cresce mais rapidamente que a actividade económica interna de cada país.

Nessas condições, admite-se que tratar a política urbana como um simples instrumento de política interna deixou de ter razão de existir.

Na verdade as estratégias de desenvolvimento regional analisadas na primeira parte deste trabalho assentam, em parte, sobre modelos que não têm em conta as realidades económicas actuais. Tanto o modelo funcionalista como o modelo territorialista assentam sobre pressupostos que não têm

⁽¹⁶⁾ L'Observateur de l'OCDE, n°197, Dezembro 95 - Janeiro 96

em conta a fase actual de globalização da economia. A integração funcionalista obedece a uma estrutura hierarquizada que é precisamente o oposto do que profetiza a liberalização dos mercados. Por outro lado a integração territorialista também assume uma hierarquização se bem que neste caso assuma que o desenvolvimento terá que partir do núcleo mais pequeno para o maior. A integração empresarial, por seu turno, constitui uma variante da territorialista mas que coloca a ênfase no estudo aprofundado de cada local procurando detectar os pontos fortes para criação de vantagens competitivas.

No entanto estas limitações são algo generalistas pois determinados procedimentos de análise têm sempre razão de existir, só que têm que passar a englobar-se num contexto de globalização. É o caso das aproximações teóricas ao desenvolvimento local também já identificadas na primeira parte deste trabalho. Essas não são mais do que métodos para fazer um diagnóstico, que se pretende o mais correcto possível, de cada local e para poder depois enquadrar em qualquer política de desenvolvimento. A abordagem de mais exequível aplicação é precisamente a que o autor destas linhas entende como a mais correcta: segundo o ciclo de pobreza. Essa abordagem, preconizada por Porter, indica que tem que se ter um conhecimento profundo das pessoas, da cultura, da história, do património físico e cultural, para identificar os seus pontos fortes e promover o desenvolvimento local.

A transposição dos aspectos evidenciados pela globalização para o nível local é enfatizada por Josef Konvitz ⁽¹⁷⁾.

Segundo Konvitz, da Divisão de Assuntos Urbanos da O.C.D.E., por mais paradoxal que possa parecer, as tecnologias avançadas não estão a destruir o papel das vantagens da aglomeração nem a reforçar apenas as grandes metrópoles. Segundo aquele autor, apesar de o teletrabalho e as redes virtuais de fabrico transnacionais ganharem espaço, as aglomerações continuam a funcionar, sobretudo em segmentos em que os conhecimentos e a experiência são difíceis de armazenar e de transmitir, e em que a proximidade física e a complementaridade contam decisivamente. Encontram-se nesta situação sectores como a confecção, o calçado, os bens de equipamento, a micromecânica, a cerâmica, o mobiliário, etc. São citados exemplos de pequenas cidades europeias (população de 50 a 100 mil habitantes) que tirando partido das suas vantagens locais conseguiram afirmar marcas a nível internacional. É o caso da Benetton em Treviso (90 mil habitantes) e da Lacoste em Troyes (80 mil habitantes).

Dar visibilidade a este tipo de vantagens locais em cidades que outrora eram classificadas de “provincia” é uma das estratégias fundamentais a que têm que meter mãos empresários e autarcas, sublinha Konvitz.

Os locais, até à data confinados aos seus pequenos limites, têm agora hipótese de participar de uma forma mais activa nas oportunidades abertas pela globalização. Precisam de aproveitar os nichos de mercado que se abrem ao nível da subcontratação, criando uma rede de micro-empresas

⁽¹⁷⁾ L'Observateur de l'OCDE, nº197, Dezembro 95 - Janeiro 96

potenciando assim o desenvolvimento de actividades em pequenas cidades vizinhas, tirando daí claros benefícios.

Outro factor muito importante que Konvitz salienta é que neste contexto de globalização, caracterizado pela mobilidade do capital e da população, a qualidade de vida constitui, mais do que nunca, uma variável importante do desenvolvimento económico. Novos critérios de qualidade emergem perante as desvantagens do velho modelo de aglomeração urbana esgotado hoje em dia (poluição, engarrafamentos, subúrbios carregados de problemas, desertificação nocturna): a duração do trajecto casa-trabalho, o rácio custo de habitação/salário, o estado do parque habitacional, a facilidade de acesso a outras cidades, o grau de abertura a outras culturas, a qualidade do ensino e formação de talentos, a eficácia dos serviços públicos locais, a qualidade dos serviços jurídicos e financeiros, o número de criação de empresas e empregos, o ambiente psicológico que gera, a animação cultural ou as oportunidades de entretenimento, as políticas ambientais locais, a redução das bolsas de pobreza.

Alguns destes critérios podem ser mais facilmente alcançados na sequência da descentralização prognosticada pela OCDE. Quando falamos de descentralização estamos sem dúvida a equacionar o reforço de poderes locais que se consubstancia na regionalização.

Trata-se de uma questão muito actual no nosso país e que tem vindo a levantar muita polémica. O que é um facto é que a descentralização dos poderes nacionais constitui-se como um passo em frente no sentido de acompanhar as novas tendências da economia mundial.

Manuel Brandão Alves ⁽¹⁸⁾ é de opinião que a Regionalização, enquanto processo de gestão integrado de decisões da administração regional, da administração central e da administração local, vem preencher um espaço vazio, vem mobilizar factores que ficariam inaproveitados, vem dar maior eficiência à utilização dos recursos e maior consistência e densidade ao tecido económico e social. A Região surge assim como a entidade de menor dimensão geográfica com poderes de decisão de natureza macro-económica: investimento, produção, emprego, exportações e inflação. Aquele docente universitário também dá relevância à questão da dispersão de serviços indicando mesmo que a concentração de serviços num mesmo espaço, deixou de ser o modelo mais eficiente, considerando sem cabimento atribuir à capital de uma região o papel de motor de desenvolvimento como se fazia há cinquenta anos atrás.

É uma opinião clara e inequívoca e que vem ao encontro de um novo enquadramento da problemática do desenvolvimento regional.

Os cidadãos devem participar da forma mais próxima possível nas decisões que têm impacte directo sobre a sua qualidade de vida. Isso sem dúvida constitui um passo muito importante para potenciar os recursos de cada região e permitirá um desenvolvimento mais equilibrado dos diversos locais que as integram.

⁽¹⁸⁾ Alves, Manuel Brandão; Artigos inseridos nas edições do Semanário Expresso de 20/01/96, 03/02; 10/02;25/05 e 08/06.

A FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

Caracterização geral

Origens

A origem de Santa Bárbara de Nexe enquanto povoação remonta à idade do cobre, segundo a convicção de Estácio da Veiga ⁽¹⁹⁾ que refere que todos os achados arqueológicos que estudou ou teve conhecimento se reportam àquele período.

Posteriormente, o General João Almeida ⁽²⁰⁾ concluiu que, no período de transição entre o Neolítico e o Calcolítico, existiu na zona um castro lusitano de nome Nexe. Adianta ainda que esse castro teria servido aos Fenícios, cerca do séc. XII a. C., para instalação de uma pequena feitoria comercial. Essa feitoria seria transformada em fortaleza romana no séc. II a. C. quando da tomada de Ossónoba pelos Romanos devido à necessidade de apoiar a ocupação militar e proteger a via romana que ligava Castro Marim a Silves, por Ossónoba (actualmente Estoi). Os Alanos que chegaram à Península no séc. V, e os Árabes, que dominaram a zona desde 713 até meados do séc. XIII, serviram-se também da fortificação. No entanto, o assoreamento do “porto” de Nexe, ocorrido no séc. IX, determinou a inutilidade da fortaleza e, conseqüentemente, a perda da importância estratégica da povoação.

Existe a convicção de que muitos documentos sobre a povoação foram destruídos ao longo dos séculos, pois há um completo vazio histórico no período que decorreu entre a fixação dos Árabes e o ano de 1508, data em que foi levado a efeito o “Provimento e vysytaçam da Irmyda da casa de santa barbara de nexe (...)”⁽²¹⁾ conforme documento publicado nos Anais do Município.

A palavra Nexe, segundo o estudo efectuado por José Pedro Machado ⁽²²⁾ e que é considerado o mais credível, tem origem no substantivo *nix* de origem românica e que, no dialecto moçárabe, na altura em uso na Península, quereria dizer ameixeira. Inicialmente esse nome terá sido atribuído ao cerro situado junto à actual povoação. É possível que em tempos passados tivessem existido grandes produções de ameixa, pois, ainda segundo Machado, “A sua passagem a topónimo indicar-nos-á as regiões onde a exploração da ameixa seria mais intensa”.

A Freguesia de Santa Bárbara de Nexe foi formada a partir do desmembramento da única Freguesia até então existente no município de Faro: Santa Maria de Faro. Pretendia-se com essa acção facilitar ao povo da zona o cumprimento das suas obrigações religiosas.

⁽¹⁹⁾ Veiga, Estácio da; *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, Vol. IV

⁽²⁰⁾ Almeida, General João; *Roteiros dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. III, Lisboa, Edição do Autor, 1945

⁽²¹⁾ Iria, Alberto; *Anais do Município de Faro*, 1985,

⁽²²⁾ Machado, José Pedro; *Santa Bárbara de Nexe - Separata dos “Anais do Município de Faro”*, Faro, Tipografia União, 1974

A este propósito convirá recordar a origem das Freguesias. Escreve Arnaldo Anica ⁽²³⁾ que “Freguesia era o conjunto de habitantes de um determinado e superiormente delimitado espaço territorial atribuído a um único sacerdote a quem o Bispo dava poderes para nele administrar os principais sacramentos da Igreja, tais como o baptismo, o casamento e a encomendação de defuntos. (...) A Lei da Separação, de 1911, criou as Paróquias civis, a par das Paróquias religiosas. E em 1916 a Lei nº 621, de 23 de Junho, estabeleceu que as Paróquias civis passavam a denominar-se Freguesias”.

Ainda segundo a citada obra de Anica (1994), ignora-se a data do referido desmembramento embora se dê como muito provável que tenha ocorrido ainda antes de 1471, data da criação da Freguesia de N^a S^a da Graça de Moncarapacho, devido a referências em datas anteriores à igreja paroquial de Santa Bárbara de Nexe.

Aspectos demográficos

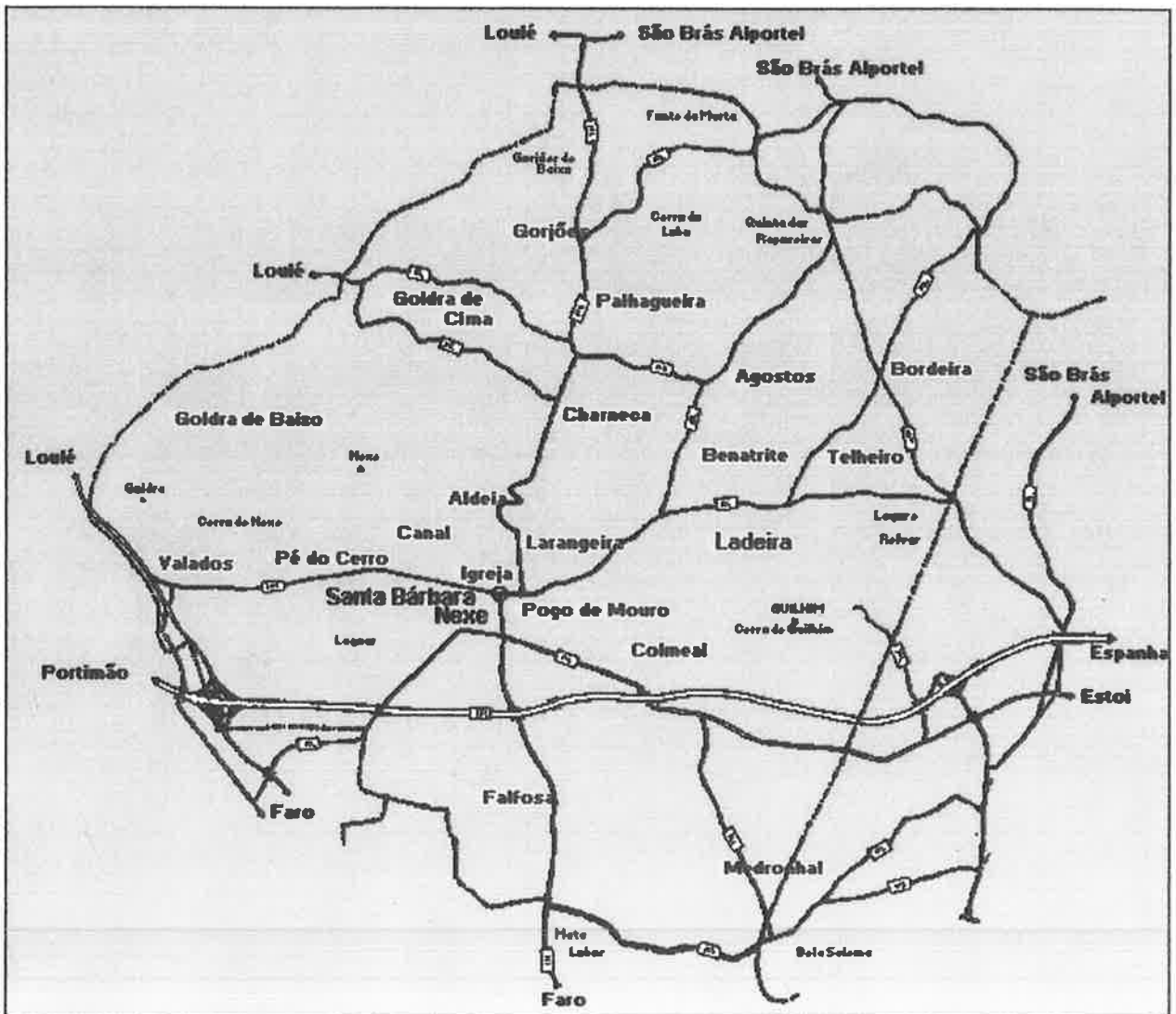
Na configuração actual, como se mostra na fig. 4, a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe ocupa uma área de 42,312 Km² e confronta a sul com a Freguesia de S. Pedro (do Concelho de Faro), a Norte com S. Clemente (Concelho de Loulé) e São Brás de Alportel, a Este com Estoi e Conceição (Faro) e a Oeste com a Freguesia de Almancil (Loulé).



⁽²³⁾ Anica, Arnaldo Casimiro; Freguesias, Vilas e Cidades do Algarve (Sua antiguidade e população), Vila Real Santo António, Edição Viprensa, Lda, 1994

É formada por 19 sítios cuja localização é indicada na fig. 5: Aldeia, Agostos, Benatrite, Bordeira, Canal, Charneca, Colmeal, Falfosa, Goldra de Baixo e de Cima, Gorjões, Igreja, Ladeira, Laranjeira, Medronhal, Palhagueira, Pé do Cerro, Poço Mouro, Telheiro e Valados.

Fig. 5- MAPA INDICATIVO DOS DIVERSOS SÍTIOS DA FREGUESIA



Fonte: Câmara Municipal de Faro - Mapas anexos ao Relatório do P.D.M. (adaptado pelo autor)

O sítio mais importante é a Igreja, onde se situa a sede da Freguesia: Santa Bárbara de Nexe. No entanto, numa análise aos dados estatísticos de 1940, publicados por Maria Mendonça Pinto ⁽²⁴⁾ verifica-se que nessa altura a sua expressão populacional era muito reduzida (apenas 6% da população total), sendo inclusivamente inferior a Bordeira, Goldra, Gorjões, Falfosa e Pé do Cerro. Aliás, Bordeira era à data o centro mais populoso da Freguesia, representando 17% da população recenseada.

⁽²⁴⁾ Pinto, Maria Mendonça. Santa Bárbara de Nexe - Estudo monográfico, Loulé. Tipografia Comercial, 1987

Uma comparação com os dados do último censo (1991) permitem verificar o extraordinário incremento da população residente no sítio da Igreja, passando a ser o mais povoado já justificando assim a categoria de sede de Freguesia. Releve-se que os sítios mais afectados por esse movimento demográfico foram precisamente aqueles que, em 1940, eram mais populosos que a sede de Freguesia.

Nos outros está englobada toda a população dos restantes sítios não mencionados. Em conjunto representam cerca de um terço da população total, mas os dados de 91 não os desagregam pelo que para se poder fazer comparações optou-se por também não discriminar os dados de 1940.

Quadro 2
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DOS SÍTIOS DA FREGUESIA

Sítios	1991		1940		Variação 1991/1940	
	Habitantes	Em %	Habitantes	Em %	Habitantes	Em %
Aldeia	216	5,0%	147	2,9%	69	46,9%
Bordeira	513	11,8%	875	17,2%	-362	-41,4%
Falfosa	315	7,3%	369	7,3%	-54	-14,6%
Goldra	117	2,7%	570	11,2%	-453	-79,5%
Gorjões	354	8,2%	701	13,8%	-347	-49,5%
Pé do Serro	254	5,9%	342	6,7%	-88	-25,7%
Valados	218	5,0%	154	3,0%	64	41,6%
Igreja	967	22,3%	301	5,9%	666	221,3%
Outros	1384	31,9%	1628	32,0%	-244	-15,0%
Total	4338	100,0%	5087	100,0%	-749	-14,7%

Fonte: Maria M. Pinto (1987) e Censos da população. Dados tratados pelo autor.

Pelos dados estatísticos dos censos efectuados nos últimos 100 anos é possível concluir que a população da Freguesia registou uma evolução positiva até à década de 40 (Ver quadro 3). O censo de 1950 já revela um decréscimo populacional que se iria acentuar na década de 60 para a partir da década de 80 se registar uma inversão nessa tendência.

Quadro 3
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA FREGUESIA
(Apenas com base nos censos)

Ano	Habitantes
1890	4 457
1900	4 848
1911	5 041
1920	5 120
1930	4 834
1940	5 284
1950	4 908
1960	4 393
1970	2 997
1981	3 123
1991	4 338

Fonte: INE - Censos 91

A evolução demográfica da Freguesia pode ser considerada como uma amostra representativa do que se passou um pouco por todo o país: um êxodo das populações rurais quer para aglomerados urbanos do litoral, quer para o estrangeiro (fenómeno da emigração) na procura de melhores condições de vida. A emigração teve o seu auge nos anos 60 sendo a França e o continente americano os destinos mais procurados.

A partir de 1981 começa a registar-se o retorno definitivo dos emigrantes bem como algum movimento de saída do campo para a cidade de acordo com a nova filosofia de vida adoptada a partir de meados da década de 80. Para além disso, o crescimento verificado no censo de 91 também estará influenciado pelo movimento migratório de pessoas oriundas de outras zonas do país com problemas de emprego (nomeadamente do Norte). Essas pessoas vieram trabalhar na construção civil e grande parte acabou por se radicar na Freguesia.

A urbanização do Concelho de Faro, reflexo da migração do campo para a cidade, é perfeitamente demonstrada pelos dados coligidos por Maria M. Pinto (1987) e apresentados no quadro seguinte, em que é evidenciado o peso decrescente da população da Freguesia no conjunto do concelho de Faro, principalmente a partir dos anos 60.

Quadro 4
% DE POPULAÇÃO DA FREGUESIA NO CONCELHO

Anos	Concelho(a)	Freguesia (b)	% (b/a)
1930	29.186	4.834	16,56%
1940	31.856	5.087	15,97%
1950	33.602	4.908	14,61%
1960	35.144	4.393	12,50%
1970	30.269	2.997	9,90%
1981	45.692	3.123	6,83%
1991	50.758	4.338	8,55%

Fonte: Maria Mendonça Pinto (1987) e INE - Censos 91

À inversão na tendência decrescente do nº de habitantes não será alheio o retorno de alguns emigrantes que, após terem melhorado a sua posição económica, se decidiram pelo regresso às origens. Mas o factor preponderante para essa situação passa pelo incremento da construção que atingiu o seu auge nos finais da década de 80. Com efeito, reflexo da nova ordem de valores que se foi instalando, começaram a ser evidenciadas as belezas naturais da Freguesia que se tornou um local propício para construção da residência de férias. Dado estar enquadrada numa zona alta, sobranceira ao litoral, é possível disfrutar de vistas maravilhosas que, em dias limpos como normalmente acontece face ao clima ameno que é característico, permitem abarcar uma grande extensão do Parque Natural da Ria Formosa (de Marim à Quinta do Lago) e do centro turístico de Quarteira e Vilamoura.

Os estrangeiros, nomeadamente de origem inglesa, foram os primeiros a aperceber-se dessas qualidades, existindo um número apreciável deles que reconverteram a vivenda de férias em

residência permanente. Os nacionais têm vindo a seguir-lhes as pisadas preferindo a pacatez da Freguesia ao bulício dos centros urbanos.

Para além das qualidades naturais refira-se ainda um outro factor importante para a fixação e incremento da população: a posição estratégica da Freguesia que ocupa uma zona central do Algarve. Encontra-se a 11 Kms de Faro, Capital de Distrito, a 17 Kms da Quinta do Lago e Vale do Lobo - urbanizações turísticas de luxo, a 8 Kms de Loulé, a 15 Kms de Olhão, a 20 Kms de Quarteira/Vilamoura e a 35 Kms de Albufeira, sendo estes dois últimos importantes centros turísticos.

Esse factor foi ainda acentuado com a construção da Via Longitudinal do Algarve (Via do Infante) que passa junto à sede de Freguesia e que tem dois nós de acesso relativamente próximos: um a cerca de 2 Kms e outro a pouco mais de 4 Kms. Assim é possível que qualquer pessoa residente tenha facilidade de acesso a qualquer zona do Algarve sem grandes transtornos, o que veio contribuir para uma maior valorização.

Actividades Económicas

A actividade económica da Freguesia sofreu grandes transformações na segunda metade deste século. Grande parte das actividades tradicionais, subordinadas à agricultura e à indústria, desapareceram durante a década de 60 sendo gradualmente substituídas por actividades ligadas ao turismo.

Apesar de ser eminentemente rural, as suas aptidões e potencialidades e a sua economia são, essencialmente, não agrícolas, empregando o sector primário, em 1991, apenas 15% da população activa. Existe ainda uma pequena bolsa de agricultores que praticam culturas intensivas de hortofrutícolas em estufas retirando daí bons dividendos.

Sendo uma Freguesia que dispõe de bonitas vistas para o litoral, passou a ter uma grande actividade relacionada com a construção dispersa de moradias. Essa realidade veio gerar toda uma actividade económica dos sectores secundário e terciário que gravita à sua volta, quer a montante quer a jusante, e que emprega grande parte da população.

No entanto gerou-se uma grande dependência desse tipo de construção que poderá vir a trazer problemas a muito curto prazo. Com efeito, a entrada em vigor, nesta década, de normas muito restritivas para a ocupação dos solos veio colocar um travão no ritmo de construção. Os seus efeitos só agora se começam a sentir uma vez que existia ainda uma grande quantidade de projectos aprovados cuja construção está chegando ao seu termo. Caso não se encontrem formas alternativas de desenvolvimento poderá estar em causa um número significativo de postos de trabalho.

Para além disso existe ainda uma parte significativa da população que está empregada nas povoações vizinhas de maior influência (Faro e Loulé) e principalmente no sector terciário (comércio e serviços).

Aliás, num inquérito efectuado nos vários sítios da Freguesia, com maior enfoque no comércio e serviços, foi possível chegar a algumas conclusões sobre as influências dos concelhos de Faro (restantes freguesias), Loulé e São Brás de Alportel, na Freguesia e que estão sintetizadas no quadro 5. De um total de 84 questões, em que se perguntava qual a primeira escolha (em termos de sítio ou concelho limítrofe) para aceder a determinados bens e serviços, foram determinados diferentes níveis de influência.

Quadro 5

INFLUÊNCIA DOS CONCELHOS LIMÍTROFES NO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS
(primeiras escolhas)

Sítios	Níveis de influência					
	Faro		Loulé		São Brás	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Agostos	@@@@@	@@@@	@@	@@	@	@
Aldeia	@@@@@	@@@@@	@@	@@	@	@
Benatrite	@@@@@	@@@@	@@@	@@@	@	@
Bordeira	@@@@@@@	@@@@@@	@	@	@@	@@
Canal	@@@@@	@@@@	@@@	@@	@	@
Chameca	@@@@@	@@@@	@@	@@	@	@
Colmeal	@@@@@	@@@@	@@	@@	@	@
Falfosa	@@@@@	@@@@@	@	@	@	@
Goldra	@@@@	@@@	@@@@@	@@@@@	@	@
Gorjões	@@@@	@@@@	@@@	@@	@@	@@
Igreja	@@@@@	@@@@	@@	@@	@	@
Ladeira	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Larangeira	@@@@@	@@@@	@@	@@	@	@
Medronhal	@@@@@@@	@@@@@@@	@	@	@	@
Palhagueira	@@@@@	@@@@	@@@	@@	@	@
Pé do Serro	@@@@@	@@@@	@@@	@@	@	@
Poço Mouro	@@@@@@@	@@@@@@	@@	@@	@	@
Telheiro	@@@@@	@@@@	@@@	@@@	@	@
Valados	@@@	@@@	@@@@@	@@@@@	@	@
Nível de influência:	@ quase nula	<= 5 escolhas		n.d. - não determinado		
	@@ fraca	<= 15 escolhas				
	@@@ média	<= 25 escolhas				
	@@@@ forte	<= 35 escolhas				
	@@@@@ muito forte	<= 50 escolhas				
	@@@@@@ fortíssima	> 50 escolhas				

Fonte: inquérito realizado pelo autor

Verifica-se que, em 1985, Faro tinha pelo menos uma forte influência sobre todos os sítios, com excepção dos Valados, sobre o qual tinha apenas uma média influência.

Por seu turno, em 1996, a dependência em relação à capital foi reduzida na maior parte dos sítios, nomeadamente por força do acréscimo de importância do sítio da Igreja que registou um bom incremento de oferta de bens e serviços nesse período.

Relativamente a Loulé assinala-se uma influência acima da média (tanto em 1985 como em 1996) apenas nos Valados e na Goldra, que se justifica pela sua proximidade geográfica e fácil acesso àquela Cidade. Nos restantes sítios, tal como em relação a Faro, também se verificou, na sua maior parte, uma redução de influência em 1996 face a 1985.

Refira-se, no entanto, que, em termos globais, Loulé exerce uma influência bastante significativa sobre a maioria dos sítios para consumo de bens alimentares, sendo a ida ao mercado ao Sábado de manhã, nesta cidade, um ritual que muita gente não dispensa.

Lógicamente, neste contexto, São Brás de Alportel assume uma influência muito reduzida. Apenas a Bordeira e os Gorjões sofrem uma fraca influência, sendo esta quase nula nos restantes sítios.

Decorrente do mesmo inquérito e relativamente à influência dos diversos sítios, a Igreja constitui-se como o sítio que tem mais primeiras escolhas a seguir a Faro e Loulé, de acordo com a sua qualidade de sede de Freguesia. Seguidamente, embora a alguma distância, surgem os Gorjões, a Bordeira e a Falfosa.

Aliás, estes quatro sítios, de 1985 para 1986, aumentaram de forma substancial a sua influência sobre os restantes sítios, que se mantiveram ou regrediram, como se verifica pela análise do quadro 6. Esta situação, reflecte um aumento de assimetrias entre os diversos sítios que, embora a um nível muito micro, também se fazem sentir.

Confirma-se pois o bom incremento registado nos últimos anos relativamente à abertura de novos negócios, particularmente nestes sítios, e que permitiu reduzir a dependência em relação a Faro e Loulé.

O sítio da Ladeira não regista quaisquer valores pois, para além de não ter nenhuma actividade económica, tem uma população envelhecida e inferior a 10 pessoas, não podendo ser identificada uma tendência clara e uniforme.

No entanto, continua a verificar-se que, no seu todo, a Freguesia ainda sofre grandes influências daquelas duas cidades.

Numa análise à distribuição da população activa por sectores de actividade reportada a 1991 (quadro 7), confirma-se a fraca expressão do sector primário (Agricultura), verificando-se que o sector terciário é o que emprega mais população, seguido de perto pelo secundário (Indústria).

Quadro 6
A CAPACIDADE DE ATRACÇÃO DOS DIVERSOS SÍTIOS EM MATÉRIA DE CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS (primeiras escolhas no interior da Freguesia)

Sítios	Agostos	Aldeia	Benatrite	Bordeira	Canal	Charneca	Colmeal	Falfosa	Goldra	Gorjões	Igreja	Ladeira	Larangeira	Medronhal	Palhagueira	Pé do Serro	Poço Mouro	Telheiro	Valados	Total
Agostos	11			2				1		7	19									
Aldeia		8		1	1			1		2	20		2							
Benatrite	9		1	4				1		3	22									
Bordeira				18						1	5									
Canal		1		1	1			3		1	27		1			5				
Charneca	1	2		2		9		2		4	21									
Colmeal				1			7	2			28		1							
Falfosa				1				17		1	22									
Goldra	1			1					8	5	11		1							
Gorjões				1						18	15									
Igreja	1			1				2		1	35									
Ladeira																				
Larangeira		7		2				1		1	24		3							
Medronhal				1			1	2			11			2						
Palhagueira	6			1				1		10	15				3					
Pé do Serro		1		1				3		1	25					8			1	
Poço Mouro				2			5	4		1	26		1				1			
Telheiro	3			12				1		2	17							1		
Valados		1		1							12						1			7
Totais 1996	32	20	1	53	2	9	13	41	8	58	355	0	8	3	3	14	1	1	8	630
Totais 1985	30	21	1	31	5	10	13	23	9	44	172	0	10	2	2	15	1	1	8	398
Var. em nº	2	-1	0	22	-3	-1	0	18	-1	14	183	0	-2	1	1	-1	0	0	0	232
Var. em %	7%	-5%	0%	71%	-60%	-10%	0%	78%	-11%	32%	106%	0%	-20%	50%	50%	-7%	0%	0%	0%	58%

Fonte: inquérito realizado pelo autor

Esta situação difere da estrutura tipo de todo o Concelho em que sector terciário assume já uma preponderância bastante acentuada (superior a 70%). Sem dúvida que esse predomínio é claramente influenciado pela particularidade da sede de Concelho ser simultaneamente a sede de Distrito concentrando por isso os serviços da Administração Pública.

Refira-se ainda o facto da população activa representar apenas 37% da população total, assinalando-se que 3,4% corresponde à população desempregada. A taxa de desemprego fixava-se assim nos 9,2% (131/1410) o que constitui uma percentagem bem mais elevada que a taxa média nacional. Tal número deverá, no entanto, pecar por excesso e não corresponder à realidade pois parte dessas pessoas vivem de expedientes motivados pela sazonalidade e não possuem qualquer vínculo contratual.

Quadro 7

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE EM 1991

	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Santa B. Nexe	186	14,5%	493	38,5%	600	46,9%	1.279	100,0%
Faro (Concelho)	2.262	10,1%	3.906	17,5%	16.162	72,4%	22.330	100,0%

Fonte: INE - Censos 91. Dados tratados pelo autor.

Outro facto digno de registo é que o número de pessoas empregadas é praticamente idêntico ao de reformados o que demonstra algum envelhecimento da população.

Um reparo ainda para o número significativo de pessoas domésticas (526), com predomínio feminino, o que reflecte ainda o pensamento dominante de que a mulher deve-se ocupar única e exclusivamente da “lida da casa”.

Quadro 8

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO EM 1991

(População activa: >= 12 anos)

Situação	Habitantes	%
População com actividade económica	1.410	36,9%
população empregada	1.279	33,5%
população desempregada	131	3,4%
População sem actividade económica	2.410	63,1%
estudantes	271	7,1%
domésticos	526	13,8%
reformados	1.273	33,3%
incapacitados permanentes p/o trabalho	41	1,1%
outros	299	7,8%
Total	3.820	100,0%

Fonte: INE - Censos 91. Dados tratados pelo autor.

Após esta breve radiografia da força produtiva da região, passemos a uma análise sumária das actividades económicas existentes na Freguesia, focando também as que entretanto já se perderam e que tiveram a sua importância na economia local.

⇒ Agricultura

A agricultura constitui a base de actividades tradicionais que se têm vindo a perder. Sendo a Freguesia bastante seca o tipo de agricultura existente é de sequeiro, com predominância da

amendoeira, alfarrobeira, figueira e ainda da oliveira, da qual se falará no capítulo dedicado à indústria.

A apanha da amêndoa, alfarroba e figo, é uma actividade que se tem mantido ao longo dos anos. No entanto, para a maior parte das pessoas tem vindo a transformar-se numa actividade complementar. Para tal situação tem contribuído o facto da propriedade dos terrenos estar muito disseminada pelo que são muitas as famílias nexenses envolvidas nesse labor não permitindo gerar produções que justifiquem maior dedicação. Basta toda a família dedicar-se à apanha durante alguns fins de semana para a questão ser resolvida.

Para além disso é uma actividade que apenas ocupa 3 meses do ano e que são precisamente os do Verão (Julho, Agosto e Setembro). Logo sofre a concorrência do emprego em actividades turísticas que são, sem dúvida, trabalhos menos rudes, e do próprio clima que convida ao lazer e ao descanso durante a época balnear. É que a apanha dos frutos obriga a uma penosa exposição ao sol no pino do Verão durante todo o dia, exigindo também um esforço físico considerável.

No entanto, por certo não irá desaparecer pois trata-se de uma actividade que, no quadro de uma exploração familiar, gera boa rentabilidade. Os custos de manutenção dos terrenos e das árvores de fruto são pouco expressivos e é possível tirar bons rendimentos do comércio desses frutos.

Com efeito os frutos secos, particularmente a amêndoa e o figo, são um *ex-libris* do Algarve sendo muito apreciados quer pelos naturais quer pelos estrangeiros que nos visitam ou que têm residência permanente. A partir deles, fazem-se doces tradicionais muito saborosos e que são uma produção especializada desta província.

Refira-se ainda que há alguns empresários que, por meio de arrendamento, exploram grandes parcelas de terreno chegando a empregar cerca de duas dezenas de pessoas na apanha dos frutos.

Mas a actividade que, localmente, gera mais lucro é a de grossista de frutos secos, particularmente da alfarroba, já que o preço da amêndoa mantém-se estabilizado desde há uns anos a esta parte e o figo não tem expressão. Compram os frutos às várias famílias, que não têm infraestruturas para os armazenar, por preços relativamente baixos, para mais tarde os venderem directamente às fábricas ou a outros grossistas de maior potencial. Como é normal numa estrutura regulada pela oferta e pela procura, o preço dos frutos é mais baixo na época da apanha e nos 4 ou 5 meses imediatamente seguintes. A partir daí o preço vai subindo consoante a intensidade da procura chegando a atingir, nomeadamente na alfarroba, três vezes mais do que o que estava estabelecido.

Na origem destas oscilações de preço está o facto da alfarroba e o seu subproduto (a semente) possibilitarem as mais variadas aplicações, caracterizando-se por ser um produto não tóxico nem venenoso, que justificam uma grande procura a nível mundial. Para além disso trata-se de um produto que apenas existe na bacia do Mediterrâneo sendo Portugal, Espanha e Itália os maiores produtores.

Essa situação tem-se acentuado na década de 90 devido à crescente procura da alfarroba por parte dos países importadores. Os maiores grossistas, que estão todos sediados no Concelho de Loulé, dispõem mesmo da sua própria moagem para transformação da semente conseguindo assim bons negócios.

As unidades industriais (existem duas em Faro) tratam os subprodutos da alfarroba: o triturado e a semente. O triturado é utilizado na alimentação do gado e substituído com vantagem cerca de 60% do cacau na composição do chocolate. Por sua vez a semente, que é a parte mais procurada, é utilizada na composição dos mais variados medicamentos e das farinhas lácteas.

Para além disso as pessoas dedicavam-se ao cultivo de favas, ervilhas e trigo com carácter de subsistência. As características do terreno ajudam à produção do trigo cuja cultura ocupava a maior parte dos terrenos. Tratava-se da primeira fase da produção de pão, ritual que quase todas as famílias nexenses seguiam.

Na Freguesia chegou a ser instalada, nos anos 60, uma moagem no centro da povoação que lhe dá nome mas que não resistiu ao evoluir dos tempos tendo laborado por um período inferior a 10 anos, devido principalmente à concorrência movida pela moagem em Loulé.

Hoje em dia, com a instalação da padaria na Freguesia, a produção para consumo próprio está praticamente em extinção, e por certo essa tradição acabará por perder-se por completo com a chegada das novas gerações.

Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer, tem vindo a emergir um tipo de agricultura intensiva de regadio concentrada na zona que detém os maiores recursos aquíferos da Freguesia: Falfosa e Medronhal. São explorações com carácter de permanência face às boas condições de que desfrutam.

Segundo dados de 89, verifica-se ainda a existência de produtores que se dedicam a tempo inteiro à agricultura. No entanto o número de produtores e familiares que dedicam menos de 50% a essa actividade tem a esmagadora maioria e tal fica-se a dever ao facto de serem poucas as explorações existentes que justificam um trabalho a tempo inteiro.

Quadro 9
POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NA FREGUESIA

Actividade Agrícola	Produtores	Cônjuges	Outros familiares	Total	
				nº	%
A tempo inteiro	23	5	3	31	2,0
Entre 50% a 100%	190	132	39	361	23,7
< 50%	374	256	199	829	54,5
S/ actividade	0	52	249	301	19,8
Total	587	445	490	1522	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral de Agricultura, 1989

Tratam-se de culturas de tomate, feijão, pepino, pimento, melancia e melão, sendo a maior parte em estufa de forma a permitir a colocação das colheitas mais cedo no mercado. Para além disso existem também explorações de citrinos, sendo evidente que o terreno tem boas condições para esse tipo de cultura.

Algumas propriedades chegam a atingir os 2 ha, o que já constitui uma dimensão apreciável para o meio, e dispõem de moderno equipamento. Dispõem de dispositivos de rega automática, câmaras frigoríficas e sistemas mecânicos de adubo, embalagem e calibragem da fruta e hortícolas. Inclusivamente já existem explorações que instalaram meios computadorizados de rega que, através de sensores térmicos e hídricos, fazem a avaliação das necessidades de água das plantas permitindo uma maior racionalização da água.

Não se observam dificuldades no escoamento da produção apesar da concorrência dos produtos espanhóis. O binómio qualidade/preço continua a ser favorável, sendo positiva a apetência que os empresários demonstram pelas novas tecnologias.

No entanto, apesar de ser uma actividade com movimento mais ou menos constante ao longo de todo o ano, ela gera pouco emprego na Freguesia. Por um lado, isso deve-se ao facto de ser um trabalho rude e relativamente mal pago, pelo que a população residente tem-se dedicado a outras actividades que, por enquanto, lhes trazem maiores rendimentos e/ou menor desgaste físico. A mão de obra provém de zonas circundantes mais desfavorecidas (Cachopo, Salir, Querença) e até mesmo do Alentejo. Por outro lado a distribuição dos produtos não é assumida pelos próprios que a entregam a terceiros, cujas empresas se encontram sediadas fora da Freguesia, o que reduz o valor acrescentado retido na Freguesia.

⇒ Indústria

A Freguesia é fértil em argila, o que originou a instalação de empresas produtoras de materiais para construção, nomeadamente telhas e tijolos. Tratavam-se de unidades com uma grande componente de mão de obra, mal remunerada, cujo único factor competitivo era a proximidade da matéria prima. O produto mais fabricado era a telha, daí o nome de telheiro pelo qual eram conhecidas as unidades produtivas, que tinha uma grande saída naqueles tempos pois todas as casas usavam no seu tecto telhas aplicadas sobre madeira e canas. A produção de tijolos era residual.

Com a evolução tecnológica entretanto verificada, o factor localização junto da matéria prima perdeu progressivamente importância, cedendo a prioridade na preferência à qualidade e ao custo do produto. Surgiram produtos alternativos de melhor qualidade e a mais baixo preço, enquanto que, por outro lado, a construção de casas com telhado de telha entrou em declínio.

Incapazes de se adaptar a esses novos desenvolvimentos, essas unidades foram encerrando as portas não existindo, actualmente, nenhuma unidade em actividade.

A Freguesia é também fértil em calcáreos, particularmente na zona de Bordeira, onde se estabeleceu a actividade de produção de cantarias. As cantarias passavam por ser um produto extremamente vulgar e eram utilizadas como bastidor de portas e janelas, produzindo um efeito muito bonito nas habitações.

Tratava-se também de uma indústria de mão de obra intensiva e com baixos salários pelo que atravessou uma fase complicada tal como aconteceu com a cerâmica. O facto de ser um trabalho eminentemente manual sendo, na altura, extremamente difícil e oneroso o recurso à mecanização, levou a um progressivo aumento do preço das cantarias pelo que a procura reduziu drasticamente. Grande parte dos canteiros tiveram que emigrar em busca de melhores condições de vida. Outros conseguiram reconverter a actividade e dedicaram-se à estatuária e à extracção industrial de pedra para a pavimentação, vulgo calçada.

Esta última actividade ainda mantém uma posição cimeira na economia bordeirense justificando nos últimos anos largos investimentos em maquinaria.

A qualidade do calcáreo de Bordeira é sobejamente reconhecida, inclusivamente em termos internacionais, tendo sido utilizado para a construção de diversos monumentos conforme nos conta Maria Pinto (1987): "(...) devendo neste aspecto mencionar-se a estátua de D. Marcelino Franco, em Tavira, o monumento que a Câmara de Faro ofereceu à cidade-irmã de Hayward (E.U.A.), o fontenário do lar de terceira idade, em Faro, o monumento inaugurado na Praça de Tânger aquando da geminação de Faro com a bela cidade marroquina, todo o trabalho de cantaria do antigo Palácio Fialho (actual Colégio de Nossa Senhora do Alto) e os altares de muitas igrejas algarvias, designadamente a Capela de Nossa Senhora de Fátima (em Bordeira). Tempos houve em que grandes quantidades de cantarias de construção e ornamentais seguiam para a Madeira."

Salienta-se ainda, nas actividades tradicionais, no domínio da indústria, a intensa produção de azeitona que levou à instalação, na Freguesia, de vários lagares para produção de azeite. Mais uma vez as novas tecnologias foram-se impondo levando a que a maior parte dos lagares fechassem. Actualmente apenas existe um a funcionar na Freguesia, mais concretamente em Bordeira, que procedeu ao investimento necessário para apresentar uma estrutura moderna e funcional. Para além disso existem outros lagares ainda em actividade nas freguesias de Estoi e São Brás de Alportel que, dada a sua proximidade, não permitem um maior desenvolvimento desse negócio nesta Freguesia.

Em meados da década de 70, foi instalada uma padaria no sítio da Igreja. Rápidamente ganhou o seu mercado e espaço próprio promovendo maior desenvolvimento à Freguesia. Essa unidade industrial, que está modernamente equipada, continua em actividade fornecendo pão a grande parte da Freguesia e a outros locais em seu redor.

Desde os finais da década de 80 a construção civil deu um grande impulso à economia da Freguesia devido ao grande surto provocado pela construção de casas de campo, quer por nacionais quer por estrangeiros, atraídos pela boa situação geográfica e pela amenidade do clima.

Surgiram várias empresas de construção que rapidamente se desenvolveram e alcançaram grande destaque promovendo a criação de muitos postos de trabalho.

Essa situação gerou também um efeito induzido em várias indústrias a montante e a jusante da construção. Foram constituídas pequenas unidades produtivas de carpintaria, serralharia civil e caixilharia de alumínio (distribuídas pela Bordeira, Igreja, Bordeira e Falfosa) e as unidades de transformação de pedra (em Bordeira) sofreram um novo incremento que justificaram maiores investimentos.

⇒ Comércio

A Freguesia de Santa Bárbara de Nexe nunca teve grandes tradições de comércio. Com efeito, ao longo dos tempos tem sofrido grande influência das povoações de maior expressão que a rodeiam (Faro, Loulé, São Brás de Alportel e, recentemente, Almancil).

Durante muitos anos o comércio existente nos vários sítios da Freguesia resumia-se a pequenas mercearias que supriam, ainda que de forma deficiente, as necessidades alimentares básicas da população.

Sensivelmente, a partir da segunda metade da década de 80 dá-se uma grande evolução na qualidade e quantidade dos estabelecimentos comerciais. A melhoria verificada foi suscitada, por um lado, pelo grande incremento da construção que aumentou de forma considerável o número de residentes, logo a procura dos bens aumentou na mesma proporção obrigando os estabelecimentos existentes a procurarem formas mais expeditas e modernas de atender os clientes, assim como criou condições para a abertura de outros. Por outro lado a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, provocou a necessidade de criar condições para o País se aproximar do nível de vida dos restantes parceiros.

No entanto, tal situação não se reflectiu num alargamento significativo da oferta até então existente. Com efeito verificou-se a transformação de grande parte das mercearias para pequenos supermercados com duas ou três caixas de saída e um alargamento do leque de produtos para venda. Mas no que respeita aos novos estabelecimentos não se regista uma diversificação significativa.

Um inquérito específico aos diferentes funções comerciais existentes nos vários sítios da Freguesia relativamente a 1985 e a 1996, confirma isso mesmo, tendo-se verificado que os sítios de maior incidência são a Igreja, seguida da Bordeira, Gorjões, Agostos, Aldeia, Charneca, Falfosa e Goldra. A Igreja regista mesmo uma grande evolução de 1985 para 1996, o que lhe permitiu atingir a maior diversificação de tipos de comércio.

No sentido oposto, regista-se a inexistência de qualquer função comercial em Benatrite, Ladeira, Larangeira, Medronhal, Poço Mouro e Telheiro.

Esta situação reflecte pois o grau de importância relativa dos diversos sítios.

Quadro 10

FUNÇÕES COMERCIAIS EXISTENTES NOS DIVERSOS SÍTIOS

Sítios	Funções comerciais existentes (nº)		Variação 96/85	
	1985	1996	em nº	em %
Agostos	5	5	0	0,0%
Aldeia	4	5	1	25,0%
Benatrite	0	0	0	0,0%
Bordeira	6	5	-1	-16,7%
Canal	1	1	0	0,0%
Charneca	3	6	3	100,0%
Colmeal	3	3	0	0,0%
Falfosa	3	6	3	100,0%
Goldra	4	4	0	0,0%
Gorjões	4	6	2	50,0%
Igreja	6	9	3	50,0%
Ladeira	0	0	0	0,0%
Larangeira	0	0	0	0,0%
Medronhal	0	0	0	0,0%
Palhagueira	1	0	-1	-100,0%
Pé do Serro	2	3	1	50,0%
Poço Mouro	0	0	0	0,0%
Telheiro	0	0	0	0,0%
Valados	2	2	0	0,0%
Existência da função independentemente da sua frequência				
<small>Campos A6, A72 a A78, A710 a A721 do Inquérito</small>				

Fonte: inquérito realizado pelo autor

Na sede de Freguesia, em 1982, foi finalmente suprida uma necessidade essencial para toda a população da Freguesia que era a instalação de uma farmácia. Quem quizesse medicamentos tinha que se deslocar a Faro ou a Loulé. Já há 55 anos que não existia o comércio de produtos farmacêuticos pois a farmácia existente na altura, também em Santa Bárbara, fechou as portas devido ao fraco movimento porque a mentalidade dominante na altura era a automedicação caseira.

No entanto este novo estabelecimento viria também a fechar em 1989 devido à oportunidade da proprietária se instalar em Quarteira, povoação que lhe possibilitava um maior movimento.

Em finais de 1991 instalou-se uma nova farmácia também na sede de Freguesia que se mantém ainda em actividade.

A este propósito torna-se interessante analisar o número de bens de consumo corrente que se podem encontrar no comércio dos diversos sítios da Freguesia. De um cabaz de 27 famílias de bens, de acordo com os indicados no campo A9 do inquérito efectuado (ver exemplar do inquérito nos anexos deste estudo), o sítio da Igreja regista mais uma vez maior diversidade. A seguir surgem a Bordeira, Agostos, Aldeia e Gorjões.

Refira-se que, em 1985, era a Bordeira que tinha maior diversidade, estando a Igreja a seguir ao mesmo nível dos Agostos e da Aldeia, o que demonstra o grande incremento entretanto verificado.

Releve-se ainda, pelo lado negativo, os sítios de Benatrite, Canal, Ladeira, Larangeira, Medronhal, Poço Mouro e Telheiro em que os bens de consumo corrente não existem ou não têm qualquer expressão.

No caso particular do Medronhal, registe-se que a mercearia onde as pessoas se abastecem fica logo a seguir à delimitação do sítio de Bela Salema que já pertence à freguesia da Conceição de Faro o que origina a fraca posição relativa que ocupa, tanto mais que se trata de sítio que possui escola primária.

Quadro 11

Nº DE BENS DE CONSUMO CORRENTE EXISTENTES NO COMÉRCIO DOS DIVERSOS SÍTIOS

Sítios	Bens de consumo corrente existentes		Variação 96/85	
	1985	1996	em nº	em %
Agostos	13	14	1	7,7%
Aldeia	13	14	1	7,7%
Benatrite	0	0	0	0,0%
Bordeira	15	15	0	0,0%
Canal	2	2	0	0,0%
Chameca	9	9	0	0,0%
Colmeal	9	9	0	0,0%
Falfosa	10	10	0	0,0%
Goldra	9	9	0	0,0%
Gorjões	11	12	1	9,1%
Igreja	13	19	6	46,2%
Ladeira	0	0	0	0,0%
Larangeira	1	1	0	0,0%
Medronhal	0	1	1	0,0%
Palhagueira	6	2	-4	-66,7%
Pé do Serro	10	10	0	0,0%
Poço Mouro	1	1	0	0,0%
Telheiro	0	0	0	0,0%
Valados	7	7	0	0,0%

Campo A9 do inquérito

Fonte: inquérito realizado pelo autor

⇒ Serviços

A partir de meados da década de 80 verificou-se uma grande evolução do sector dos serviços. Com efeito tem-se assistido à profusão dos serviços associados ao forte incremento da construção que gerou uma dinâmica económica muito apreciável.

Surgiram escritórios de compra e venda de propriedades, mediadores de seguros, gabinete de contabilidade, solicitador, dependência bancária, aumentando pois o número de postos de trabalho de escritório.

Registou-se também um incremento quer da quantidade, quer da qualidade dos restaurantes e dos cafés.

Uma análise aos tipos de serviços existentes nos diversos sítios (de acordo com os indicados no inquérito tipo) permite verificar uma grande evolução de 1985 para 1996, particularmente na Igreja, Bordeira e Gorjões que são precisamente os sítios com maior diversidade, conjuntamente com a Falfosa. A alguma distância surgem os Valados, Agostos e Aldeia. No plano oposto, sem qualquer serviço existente, aparecem a Ladeira, o Telheiro e Benatrite.

Quadro 12
SERVIÇOS EXISTENTES NOS DIVERSOS SÍTIOS

Sítios	Número de serviços existentes		Variação 96/85	
	1985	1996	Em nº	Em %
Agostos	6	6	0	0,0%
Aldeia	3	4	1	33,3%
Benatrite	1	1	0	0,0%
Bordeira	9	12	3	33,3%
Canal	3	3	0	0,0%
Chameca	4	4	0	0,0%
Colmeal	3	3	0	0,0%
Falfosa	9	9	0	0,0%
Goldra	3	4	1	33,3%
Gorjões	8	10	2	25,0%
Igreja	8	14	6	75,0%
Ladeira	0	0	0	0,0%
Lorangeira	3	3	0	0,0%
Medronhal	1	2	1	100,0%
Palhagueira	1	2	1	100,0%
Pé do Serro	3	3	0	0,0%
Poço Mouro	2	1	-1	-50,0%
Telheiro	1	1	0	0,0%
Valados	7	8	1	14,3%

Existência do serviço independentemente da sua frequência

Campos A2, A4, A5, A71, A79, A8 do Inquérito

Fonte: inquérito realizado pelo autor

Surgiram também novas profissões de apoio às inúmeras vivendas de turismo entretanto construídas. Dado que durante grande parte do ano as casas estão desocupadas existem pessoas que ficam responsáveis pela manutenção e segurança das mesmas. Para além disso são necessários também os serviços de jardinagem, limpeza das casas, limpeza e manutenção da água das piscinas, etc.

Face a este tipo de turismo verifica-se que não se registou aumento de estabelecimentos tipo hoteleiro. Trata-se de uma das grandes pechas da Freguesia. Alguém que queira pernoitar em qualquer dos sítios terá que recorrer a quartos alugados por particulares.

A única excepção é a existência, próximo da sede da Freguesia, do hotel de 5 estrelas “La Réserve”, mas este está direccionado para um mercado de luxo, normalmente para turistas que programam as suas deslocações através de agências de viagens.

Face à conjuntura actual da economia do país é muito provável que o sector terciário venha a aparecer na Freguesia em situação de destaque.

Educação

A Freguesia de Santa Bárbara apenas possui estabelecimentos de ensino primário, ou seja até à quarta classe. Até há cerca de 20 anos atrás chegaram a ser leccionadas a 5^a e a 6^a classes na escola da sede da Freguesia, situação que acabou por terminar por falta de condições.

A instrução mínima sempre foi uma preocupação da população, existindo escola na sede de Freguesia desde 1865. Posteriormente foram abertas escolas na Bordeira (1911), nos Gorjões (1911), no Medronhal (1973), no Pé do Serro (1974) e ainda na Goldra. Entretanto, estas duas últimas foram encerradas porque não tinham alunos suficientes para justificar o seu funcionamento.

Numa análise às áreas de influência de cada escola verifica-se que a da sede de Freguesia é frequentada por alunos oriundos de 12 sítios. A seguir aparece a escola dos Gorjões com cinco sítios.

Refira-se que o encerramento das escolas da Goldra e do Pé do Cerro provocou a deslocação dos alunos do sítio da Goldra e dos Valados para escolas do Concelho de Loulé, embora no caso da Goldra parte dos alunos frequentem a escola dos Gorjões.

Outra situação a reter é o facto de alguns sítios, dada a sua maior dimensão, dividirem os seus alunos por duas escolas consoante a proximidade geográfica e as conveniências dos pais.

Aliás, a distribuição das escolas e a influência que exercem sobre o território circundante é um factor de atracção das famílias e de desenvolvimento dos locais onde estão implantadas, sendo responsáveis por uma fatia importante dos fluxos comerciais existentes.

Após a instrução primária, a maior parte dos alunos vão estudar para Faro. Uma pequena franja da população estudantil vai estudar para Loulé devido à maior facilidade de transporte. Isso acontece principalmente no sítio dos Valados que sofre uma grande influência daquela cidade.

Quadro 13

ESCOLAS PRIMÁRIAS EXISTENTES E RESPECTIVA ÁREA DE INFLUÊNCIA

1985		1996	
Escolas existentes	influência sobre	Escolas existentes	influência sobre
Igreja	Igreja, Poço Mouro, Colmeal, Falfosa (parte), Ladeira, Canal, Agostos (parte), Larangeira, Aldeia, Charneca (parte), Benatrite	Igreja	Igreja, Poço Mouro, Colmeal, Falfosa (parte), Ladeira, Canal, Agostos (parte), Larangeira, Aldeia, Charneca (parte), Benatrite
Bordeira	Bordeira, Telheiro	Bordeira	Bordeira, Telheiro
Gorjões	Charneca (parte), Agostos (parte), Gorjões, Palhagueira	Gorjões	Charneca (parte), Agostos (parte), Gorjões, Palhagueira, Goldra (parte)
Pé do Cerro	Valados, Pé do Cerro	Escola encerrou	--
Medronhal	Medronhal	Medronhal	Medronhal
Goldra	Goldra	Escola encerrou	--
Falfosa/Mata Lobos	Falfosa (parte)	Falfosa/Mata Lobos	Falfosa (parte)

Fonte: inquéritos efectuados pelo autor

Nota: parte dos alunos da Goldra vão para Loulé; os alunos dos Valados passaram a ir para a Alfarrobeira (Loulé)

Segundo os censos de 91 existiam três alunos que estudavam em São Brás de Alportel. É provável que, com a abertura em 1995 da nova escola C+S daquela cidade, tal número venha a crescer embora de forma pouco significativa, pois não existem ligações de transportes públicos que possibilitem deslocações sistemáticas.

Quadro 14

ESTUDANTES QUE SE DESLOCAM DA FREGUESIA PARA CONCELHOS LIMÍTROFES E PARA FARO (cidade)

De	Para	Faro	Loulé	Olhão	S.Brás Alportel	Total
Santa Bárbara de Nexe		242	26	0	3	271

Fonte: INE, Censos 91. Dados tratados pelo autor

Saúde

A saúde também tem constituído uma grande preocupação sentida na Freguesia. A este nível são sentidas grandes dificuldades devido à grande área ocupada pela Freguesia e à grande dispersão da sua população. Durante muito tempo, o único centro de saúde existente situava-se em Santa Bárbara de Nexe o que obrigava à deslocação da população dos restantes sítios. Esta situação é agravada pelo facto de não existir um conveniente sistema de transportes entre as diversas povoações.

Só recentemente a Bordeira passou também a dispor de uma extensão do centro de saúde que funciona na esfera do que existe na sede da Freguesia. Trata-se de uma grande melhoria do serviço prestado à população, não se justificando entretanto a abertura de outros centros ou extensões noutras sítios dada a fraca densidade populacional.

Os centros estão dotados de médicos de clínica geral que fazem a triagem das doenças, após o que os doentes deverão ser encaminhados para médicos especialistas, normalmente em Faro. Para além disso estão dotados de uma pequena enfermaria que presta serviços de primeiros socorros.

Verifica-se pois que a Freguesia está mínimamente preparada para prestar os primeiros cuidados de saúde e que os serviços funcionam de forma razoável.

Actividades sócio-culturais e desportivas

A Freguesia sempre foi prejudicada pela influência polarizadora das povoações que lhe são próximas, principalmente da sede de Concelho. Essa influência negativa sente-se de forma particular nas actividades sócio-culturais e desportivas. Com efeito as iniciativas nesse âmbito levadas a cabo na Freguesia são muito escassas e as que existem têm vindo a perder influência de ano para ano.

A melhoria verificada nos meios de locomoção e a sua progressiva democratização é um dos factores preponderantes para tal situação, porque as pessoas são atraídas para o maior desenvolvimento das cidades vizinhas satisfazendo aí as suas necessidades. Por outro lado o tempo disponível também tende a diluir-se porque as solicitações de entretenimento e de consumo são incomparavelmente maiores do que há poucos anos atrás.

Salienta-se também a inércia a que a Freguesia tem sido votada por parte dos poderes autárquicos no que se refere à construção de infraestruturas desportivas.

⇒ Equipamento social

Nos últimos anos, verificou-se uma melhoria significativa do equipamento social da Freguesia. Em 1993 foi inaugurado o lar da 3ª idade que veio suprir uma lacuna muito importante ao nível de acompanhamento da população mais idosa.

No extremo oposto da estrutura etária, foram também instalados dois jardins de infância que possibilitam libertar os pais para a sua actividade profissional sabendo que os filhos ficam entregues em boas mãos.

Estas infraestruturas, todas implantadas na sede de Freguesia, contribuem sem dúvida para a sua modernização e para tornar mais atractiva a fixação de população.

Refira-se ainda que duas destas infraestruturas, o lar de 3ª idade e um jardim de infância, foram erigidas pela iniciativa da paróquia, sendo pontualmente subsidiadas por capitais públicos.

Em 1990 foi inaugurado o novo edificio sede da Junta de Freguesia. Trata-se de uma infraestrutura modernamente equipada. Para além dos diversos gabinetes de apoio às funções da Junta possui ainda um grande salão que serve para manifestações sociais, culturais e desportivas.

Recentemente passou também a albergar o centro de saúde, no que constitui uma melhoria acentuada das condições oferecidas aos utentes, face às boas infraestruturas existentes.

⇒ Associações

O movimento associativo na Freguesia tem as suas raízes na primeira metade deste século. Com poucos motivos de entretenimento social, era, naquele tempo, frequente o recurso à constituição de associações para fazer valer interesses comuns.

Relativamente a associações de carácter cultural, recreativo e desportivo, a primeira a surgir na sede da Freguesia foi a Sociedade Recreativa Nexense, fundada no final da década de 30, e que pretendia promover o convívio entre os associados, através da exploração de um bar e da realização de bailes. Na década de 40 surgiria o Ideal Clube Nexense que viria a transformar-se mais tarde no Sport Clube Nexense com objectivos marcadamente desportivos.

Em 1982 estas duas colectividades fundir-se-iam na actual Associação Cultural Recreativa e Desportiva Nexense. Esta associação teve grande actividade desportiva na primeira metade da década de 80 por via da equipa de futebol. Promoveu também a renovação das instalações, a exploração do bar e a realização de bailes, ainda que de uma forma muito intermitente.

Recentemente, face à quase inexistente iniciativa a nível futebolístico, têm sido promovidas novas actividades: o cicloturismo, a “petanca” e, a pesca desportiva de alto mar.

Será ainda de referir a constituição em 1976 da Associação Charoleira de Acção Cultural de Santa Bárbara de Nexe que procurou congregar os interesses comuns na prossecução do tradicional festival de “charolas”.

O associativismo também está presente noutros sítios da Freguesia. Na década de 40 foi constituída no sítio dos Gorjões, a Sociedade Recreativa Gorjonense com o objectivo de promover o convívio e recreio da população residente. Teve de facto uma vida muito intensa e profícua, mas no final da década de 80 não resistiu ao desinteresse a que a população a votou, encontrando-se presentemente desactivada.

Em Bordeira foi fundada, também na década de 40, a Sociedade Recreativa Bordeirense com o objectivo declarado de fomentar o movimento charoleiro. Para além disso tem também incrementado as actividades culturais, recreativas e desportivas, encontrando-se actualmente em plena e normal actividade.

No entanto, como ponto comum a toda esta actividade associativa regista-se a praticamente nula cooperação entre as várias associações que, caso contrário, poderia permitir uma melhor integração e fomento das actividades por toda a população da Freguesia. Verificou-se, isso sim, uma rivalidade sempre presente em todas as situações não permitindo um sentimento unificador para fazer face em conjunto a muitos dos problemas que grassam na Freguesia.

⇒ Acontecimentos sociais

Grande parte dos acontecimentos sociais tinham origem religiosa e têm vindo a cair em desuso devido ao desprendimento que as novas gerações têm votado à religião.

Assim as cerimónias religiosas resumem-se agora a missas celebradas por ocasião do Ano Novo, do Dia de Reis, da Páscoa, do Natal, para além das missas semanais celebradas ao Domingo. Anteriormente a noite de S. Silvestre e do dia de Reis era celebrada com as cantorias das “Janeiras”, a Semana Santa tinha uma actividade muito intensa com várias cerimónias próprias desse tempo litúrgico e eram feitas procissões em honra do Senhor Jesus (Dia de Ano Novo), das Três Marias (Quinta Feira Santa), do Senhor Morto (Sexta Feira Santa), do Sagrado Coração de Jesus e Maria (Junho) e de Santa Bárbara, a Padroeira da Freguesia (Agosto). Inclusivamente, os festejos dos Santos Populares (Santo António, São Pedro e São João) também se perdeu nos tempos.

Também os acontecimentos não religiosos têm vindo a cair em desuso. Dos vários bailes que se faziam aos Domingos e dias festivos apenas restam os bailes de Carnaval. As próprias Festas de Verão, que serviam para homenagear os emigrantes deixaram de ter lugar na década de 90.

Refira-se, no entanto, que nos últimos anos tem sido levado a efeito na Bordeira um desfile de Carnaval que tem tido muito boa aceitação por parte da população da Freguesia e arredores, constituindo-se como uma lufada de ar fresco nas manifestações locais.

Constata-se que, a Feira de Santa Bárbara, uma das mais antigas da região, tem vindo claramente a perder a sua influência. Dos dois dias por ano que inicialmente ocupava, apenas é acontecimento no 3º Domingo de Abril e só conta com a participação de cerca de uma dezena de feirantes. Ainda assim constitui-se como o dia que serve de pretexto para o reencontro anual de conterrâneos que há muito não se vêem.

Por outro lado, ainda que de uma forma algo tímida, tem-se assistido nos últimos anos ao surgimento de dois interessantes eventos: a celebração do 25 de Abril com entretenimentos culturais e desportivos que ocupam os jovens da Freguesia com idades até aos 14 anos, e os festejos da passagem de ano que começaram a ser celebrados nesta década, com grande êxito, no salão do novo edifício da Junta de Freguesia. Tratam-se de manifestações que permitem a reunião da população fomentando um espírito de união e camaradagem, o que constitui um efeito muito positivo.

⇒ Cultura

Os acontecimentos culturais da Freguesia são escassos, devendo no entanto salientar-se o festival de “Charolas” que se realiza anualmente no dia de ano novo. Não se sabe exactamente qual a origem das “Charolas” mas julga-se que provêm das tradicionais “Janeiras”. A tradição circunscreve-se apenas a Santa Bárbara, Bordeira, Conceição de Faro e Machados (sítio da Freguesia de S. Brás de Alportel) que a mantêm viva através dos festivais que organizam entre si.

Segundo Maria Mendonça Pinto (1987), “(...) são agrupamentos de homens que, acompanhados por instrumentos - acordeão, ferrinhos, saxofone, pandeiretas, castanholas - percorrem as principais casas da região lançando cantigas, geralmente improvisadas, aos vizinhos, num clima de jovialidade, bem assumida por todos.”

Tanto em Santa Bárbara como em Bordeira existem dois a três agrupamentos em cada um dos sítios que se reúnem separadamente para ensaios apenas em Dezembro de cada ano. Releve-se que algumas das cantorias são modificadas todos os anos o que obriga a um grande esforço de composição da letra e da melodia, tendo-se conseguido algumas canções bem bonitas, devido à grande capacidade de improvisação de alguns dos elementos.

Esses ensaios têm em vista atingir a coordenação entre todos os elementos para possibilitar uma boa performance na actuação do dia de Ano Novo, no festival de Santa Bárbara de Nexe, e nos dias seguintes. Este festival reúne uma grande assistência revelando-se um poderoso meio de atracção de pessoas à sede de Freguesia. Precisa no entanto de ser revitalizado uma vez que a assistência tem vindo a diminuir de ano para ano.

Até ao dia 6 de Janeiro, dia de Reis, em que é a vez da Bordeira organizar o seu festival, são várias as actuações, destacando-se o festival que a Câmara de Faro organiza.

Outra situação relevante na Freguesia é a existência de um jornal local que festejou em 1996 as suas bodas de prata. Com efeito o jornal foi fundado em 1 de Junho de 1971 por influência do pároco da Freguesia, Dr. Júlio Tropa Mendes, com o objectivo de servir de elo de ligação entre os residentes e os muito conterrâneos que se encontravam emigrados. Tem vindo a cumprir esse desiderato com muito a propósito como o prova a sua já respeitável antiguidade que é de registar para um meio tão pequeno.

É publicado com uma periodicidade inferior a dois meses e, para além de ter um cariz religioso, tem também vindo a dar destaque aos problemas de desenvolvimento da Freguesia contribuindo assim para uma maior consciencialização da população para os problemas que a afectam.

Em 1996 foi retomada uma tradição perdida desde os anos 60: as marchas dedicadas aos santos populares. Por influência da Câmara Municipal de Faro cada Freguesia da autarquia preparou a sua marcha organizando-se diversos festivais na povoação sede de cada Freguesia para o desfile perante a população que aderiu entusiasmada a esta iniciativa. Este ano (1997) foi efectuada a 2ª edição e face ao êxito registado as perspectivas futuras são bastante animadoras, prevendo-se a consolidação desta manifestação artística e cultural.

Para além disso apenas há a registar algumas exposições de produtos regionais que nos últimos tempos têm sido levadas a efeito nas instalações da Junta de Freguesia.

Refira-se ainda o notável contributo da biblioteca itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian para o fomento junto da população jovem e mais idosa do interesse pela leitura. Com efeito, desde há já bastantes anos, uma vez por mês, as povoações de Santa Bárbara de Nexe, Falfosa, Gorjões e Bordeira, são servidas pela carrinha ambulante da referida Fundação divulgando o gosto pela leitura. Graças a essa iniciativa, louvável sem dúvida, a população tem acesso a literatura diversa que de outra forma não teria, uma vez que não implica quaisquer custos pois os livros são emprestados pelo período de um mês.

Verifica-se, no entanto, que a partir de 1997 este serviço público vai deixar de existir no Concelho de Faro, passando a sua actividade a resumir-se ao Concelho de Loulé pois foi este o único município que decidiu celebrar um protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian-Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, tendo em vista a doação ao Município da Biblioteca Itinerante nº 23.

Não existe qualquer biblioteca na Freguesia. Apesar de sempre se ter constituído como um objectivo das sucessivas Juntas de Freguesia o que é facto é que nunca chegou a existir um espaço digno desse nome. Na sede da Junta existem algumas publicações, mas não estão ordenadas nem é facultado o seu acesso de forma organizada.

Finalmente refira-se que, em tempos mais atrasados, há cerca de 15 anos, chegaram a registar-se algumas representações teatrais protagonizadas por amadores locais e de freguesias próximas. No entanto tal resumiu-se a muito poucas actuações tendo rapidamente sido votado ao esquecimento.

Também por essa altura, eram exibidos filmes todos os sábados nas instalações da Sociedade Recreativa Nexense, que se tornava pequena para toda a gente que lá ia. Essas sessões desempenharam um papel importante na educação e desenvolvimento de muitos Nexenses uma vez que na época a força da televisão era ainda muito reduzida e o acesso ao Cinema não estava democratizado como hoje em dia. Sensivelmente na mesma altura, no sítio dos Gorjões, na sua Sociedade Recreativa hoje já desactivada, também era exibido cinema, ainda que com menor periodicidade.

Verifica-se, pois, que em termos culturais ainda muito há por fazer na Freguesia.

⇒ Desporto

A Freguesia é claramente deficitária em infraestruturas desportivas, pois não foi feito qualquer investimento público nesse âmbito. Com efeito não existe em toda a sua extensão um recinto desportivo digno desse nome. Apenas se pode referenciar dois recintos de cimento ao ar livre de dimensões reduzidas integrados nas escolas primárias de Santa Bárbara de Nexe e dos Gorjões. Para além da sua minúscula dimensão também não têm quaisquer balneários.

Existem ainda dois campos pelados de futebol, um em Santa Bárbara e outro na Bordeira, que foram construídos com a carolice dos habitantes mas que não respeitam quer as dimensões mínimas exigidas, quer a qualidade do piso, colocando em risco a integridade física dos praticantes. Não existem também quaisquer infraestruturas de apoio.

Com este panorama é perfeitamente normal que a prática desportiva seja praticamente inexistente, exceptuando a prática mais ou menos regular do futebol ainda que sem qualquer sistematização e profundidade.

Para além disso podem-se apenas referir fases pontuais de afirmação de algumas modalidades com carácter perfeitamente conjuntural. É o caso do ténis de mesa, do atletismo, do ciclismo, do cicloturismo e da petanca.

Como excepção à regra, muito recentemente surgiu um grupo de “carolas” que constituíram um núcleo de pesca desportiva de alto mar, integrado na Associação C.R.D. Nexense, e que têm vindo a participar no campeonato nacional com resultados satisfatórios. Trata-se da primeira iniciativa do género existente na Freguesia, em que se releva o dinamismo que têm vindo a imprimir à secção tendo, inclusivamente, restaurado uma sala da sede da Associação para servir de apoio às suas actividades.

No entanto, refira-se mais uma vez a inexistência de infraestruturas que permitam fomentar o gosto pela prática de desporto por parte da população, particularmente dos mais jovens.

Pontos de atracção turística

Tal como já foi referido atrás, a Freguesia dispõe de condições naturais ímpares que atraem o turismo. Para além dessas condições e da boa localização estratégica também já referenciada existem mais alguns pontos de interesse turístico.

É o caso dos vários motivos religiosos existentes no território. O principal é a igreja da sede de Freguesia que foi edificada na primeira metade do séc. XV e que, apesar das diversas reparações a que foi sujeita, conserva elementos góticos e manuelinos. Toda a arquitectura interior é muito apreciada para além dos azulejos ornamentais e dos quadros que estão expostos. Refira-se ainda que o seu recheio inclui um valioso relicário em prata branca que é admirado por todos os visitantes.

Finalmente salienta-se a imponência da torre da igreja que, com os seus cerca de trinta metros de altura é das mais altas do Algarve.

Os outros pontos de atracção turística são a capela de Santa Catarina no sítio dos Gorjões, dada a sua antiguidade, e a capela de Nossa Senhora de Fátima no sítio da Bordeira, devido à qualidade das imagens de madeira lá reproduzidas.

A dominar as colinas circundantes encontram-se vários dos moinhos de vento que em tempos passados serviram para moer o milho. Actualmente também são considerados um ponto de atracção turística face à vista panorâmica que de lá se pode disfrutar. Inclusivamente alguns foram restaurados e servem de casa de veraneio.

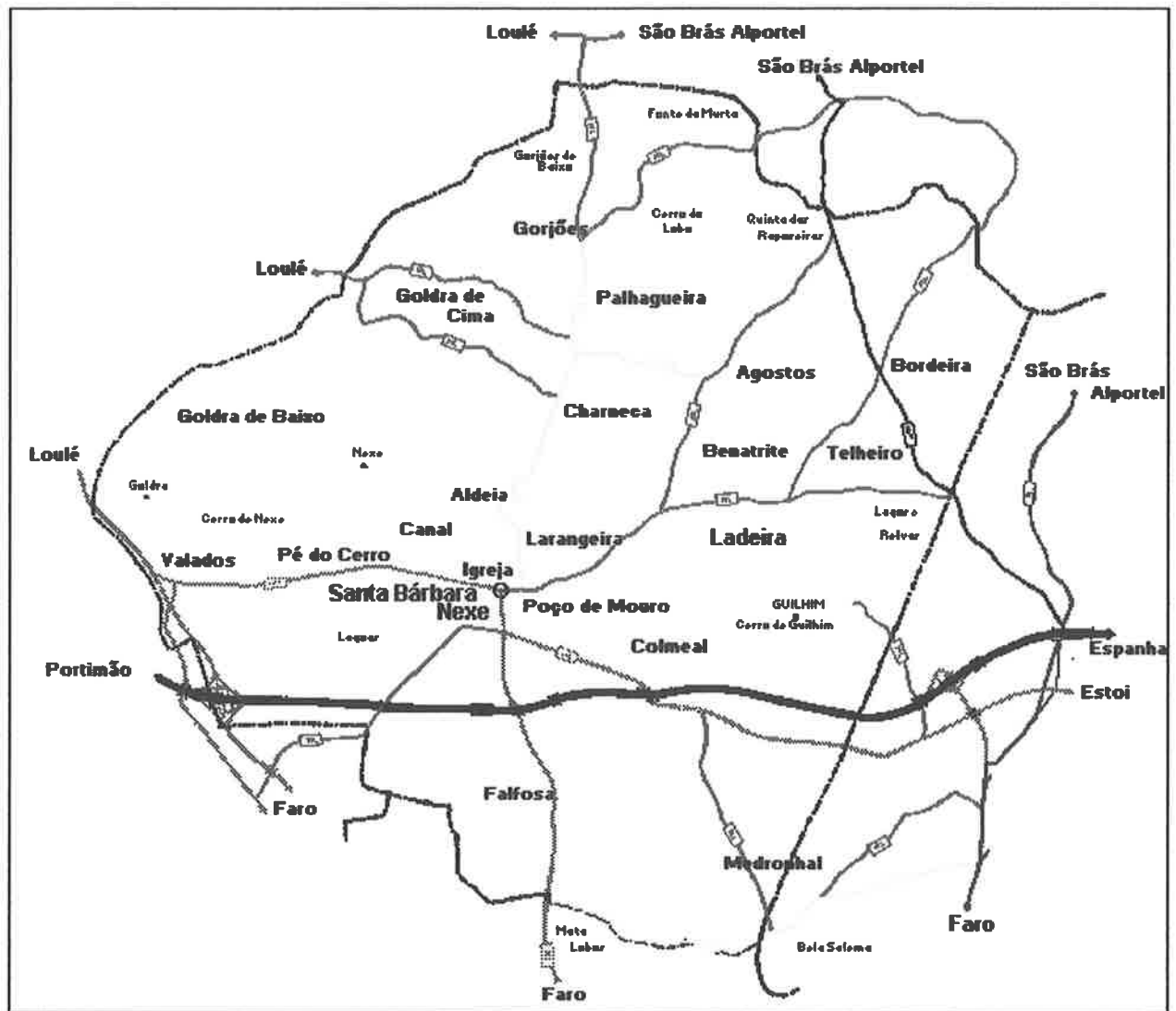
Releve-se ainda que, aliado a estas atracções junta-se o magnífico clima e a hospitalidade da população já perfeitamente adaptada a lidar com pessoas de outros países ou de outras regiões do país.

Infraestruturas viárias e transportes públicos

A situação da rede rodoviária da Freguesia caracteriza-se pelas más condições de conservação da esmagadora maioria das suas estradas. Tal deve-se à antiguidade dos pisos que não têm recebido a manutenção devida o que origina grandes estragos por altura das chuvadas. Trata-se de uma situação demonstrativa do abandono a que a Freguesia tem sido votada pela autarquia.

Apesar de ser grande em extensão, a Freguesia, à imagem do resto do Concelho, apresenta uma baixa densidade de estradas nacionais, como se verifica pela rede que se reproduz (fig. 6).

Fig. 6- REDE VIÁRIA DA FREGUESIA



Legendas

— —	Limite de Freguesia
—	Estrada municipal local
—	Estrada municipal principal
—	Estrada municipal secundária
—	Estrada inter-municipal
—	Estrada inter-regional (via do infante)
—	Estrada regional

Fonte: Câmara Municipal de Faro - Mapas anexos ao Relatório do P.D.M.
(Mapa tratado pelo autor)

A rede rodoviária de iniciativa municipal é pois bastante elevada tendo-se assistido também à consolidação de caminhos públicos municipais devido à pressão urbanística sobre o território.

Assim verifica-se a existência de uma teia de estradas e caminhos onde é difícil determinar hierarquias e que dividem o território em pequenas parcelas. No entanto é possível definir um subsistema com origem em Santa Bárbara de Nexe e outro, embora de menor dimensão, com origem na Bordeira.

Com efeito, a partir da sede de Freguesia é possível o acesso directo a Faro, Loulé, São Brás e Estoi. No entanto, essas vias, de natureza municipal, apesar da sua grande utilização não têm sofrido qualquer grande melhoramento, encontrando-se alguns dos troços em muito mau estado.

Para além disso a ligação directa à segunda maior povoação da Freguesia, Bordeira, é muito deficiente, servida por uma estrada muito estreita e sinuosa onde se torna difícil o cruzamento de dois carros. Esta situação explica em parte a relativa “desarticulação” daquela povoação em relação à sede de Freguesia. Com efeito as relações pessoais e comerciais entre as duas povoações são escassas, sendo que a Bordeira tem congregado um conjunto de bens e serviços que se tornam alternativos em relação aos oferecidos na sede de Freguesia. Aquele sítio sofre ainda grande influência de Faro e de São Brás de Alportel, devido à ligação directa que possui com aqueles dois centros no que constitui o segundo subsistema definido.

Estas influências são também fortemente determinadas pela rede de transportes colectivos rodoviários. Numa análise às carreiras existentes (ver figura 7) salienta-se que não existe ligação directa entre Santa Bárbara e Bordeira. Se recuarmos até meados da década de 80 em que poucos eram aqueles que possuíam meios de locomoção rodoviária é perfeitamente lógico que a rede de transportes públicos determinasse as áreas de influência de cada povoação. Assim aconteceu com Santa Bárbara de Nexe em relação a Loulé e a Faro e com Bordeira em relação a Faro, promovendo assim o distanciamento entre os dois maiores sítios da Freguesia.

Com os outros sítios também sucede o mesmo consoante a sua localização geográfica: por exemplo Gorjões e Goldra de Baixo e de Cima a sofrerem influências de Loulé, Faro e São Brás de Alportel; Valados de Loulé e Faro. Estas influências mantiveram-se e até se acentuaram com a progressiva democratização do automóvel. Segundo dados de 1990, a taxa de motorização do Concelho de Faro é a maior da Região do Algarve que por sua vez se situa entre as mais elevadas do país.

Quadro 15
MOTORIZAÇÃO POR FREGUESIA

Freguesia	Veículos			Indivíduos	Famílias	Tx. de Motorização	
	Automóvel	Motorizada	Bicicleta			Veículo p/ família	Veículo 10 H.
Sé	350	54	23	1945	448	0,78	234
Estoi	78	25	10	362	134	0,58	215
São Pedro	243	28	32	1009	347	0,70	241
Santa B. Nexe	89	47	32	431	169	0,53	206
Conceição	130	74	45	595	190	0,68	218

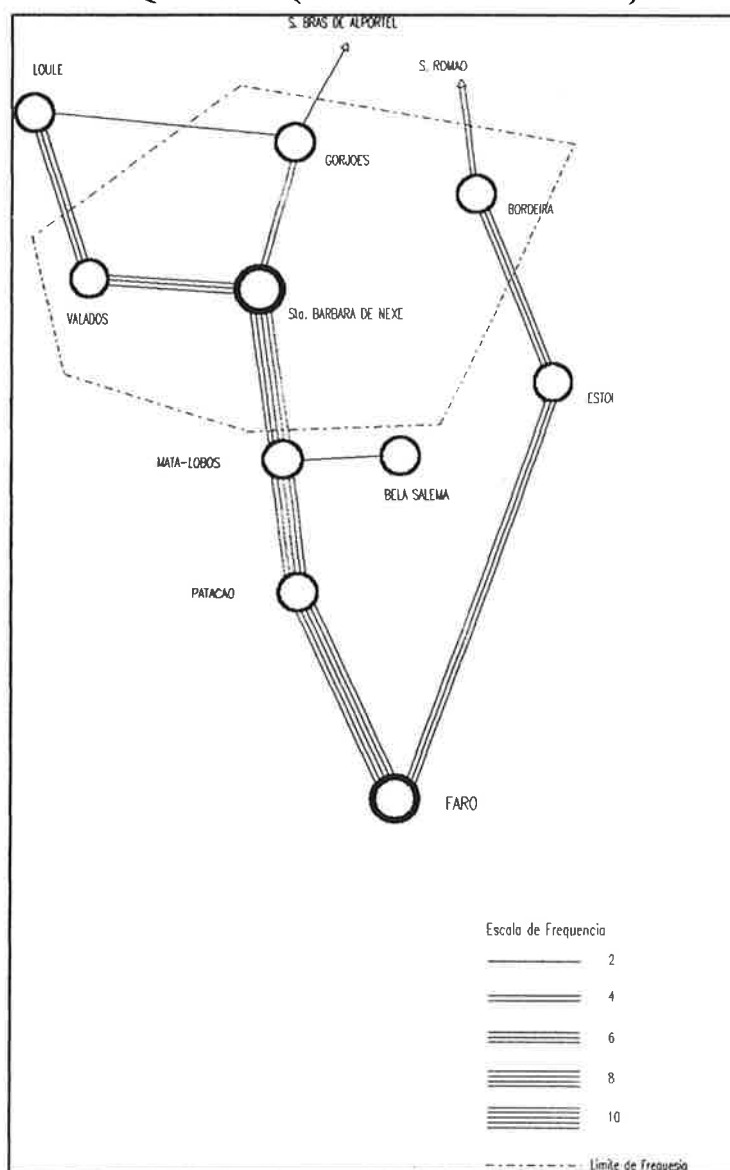
Fonte: Inquérito às famílias - 1990. CMF/Risco

Numa análise por Freguesias (ver quadro 15) verifica-se que a taxa de motorização de Santa Bárbara de Nexe é superior a 50%, mas ainda assim inferior às freguesias urbanas (Sé e São Pedro) e às restantes freguesias rurais (Estoi e Conceição).

Estas taxas de motorização indiciam uma grande mobilidade da população, logo com maiores exigências nas infraestruturas rodoviárias de apoio à circulação rodoviária.

No entanto, tal como já foi referido, essas exigências não têm sido devidamente acompanhadas com a necessária manutenção, encontrando-se a maior parte das vias em muito mau estado de circulação.

Fig. 7- CARREIRAS PÚBLICAS EXISTENTES NA FREGUESIA E RESPECTIVA FREQUÊNCIA (Nº CARREIRAS P/ DIA)



Fonte: Câmara Municipal de Faro - Mapas anexos ao relatório do P.D.M.
(Mapa tratado pelo autor)

Saneamento básico e água canalizada

A Freguesia está deficientemente servida a nível de água canalizada e esgotos. Com efeito apenas o centro da sede de Freguesia e alguns arredores dispõem dessas infraestruturas e isso só foi conseguido no final da década de 80! Por alguns arredores entende-se as estradas que ligam os Valados e a Aldeia à Igreja.

Assim, na estrada dos Valados para Santa Bárbara de Nexe, apenas foi colocada água canalizada. Por seu lado, na estrada da Aldeia para a sede de Freguesia só foram instalados água e esgotos a partir do sítio da Larangeira (sensivelmente a meio do percurso) onde está localizada a estação elevatória.

Apenas as casas que se encontram junto à berma dessas estradas é que foram servidas, o que permite, apesar de tudo, beneficiar parte da população dos sítios dos Valados, Canal, Aldeia e Larangeira (ver figura 8). Constitui-se como excepção o ramal só de água canalizada que serve os residentes do Pé do Cerro e um outro que serve alguns residentes do sítio do Poço de Mouro.

Foi ainda feito um ramal, também só de água canalizada, apenas para servir o edifício sede da Junta de Freguesia, apesar de ao longo desse percurso existir pelo menos uma casa de habitação que não tem acesso à infraestrutura que passa mesmo em frente à sua porta.

Para além desta situação, existem também casas muito próximas do centro que não foram contempladas pelos serviços camarários. A Falfosa, ou melhor as casas que se encontram junto à berma da estrada, também beneficiam de água canalizada e esgotos porque se situam na estrada que liga a Igreja ao Patacão. Assim aquele sítio beneficiou da necessidade de ligação dos esgotos e da água canalizada à ETAR do Patacão.

Para além da Igreja e de parte dos sítios já focados, apenas a Bordeira está em condições de muito em breve vir a usufruir tanto de água canalizada como de esgotos. Trata-se de uma obra que tem vindo a sofrer atrasos sucessivos com grandes prejuízos para a população uma vez que as estruturas viárias de acesso ficaram num estado deplorável durante vários anos. Neste caso a zona de influência é mais abrangente pois, para além do centro, também toda a zona envolvente irá ser servida embora não se saiba ainda quando pois a obra está efectuada mas não está previsto a data de estabelecimento da ligação.

Em relação aos restantes sítios da Freguesia não se prevê quando será possível que sejam servidos por rede pública de água e esgotos, não havendo qualquer previsão nos planos municipais.

Segundo dados de Fevereiro de 1996, recolhidos junto dos serviços municipalizados, de um universo de 24.500 contadores existentes em todo o Concelho, a Freguesia de Santa Bárbara tinha apenas 403. Este número não inclui ainda os contadores a instalar em Bordeira.

No entanto actualmente, praticamente toda a Freguesia está servida dessas infraestruturas. Apenas quem não está interessado é que não tem acesso a esses serviços o que já se pode considerar uma situação muito satisfatória.

AS ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA

Enquadramento legal

Durante muitos anos a ocupação dos solos esteve sujeita regras díspares que não tinham em atenção a integração paisagística, a qualidade do ambiente e o interesse colectivo das populações. A legislação era deficiente e dispersa o que não permitia uma actuação coerente de ordenamento por parte da Administração Pública, não possibilitando também, como é lógico, uma fiscalização correcta.

Só nos últimos anos, face à constante degradação do ambiente, é que se tornou premente criar regras claras a nível nacional para tentar racionalizar o uso do espaço e integrá-lo com os superiores objectivos de desenvolvimento das diferentes regiões e do país.

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) veio precisamente preencher essa importante lacuna, estabelecendo como orientações dominantes a promoção do desenvolvimento regional espacialmente equilibrado e a protecção do ambiente e dos recursos naturais. O seu regime jurídico foi estabelecido pelo DL nº 176-A/88 sendo a responsabilidade da sua elaboração entregue à respectiva Comissão de Coordenação Regional (CCR).

Na região do Algarve o ordenamento territorial assumiu um carácter inusitado de urgência face às proporções da urbanização e edificação dispersa, algumas vezes de forma espontânea, com especial destaque para o Litoral e algumas zonas do Barrocal. Com efeito, esse crescimento desordenado teve como consequências a diminuição das funções naturais do solo, pois muitos solos com potencialidades agrícolas foram ocupados para fins imobiliários, a descaracterização da paisagem e a proliferação de infraestruturas.

O PROT Algarve

O PROT Algarve (PROTAL), foi elaborado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) no período de 1988 a 1990. Foi aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 11/91 de 21 de Março.

Nesse documento procurou-se sistematizar as propostas de uso e ocupação dos solos tendente ao desenvolvimento integrado da Região e à valorização de todas as suas potencialidades garantindo condições para um desenvolvimento sócio-económico equilibrado, definindo regras de uso, ocupação e transformação do solo e promovendo uma gestão criteriosa dos recursos naturais assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações.

A proposta de ordenamento assenta em duas grandes componentes:

- determinação dos usos e regimes mais adequados a cada parcela do território;
- definição das principais estruturas físicas de suporte ao estabelecimento das actividades humanas.

A sua concretização é efectuada ao nível dos seguintes instrumentos de ordenamento:

- zonamento, que identifica áreas atribuindo-lhes usos e regimes de ocupação;
- hierarquização dos centros urbanos e atribuição de funções a desenvolver;
- identificação de eixos/espacos-canais com as funções de ligação intra e interregional.

Faro é identificado como centro urbano superior, colocando como o topo de uma hierarquia que tem como objectivo principal o reequilíbrio existente entre os diversos espaços intraregionais.

Para além do estabelecimento da centralidade dos núcleos urbanos, o PROT atribui funções específicas aos aglomerados, no sentido de orientar acções que visem garantir o suporte da base económica na óptica dum desenvolvimento harmonioso e equilibrado.

As normas constantes do diploma têm carácter vinculativo, devendo todas as entidades públicas e privadas a ele se submeter, e são válidas pelo período de 10 anos.

Na sua elaboração houve o cuidado de respeitar a competência dos municípios em matéria de planeamento sendo remetidas para as autarquias a decisão sobre o regime de ocupação, uso e transformação do solo nas suas áreas respectivas e a uma escala mais detalhada.

Essa orientação consubstancia-se nos planos municipais de ordenamento do território vulgarmente identificados por Planos Directores Municipais (PDM).

O PDM de Faro

O PDM de Faro foi aprovado pela Resolução nº 174/95 do Conselho de Ministros publicada na I série do Diário da República nº 291 de 19/12/95. Para trás ficaram quase cinco anos de discussão pública muito intensa, tendo o seu regulamento sido aprovado em Novembro 94 e o seu texto final sido aprovado em Assembleia Municipal de Março/95.

Tal como já foi referido as suas regras têm em conta todas as restrições impostas pelo regulamento do PROTAL.

Segundo o seu Regulamento, o Plano Director Municipal tem por objecto estabelecer as regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do território municipal e definir as normas gerais de gestão urbanística a utilizar na implementação do Plano. É aplicável na totalidade da área do território do município, logo vincula igualmente a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

É constituído pelos seguintes elementos:

- Regulamento, traduzido gráficamente:

- na Planta de Ordenamento, à escala 1:25 000, desagregada nas seguintes plantas:
 - Planta síntese - 1 - A
 - Planta de Condicionamentos Especiais - 1 - B
- na Planta de Condicionantes, à escala 1:25 000, desagregada nas seguintes plantas:
 - Servidões administrativas e restrições de utilidade pública 2A
 - Reserva Agrícola Nacional - 2 - B
 - Reserva Ecológica Nacional - 2 - C
- Relatório
- Planta de Enquadramento, à escala 1:100 000

Constituem-se ainda como anexos ao PDM, os seguintes elementos:

- os estudos de caracterização física, social, económica e urbanística
- o extracto do regulamento do Plano Regional de Ordenamento do Algarve
- a Planta da Situação Existente à escala 1:25 000

São objectivos do PDM o reforço de Faro como capital regional, o apoio ao desenvolvimento das actividades económicas do Concelho e da Região, a defesa da qualidade cultural, ambiental e paisagística do Concelho.

Todas as disposições do Regulamento vinculam todos os Órgãos da Administração Pública e todas as promoções de iniciativa privada. O Plano deverá ser revisto no prazo de 8 anos contados a partir da data da sua publicação em Diário da República.

Constitui-se como o instrumento orientador dos Planos de ordem inferior que vierem a ser elaborados para implementação do PDM. No caso vertente, a Câmara de Faro, lançou a concurso em Abril/96 o Plano da Pormenor para Santa Bárbara de Nexe, que foi adjudicado em Dezembro do mesmo ano, estando nesta altura a decorrer os estudos preparatórios.

O Plano assenta numa estrutura hierarquizada obedecendo aos fundamentos teóricos da integração funcionalista (ver quadro 16). Faro cidade surge como centro polarizador de todo o Concelho assumindo a designação de Centro Supra-Concelhio enquanto Santa Bárbara de Nexe é remetida ao terceiro e último nível de importância sendo designada como Centro Sub-Concelhio ao mesmo nível do Patação, da Conceição e da Bordeira. Por seu lado o Montenegro e Estoi são designados a nível intermédio como Centros Concelhios. Por ordem decrescente de importância estes centros irão representar pólos organizadores do espaço envolvente.

Segundo o relatório, a dependência que Santa Bárbara sente relativamente a Faro e a Loulé para o exercício determinadas funções de bens e serviços têm impedido que a sede de Freguesia se assumia como um Centro Sub-Concelhio.

Quadro 16
 MODELO URBANO DO CONCELHO DE FARO

Centro Supra-Concelhio	Centro Concelhio	Centro Sub-Concelhio
FARO	Montenegro Estoi	Bordeira Conceição Patação Santa Bárbara de Nexe

Fonte: Câmara Municipal de Faro - relatório do PDM

Por seu lado, a Bordeira, apesar de ser um sítio da Freguesia e de ter perdido habitantes, manteve os mesmos equipamentos permitindo-lhe assim o acentuar de uma relativa independência em relação a Santa Bárbara de Nexe.

Nesse sentido, a Santa Bárbara e à Bordeira são atribuídas as funções de Espaço Urbano Estruturante de nível II (E.U.E. II).

Espaço Urbano Estruturante:

é um espaço constituído por malhas urbanas existentes com ocupação edificada consistente, dispondo de infraestruturas urbanísticas e de equipamentos e serviços que garantam um papel polarizador no território.

Fonte: Regulamento do PDM de Faro, 1995

Segundo o que está determinado no regulamento, os E.U.E. II estão sujeitos a Planos de Pormenor que devem abranger áreas iguais ou superiores a 1 hectare e que obedeça às seguintes condições:

- Índice de utilização bruto $\leq 0,5$
- nº máximo de pisos: 3; no caso da Bordeira: 2
- pelo menos 1 lugar de estacionamento por 75 m² de superfície de pavimento

Relativamente ao ordenamento do povoamento, o PDM prevê o reforço dos aglomerados e núcleos habitacionais através da delimitação de áreas de expansão e da correspondente oferta de solo urbanizável e da implantação de equipamentos e serviços que reforcem a polarização dos centros em relação às áreas de povoamento disperso.

O seu resultado pode ser resumido no mapa de afectação dos solos que se reproduz na figura 9.

Como se pode verificar, o Espaço Urbano Estruturante dos dois maiores centros da Freguesia (Bordeira e Santa Bárbara) restringe-se, na actualidade, praticamente à edificação existente. O

restante território da Freguesia é quase todo ele espaço integrado na Reserva Agrícola Nacional (RAN).

De resto, o próprio documento contesta esta situação ao diferenciar claramente as condições da Campina e do Barrocal. A Campina (litoral) que se situa junto à Cidade, mais concretamente entre o Patação e o Rio Seco tem uma agricultura intensiva com um elevado valor acrescentado que beneficia da boa acessibilidade de mercados, da elevada capacidade produtiva dos solos e da presença de água com origem em furos.

Já no Barrocal, onde se enquadra praticamente toda a área da Freguesia, com excepção do sítio da Falfosa e parte do sítio do Medronhal, a questão põe-se de uma forma diferente. O relatório reconhece que se tratam de solos, por vezes muito declivosos, muito pedregosos e em que a existência de água ocorre a grande profundidade e de forma aleatória, sendo a adaptação a regadio muito cara, para além de que a predominância das pequenas explorações é incompatível com o sistema mais indicado para a zona: a citricultura. Indica ainda que a textura argilosa dos solos não é a indicada para a horticultura.

Adianta, então, que é fácil de compreender que a regulamentação da construção deveria atender às diferenças de potencialidades destas duas zonas. “Enquanto que na Campina de Faro interessa acima de tudo preservar a sua capacidade produtiva, é possível admitir que esse objectivo tenha menor prioridade no caso do Barrocal, sendo aí prioritário manter os ecossistemas tradicionais de grande sensibilidade o que só é possível através de uma permanente e equilibrada ocupação humana desta área, sentido que é contrariado pelo PROT e, conseqüentemente, impedido na regulamentação do PDM.”

O PDM privilegia então a contenção da construção nas chamadas Áreas Agrícolas, contrariando assim a dispersão: nas áreas agrícolas apenas é permitida a construção por “razões ponderosas”.

São consideradas algumas excepções em que é proposta a desafectação de solos da Reserva Agrícola Nacional incluídos no território da Freguesia. Assim são desafectados:

Espaços Urbanizáveis a Reestruturar: Gorjões de Baixo, Palhagueira, Raposeiras, Lagos e Relvas, Falfosa

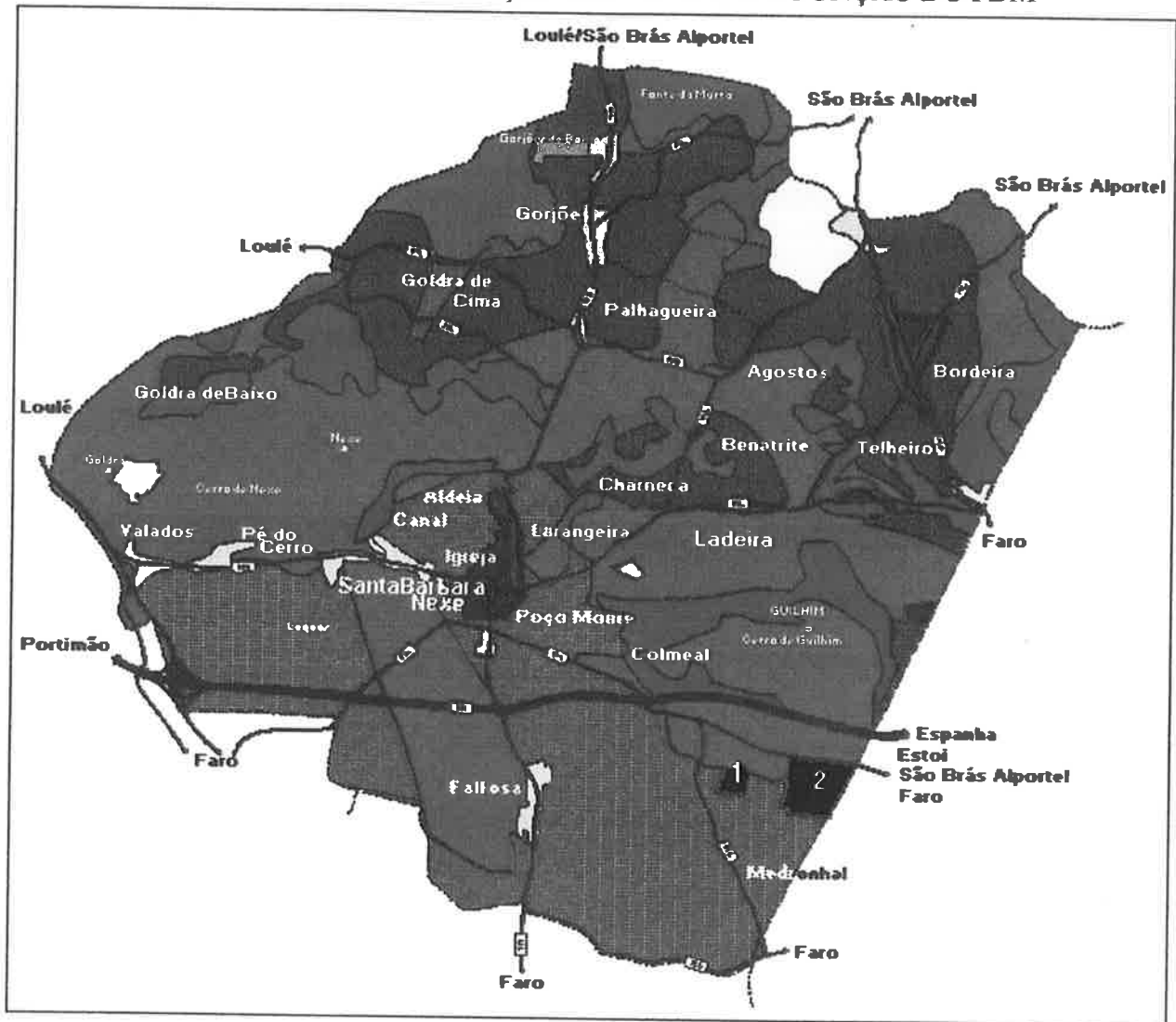
Espaços Urbanizáveis - Áreas de Edificação Dispersa a Reestruturar: Gorjões

Espaço Urbanizável a Reestruturar:

corresponde a áreas de edificação dispersa, por vezes com grande importância funcional e polarizadoras de áreas significativas envolventes, embora sem apresentarem morfologia e densidades de forma a poderem classificar-se em aglomerados urbanos.

Fonte: Regulamento do PDM de Faro

Fig. 9- MAPA DE AFECTAÇÃO DOS SOLOS EM FUNÇÃO DO PDM



LEGENDA

<p>----- Limite de Freguesia</p> <p>----- Limite de Perímetro Urbano</p>	
<p>ESPAÇOS NATURAIS</p>	
	Áreas florestais de protecção
	Áreas de protecção e valorização
<p>ESPAÇOS AGRÍCOLAS</p>	
	Condicionado I
	Indiscriminado
<p>ESPAÇOS URBANOS</p>	
	Não estruturantes
	Estruturantes
	Urbanizáveis a reestruturar
	Urbanizáveis de expansão
<p>EQUIPAMENTOS</p>	
	1 Mercado Abastecedor de Faro
	2 Quartel do Gullhim
<p>OUTRAS ÁREAS</p>	
	Área de aptidão turística
	Área de edificação dispersa
	Espaços indústrias extractivas

Fonte: Câmara Municipal de Faro - Mapas anexos ao Relatório do P.D.M. (tratado pelo autor)

Nos espaços urbanizáveis a reestruturar é permitido o loteamento destinado a habitação, comércio, serviços e equipamentos, embora sujeito a regras específicas.

Admite-se ainda a instalação de unidades de turismo rural ou turismo de habitação regulados por legislação específica.

Quadro 17
GRANDES ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PDM

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	FILOSOFIA DOMINANTE	ACTUAÇÃO NO CONCELHO	ACTUAÇÃO NA FREGUESIA
Ordenamento do povoamento	<ul style="list-style-type: none"> O Plano Director obedeceu à hierarquia urbana proposta pelo PROT tendo identificado Faro como Centro Superior a que corresponde o nível mais elevado de equipamentos, serviços e funções na estrutura urbana da região. mais do que concentrar actividades em Faro, será preferível em muitos casos, ordenar correctamente a distribuição dessas actividades na região, privilegiando as inter-relações de Faro com o seu espaço de influência. pretende-se o reforço dos aglomerados e núcleos habitacionais, através da delimitação das áreas de expansão, da implantação de equipamentos e serviços que reforcem a polarização destes centros em relação às áreas de povoamento disperso e hierarquização da rede viária concelhia. Prevê-se ainda a reestruturação de áreas de construção dispersa (Espaços Urbanizáveis a Reestruturar) apoiadas no desenvolvimento das infraestruturas urbanísticas necessárias (arruamento, electrificação, saneamento básico). 	<ul style="list-style-type: none"> Preservar e qualificar o centro tradicional da Cidade evitando a sua excessiva terciarização Reorientação do crescimento, com o objectivo de criar uma nova estrutura urbana que se pretende mais apta para responder às futuras exigências de Faro como principal centro urbano da Região Delimitação do perímetro urbano de Estoi (importante aglomerado com 1100 habitantes) como forma de evitar a edificação dispersa e reforçar a sua importância na rede urbana concelhia Reforço do aglomerado da Conceição (apesar da sua fraca estrutura urbana - 350 habitantes) na sua ligação à Campina de Faro. 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação e reforço da estrutura urbana através da delimitação de áreas de expansão e na densificação de construções apoiadas no desenvolvimento das infraestruturas urbanísticas necessárias. Não é permitida qualquer construção nas áreas agrícolas classificadas, excepto quando destinada a apoiar e complementar a actividade agrícola ou por razões ponderosas, de forma a contrariar a dispersão. Para Santa Bárbara de Nexe, enquanto povoação sede de Freguesia, deverá proceder-se à valorização das actividades que sirvam de apoio à zona turística enquadrada no PDM como um Núcleo de Desenvolvimento Turístico, assim como aquelas que visem a satisfação das necessidades básicas da população. A Bordeira estará reservado o desenvolvimento de actividades que polarizem a área rural turística a norte da Via do Infante.
Ordenamento Industrial	<ul style="list-style-type: none"> O concelho apresenta uma débil estrutura empresarial o que não lhe confere vocação industrial específica. 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação e reestruturação de áreas industriais existentes permitindo o seu reajustamento empresarial em função da localização das diversas áreas e do seu papel no 	<p>Nada a assinalar.</p>

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	FILOSOFIA DOMINANTE	ACTUAÇÃO NO CONCELHO	ACTUAÇÃO NA FREGUESIA
Ordenamento Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • O Concelho apresenta potencialidades naturais que se referem às suas condições paisagísticas e ecológicas, para além das climáticas que caracterizam a faixa litoral algarvia, o que favorece a sua utilização para fins culturais, de recreio e de lazer. 	<p>tecido industrial (reordenamento da zona industrial de Vale da Venda; promover a área de actividades da Torre de Natal; edificação do pólo tecnológico das Gambelas; reestruturação da zona industrial do Bom João)</p> <ul style="list-style-type: none"> • É dada prioridade à localização de novas unidades hoteleiras, principalmente na cidade de Faro. • Qualificação dos equipamentos a construir, apostando na diversidade da classificação turística das unidades e cuidada integração urbana e paisagística. • Potenciar a utilização recreativa da Ria Formosa através da criação de um Parque Ribeirinho. • Construção de parque de campismo nas Gambelas. • Delimitação do Palácio de Estoi e das Ruínas de Milreu para aproveitamento cultural, recreativo e turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um parque de campismo em Santa Bárbara de Nexe. • É definido o Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Palhagueira (próximo da Bordaíra), no qual é estabelecida uma capacidade máxima de 660 camas.
Ordenamento das Actividades Terciárias	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço de Faro como centro urbano prestador de funções centrais, administrativas e com níveis de equipamentos e serviços qualitativamente adequadas ao apoio das diversas actividades económicas regionais, não descurando a envolvente social, ambiental e paisagística. A vocação terciária do Concelho exige a sua especialização e modernização com o objectivo de apoiar as actividades económicas globais, nomeadamente, 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas áreas terciárias que se especializem em funções que correspondam às imperativas necessidades de modernização da estrutura económica e empresarial da região. • Construção de uma área de feiras, exposições, reuniões e congressos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma área comercial junto à estrada municipal 520-2 (entre Estoi e Santa Bárbara de Nexe), para implantação de equipamentos modernos que necessitem de grande área, decorrente das excepcionais condições de acessibilidade que o nó da Via do Infante proporciona.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	FILOSOFIA DOMINANTE	ACTUAÇÃO NO CONCELHO	ACTUAÇÃO NA FREGUESIA
<p>Sistema de transportes</p>	<p>através de estruturas logísticas adequadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A definição da rede urbana serve de base à estruturação da rede rodoviária concelhia, fazendo-se corresponder a hierarquia da rede rodoviária à dos lugares do território. • Os elementos fundamentais da rede rodoviária concelhua unem os principais pólos urbanos concelhios: Faro, Estoi, Santa Bárbara de Nexe, Bordeira, Patação e Montenegro. • A linha ferroviária representa uma barreira importante ao contacto da Cidade com a Ria. • O comboio desempenha um modesto papel no transporte quer de passageiros quer de mercadorias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma variante à Cidade que ligue o Rio Seco às Pontes de Marchil com 3 nós de ligação. • Realização de um estudo de ordenamento do sistema de circulação e estacionamento da Cidade de Faro. • Reserva de dois corredores alternativos a Norte da Cidade que possibilite uma futura transferência da actual linha de caminho de ferro. • Criação de uma variante rodoviária a Sul de Estoi. 	<ul style="list-style-type: none"> • A ligação Santa Bárbara de Nexe a Faro/cidade e à Bordeira faz-se através de vias municipais principais. • Criação das duas variantes ao aglomerado da Igreja (vias alternativas nascente e poente).
<p>Outros equipamentos colectivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e avaliação das necessidades de novos equipamentos no horizonte do plano, tendo por base as frequências e índices de ocupação, bem como a distribuição da população no território e sua estrutura etária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino e formação profissional >>Escola de enfermagem >>Centro de Formação Profissional >>Escola de Hotelaria e Turismo • Saúde >>Centro de Saúde • Equipamentos sociais >>Centro Infantil em Montenegro >>Reconversão da Escola Primária de Estoi em >>Centro Infantil >>Centro de dia em Estoi e Montenegro • Equipamentos desportivos >>Complexo Desportivo do Campus das Gambelas 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos sociais >>Centro de dia em Bordeira • Equipamentos desportivos >>Polidesportivo em Santa Bárbara de Nexe >>Campos de grandes jogos em Santa

Tese de mestrado

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	FILOSOFIA DOMINANTE	ACTUAÇÃO NO CONCELHO	ACTUAÇÃO NA FREGUESIA
		<p>e de Faro</p> <p>>>Polidesportivo em Montenegro, Estoi e Conceição</p> <p>>>Campos de grandes jogos em Estoi e Conceição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de cultura e recreio <p>>>Centro Cénico de Faro</p> <p>>>Arquivo Distrital e Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas de saneamento básico e resíduos sólidos <p>>>As áreas com tendência para a ocupação residencial ficarão condicionadas futuramente à realização das redes básicas de saneamento de acordo com as prioridades definidas pelo município.</p>	<p>Bárbara de Nexe</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infraestruturas de saneamento básico e resíduos sólidos <p>>>Aterro sanitário na Falfosa</p>

Diagnóstico estratégico da Freguesia

Apesar de se situar no Concelho da Capital de Distrito, a uma distância reduzida, a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe não tem beneficiado dessa situação como se poderia imaginar.

Com efeito a relação entre as funções centrais e polarizadoras de Faro e a actividade económica e social da região tem-se situado a um nível muito reduzido que inclusivamente debilitou a imagem da cidade como centro dinamizador do desenvolvimento regional.

Esta situação agravou-se com a integração de Portugal no espaço comunitário que colocou as cidades portuguesas em competição directa com cidades de países mais desenvolvidos, colocando-lhes novas exigências e desafios para os quais não estavam preparadas.

Para ultrapassar essa crise que o Plano Estratégico de Faro ⁽²⁵⁾ apelida de crise de capitalidade, implica que Faro se afirme perante a região envolvente. Segundo aquele Plano essa situação passa pela sua afirmação como centro de difusão e inovação e pólo dinamizador da vida cultural, social e económica da região. Terá que se afirmar também em relação ao exterior como centro privilegiado de interlocução com a região e com os seus agentes políticos, culturais, sociais e económicos.

Com efeito, apesar de concentrar os diversos departamentos fiscalizadores da administração pública, Faro não conseguiu capitalizar a localização de investimentos públicos e privados relevantes em termos de oferta de emprego, de criação de riqueza e de polarização de fluxos económicos e comerciais, que foram distribuídos por outras cidades médias do Algarve.

Esta situação é tanto mais preocupante dado que o desenvolvimento das cidades médias tende cada vez mais a ser resultante das capacidades de afirmação própria em contextos de integração territorial fortemente competitivos e devem traduzir-se, em particular, na atracção de fluxos de visitantes e de captação de investimentos públicos e privados que contribuam para a dinamização do tecido económico urbano.

O Concelho debate-se ainda com outro problema preocupante: dispõe de um orçamento reduzido face às necessidades evidenciadas. Uma análise ao relatório e contas de 1994 da Câmara Municipal de Faro ⁽²⁶⁾ permite verificar que o total de receitas orçamentadas foi de 4,5 milhões de contos. No entanto a sua execução reduziu-se a pouco mais de 3 milhões de contos motivada pela sobreavaliação das transferências dos Fundos Estruturais. Com efeito essas transferências apenas ocorrem quando existem projectos aprovados e que se realizem as despesas neles previstas o que, em grande medida, não foi o caso.

Este desvio originou que grande parte das expectativas de Investimento previstas no Plano de Actividades não se tenham realizado. Esta situação torna-se mais preocupante se se verificar o

⁽²⁵⁾ Câmara Municipal de Faro; Plano Estratégico da Cidade de Faro, Junho 1995

⁽²⁶⁾ Comissão de Coordenação da Região do Algarve; Caderno de Administração Autárquica; Situação Financeira dos Municípios - Faro 1993/94; Fevereiro 1996

peso excessivo das despesas de funcionamento (superiores a 1, 5 milhões de contos, ou seja mais de 50% das despesas realizadas) e o investimento global consideravelmente baixo (cerca de um milhão de contos).

As maiores fontes de receita provêm dos impostos directos (Contribuição Autárquica e Sisa) e do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) que no seu total ascendem a cerca de 2,3 milhões de contos. Refira-se ainda que a grande concentração dos equipamentos públicos na cidade tem a sua face negativa: origina um impacte negativo nas receitas camarárias pois obriga à disponibilização de terrenos e infraestruturas sem qualquer contrapartida financeira directa.

Para se ter uma ideia da fraca amplitude do orçamento do concelho capital do Algarve, adianta-se que o orçamento do vizinho Concelho de Loulé ascendeu aos 9 milhões de contos o que, apesar deste ter uma extensão bem maior, é bastante significativo. No entanto, também neste caso, as receitas executadas ficaram muito aquém das orçamentadas cifrando-se em 5.6 milhões de contos. Ainda assim constitui quase o dobro das receitas do Concelho de Faro. Tal diferença é maioritariamente justificada pelas maiores receitas de impostos directos e das transferências do FEF.

Quando comparados, tratam-se, sem dúvida, de valores baixos para se poder imprimir uma maior dinâmica de desenvolvimento. É necessário uma maior racionalização dos recursos, um maior grau de execução dos investimentos co-financiados pelos fundos comunitários e um maior volume das transferências do FEF, face aos custos suportados pela câmara sem qualquer contrapartida. Os investimentos a efectuar devem ter como objectivo principal a geração de movimentos multiplicadores de emprego e desenvolvimento.

Todo este enquadramento tem efeitos claramente negativos nas freguesias rurais do Concelho e em particular em Santa Bárbara de Nexe. Numa análise aos mapas de gerência da Junta de Freguesia relativos ao ano de 1994 verifica-se que o orçamento não chega aos 13 mil contos e que 83% (10,4 mil contos) das receitas se referem a transferências correntes do sector público administrativo. 7,8 mil contos (60%) do total orçamentado foram absorvidos por despesas correntes e as despesas de capital, que absorvem os restantes 40% (4,6 mil contos), foram canalizadas para melhoramentos e alargamento do cemitério e para reparação e manutenção dos inúmeros caminhos que atravessam a Freguesia.

Desta análise ressaltam várias conclusões. Que a Freguesia está extremamente dependente das transferências do Estado não tendo capacidade para gerar receitas próprias. Que as despesas correntes absorvem grande parte do orçamento deixando escassa margem de manobra para realizar investimentos tendentes à modernização e desenvolvimento do território. Que os investimentos realizados (cemitério e arranjo de caminhos) não são passíveis de gerar os efeitos multiplicadores necessários ao desenvolvimento da Freguesia.

O mapa de gerência de 1995 apenas vem confirmar estas conclusões uma vez que se mantiveram as situações já analisadas: as receitas não ultrapassaram mais uma vez os 13 mil contos e os

escassos investimentos efectuados foram novamente concentrados no arranjo de caminhos e em melhoramentos no cemitério.

No caso específico do arranjo de caminhos, trata-se de uma situação provisória que não se justifica. Devido à característica declivosa da maior parte do território da freguesia, os caminhos, após a época de chuvas, ficam num estado deplorável pois a água das chuvas abre rasgos à sua passagem. Esta situação sucede ano após ano pois os caminhos são arranjados com a colocação de terra e saibro que invariavelmente são arrastados pelas águas. Trata-se então de milhares de contos gastos sem resolver o problema de uma forma consistente. Seria mais válido alcatroar pelo menos um caminho por ano mesmo que tal implique que outros fiquem por arranjar. Ao fim de alguns anos os caminhos com maior frequência estariam reparados de forma duradoura e seriam assim poupados alguns milhares de contos por ano em manutenção.

Por outro lado as melhores condições de utilização dessas vias potenciará sem dúvida a melhor acessibilidade da população a zonas mais ermas da freguesia.

A Freguesia, tal como todas as suas congéneres, debate-se pois com grande falta de meios financeiros e técnicos e com um reduzido quadro de competências que não lhe permite afirmar-se como um poder com força para resolver os problemas da sua população. Para projectos de alguma envergadura, leia-se superiores à irrisória quantia de 3 ou 4 mil contos, é necessário a colaboração da autarquia na disponibilização de máquinas, recursos humanos e meios financeiros.

A solução passará por definir prioridades de investimento que permitam gerar efeitos multiplicadores e apresentar planos detalhados dos mesmos por forma a enfatizar a necessidade da sua boa prossecução junto da autarquia. Esse planeamento permitirá, por um lado, concentrar esforços num determinado objectivo e defender a sua realização com argumentos válidos junto da Câmara de Faro, por outro permitirá elaborar dossiers específicos para aceder a fundos comunitários.

Prioridades de investimento

Vejamus então quais as prioridades de investimento que se entendem necessárias para o desenvolvimento da Freguesia.

A boa qualidade dos acessos dos principais núcleos urbanos (Bordeira e Santa Bárbara de Nexe) à sede de concelho é uma situação fundamental para potenciar o desenvolvimento da Freguesia. Bons acessos permitem diminuir distâncias e promover maior intercâmbio entre as povoações, gerando neste caso maiores argumentos para a fixação da população na Freguesia. Por outro lado favorece a instalação de empresas de serviços e de distribuição dada a boa localização geográfica face aos grandes centros vizinhos.

Devido às obras de saneamento básico entretanto ocorridas e a uma má manutenção, as estradas principais de acesso de ambas as localidades a Faro estão num estado deplorável.

Outra situação prioritária relaciona-se com a melhoria dos acessos à Via Longitudinal do Algarve (VLA), que possibilitará assim tornar o território mais atractivo visto que a partir dele será simples a deslocação a qualquer zona do Algarve bem como o acesso a Lisboa.

A extensão do saneamento básico a outros centros da freguesia é outra prioridade de primeira grandeza. Com efeito, a existência de infraestruturas básicas é condição mínima essencial para um desenvolvimento sustentado de qualquer local e constitui um poderoso argumento para atracção da população e um importante contributo para evitar a dispersão da construção. Tendo em conta a grande extensão do território da freguesia é perfeitamente compreensível que não seja possível colocar o saneamento básico em todos os sítios de um momento para o outro, mas é indispensável que se comece por algum lado. Os sítios dos Gorjões e da Goldra configuram os casos mais prementes atendendo à população residente, assim como a consolidação dos sítios do Pé do Cerro, do Canal, da Aldeia, da Falfosa e da própria Igreja.

Outra questão premente e que se vem arrastando há muito tempo é o desanuiamento do centro de Santa Bárbara de Nexe, através da construção das vias alternativas a Nascente e a Poente da estrada que liga o centro da povoação a Faro, e que estão previstas no PDM. As duas obras estão suspensas desde há vários anos devido à intransigência de alguns proprietários em ceder os terrenos necessários à sua construção. Dado que o PDM já foi aprovado é possível partir para a expropriação por utilidade pública, pois a abertura dessas vias permitirá o descongestionamento do tráfego que é intenso no centro de Santa Bárbara de Nexe, tornando-o assim mais atractivo quer para residentes quer para os visitantes.

Finalmente, refira-se ainda como grande prioridade a construção de uma infraestrutura desportiva com condições mínimas para a prática de vários desportos e dotada de balneários. Com efeito não existe qualquer polidesportivo em toda a freguesia, com todas as consequências daí decorrentes. Uma infraestrutura do género potencia o desporto junto dos jovens dando-lhes uma ocupação importante para o seu crescimento e educação. Por outro lado o desporto promove o convívio e o lazer entre as pessoas, constituindo também um factor de desenvolvimento e de fixação das populações.

Veja-se o exemplo do núcleo de canoagem de Alcoutim. Até há cerca de um ano atrás os jovens daquela pequena vila isolada e pobre em termos de indústria e comércio, andavam por aí, brincando e pouco mais. O desenvolvimento que a Câmara imprimiu àquele desporto levou à adesão dos jovens que lhe dedicam agora todo o seu tempo livre e entusiasmo. Essa situação já teve repercussões positivas em termos económicos para a Freguesia. A Pousada da Juventude, normalmente vazia no Inverno acolheu mais de centena e meia de atletas, entre eles vários olímpicos pertencentes às selecções da Rússia, República Checa, Bielo-Rússia e Lituânia, que estiveram a estagiar escapando assim dos rigores do Inverno da sua terra natal. Por outro lado a presença desses atletas logicamente também deu algum incremento ao comércio local.

Vectores estratégicos de desenvolvimento

O diagnóstico efectuado à freguesia permitiu identificar um objectivo geral e mobilizador de toda a estratégia de desenvolvimento da freguesia: “afirmar a freguesia de Santa Bárbara de Nexe como um centro habitacional de qualidade alternativo a Faro.”

Para prosseguir este objectivo central foram determinadas sete questões centrais e os seus pontos fortes e fracos, identificando-se também as respectivas estratégias, objectivos específicos e programas inerentes a cada uma:

- parque habitacional
- capacidade do tecido económico e empresarial da freguesia;
- integração e coesão territorial;
- animação cultural e reabilitação urbana;
- actividades desportivas;
- actividades turísticas;
- capacidade de iniciativa e liderança locais.

Todas estas questões estão interligadas entre si e o êxito global desta estratégia depende do bom desenvolvimento de cada uma delas.

A melhoria e extensão do parque habitacional é fundamental para atrair e fixar a população. No entanto tal atracção está dependente da capacidade do tecido económico e empresarial da Freguesia em matéria de consumo para conferir maior grau de actualização, diversificação e de qualidade de bens e serviços oferecidos. É do conhecimento geral de que a eficácia de infraestruturas sociais, por si só, não é suficiente para a dinamização de actividades económicas.

Para além disso é necessário promover a animação cultural através de eventos que promovam o convívio entre a população, contribuindo para o seu bem estar e a sua qualidade de vida. A existência de locais com as condições mínimas para a prática de actividades desportivas é outra condição fundamental para consolidar esse desiderato.

O desenvolvimento das actividades turísticas assume também um papel importante face à excelência das condições naturais existentes e que contribuem para o desenvolvimento económico da Freguesia.

Por último, a capacidade de iniciativa e liderança locais tem que estar sempre presente para definir prioridades e mobilizar vontades no prosseguimento de toda a estratégia.

Importa salientar que o êxito da aplicação deste plano passa pela mobilização da sociedade civil e pela prossecução das prioridades de investimento já identificadas neste trabalho. Com efeito o modelo a seguir tem por inspiração a integração empresarial consubstanciada na abordagem segundo o ciclo da pobreza, o que só é possível caso sejam resolvidas as graves deficiências infraestruturais.

Deverão ser criadas condições para fomentar a iniciativa privada e para a fixação das populações. O PDM do concelho, ele próprio assenta numa estrutura hierarquizada e face às restrições nele impostas assume-se como um obstáculo muito forte para prosseguir os objectivos definidos. Torna-se necessário conseguir o apoio da autarquia para fomentar em conjunto o desenvolvimento integrado do território, no caso particular a freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

A seguir é apresentada a matriz estratégica da freguesia em que são identificadas todas as acções a prosseguir de forma a atingir o objectivo geral.

MATRIZ ESTRATÉGICA DA FREGUESIA

**Afirmar a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe
como um centro habitacional de qualidade alternativo a Faro**

QUESTÕES CENTRAIS	PONTOS FORTES E FRACOS	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROGRAMAS
Parque habitacional	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes >> Boa localização geográfica, próxima dos grandes centros do Algarve >> Local tranquilo de onde disfrutar de uma boa vista >> Infraestruturas mínimas para habitação 	<p>Criar condições para atracção de investimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fixar a população • Atrair o estabelecimento de forâneos • possibilitar a instalação de actividades de prestação de serviços a residentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a construção de loteamentos, junto aos núcleos urbanos, dotados de todas as infraestruturas e com cedências consentâneas de espaços públicos. • Criação de condomínios fechados de qualidade para atrair população forânea que pretenda residir na Freguesia
Capacidade do tecido económico e empresarial da Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes >> Integração no eixo Faro-Loulé-Olhão. >> Localização geográfica central >> Boa fluidez do trânsito, sem problemas de circulação em toda a Freguesia • Pontos Fracos >> Fraca dimensão demográfica >> Fraca capacidade de captação de empresas dinâmicas e inovadoras >> Forte dependência de Faro, Loulé e São Brás Alportel >> Fraca qualidade dos acessos >> Deficientes infraestruturas e equipamentos 	<p>Reforçar a capacidade de atracção empresarial da Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a Freguesia de um conjunto de empresas que lhe permita constituir uma alternativa à comercialização de bens e prestação de serviços essenciais sediados nas cidades vizinhas • Criar massa crítica comercial para atracção de novos negócios • Melhorar a qualidade das acessibilidades • Promover as boas condições da Freguesia para instalação de lares da 3ª idade e casas de repouso destinadas a residentes estrangeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentar os acessos a Faro, Loulé, São Brás de Alportel e à Via do Infante • Consolidar a rede de saneamento básico junto dos principais núcleos urbanos • Criar zonas infraestruturadas para a instalação de novas empresas • Promover a Freguesia como sendo um bom local para a instalação de novas empresas

QUESTÕES CENTRAIS	PONTOS FORTES E FRACOS	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROGRAMAS
<p>Integração e coesão territorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes >>Boas acessibilidades entre os vários sítios da Freguesia >>Aumento da mobilidade intra-território • Pontos Fracos >>Concorrência e descoordenação entre os agentes locais >>Grande dispersão demográfica e dimensão do território da Freguesia >>Fracas cobertura dos serviços de transporte público nos trajectos entre os diversos sítios 	<p>Reforçar a integração e coesão territorial aprofundando a solidariedade e cooperação locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e dinamizar a cooperação entre os diversos sítios da Freguesia • Promover a imagem da Freguesia no exterior • Promover a cooperação entre as Freguesias vizinhas 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços públicos de debate integrando representantes dos vários sítios, procurando sensibilizar a população para os grandes problemas da Freguesia • Repavimentação das principais estradas do território • Celebrar protocolos de cooperação com Freguesias rurais circundantes
<p> Animação cultural e reabilitação urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes >>Existência de espaços para apoio a actividades culturais e de lazer >>Existência de Associações com capacidade de iniciativa >>Existência de espaços de animação nocturna • Pontos Fracos >>Forte concorrência de Faro e Loulé >>Fracas sensibilidade da população para as questões culturais >>Concorrência e descoordenação entre as várias Associações >>Insuficiente programação e divulgação dos acontecimentos culturais 	<p>Desenvolver a animação cultural e a convivência urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e dinamizar as actividades culturais tradicionais • Incentivar e promover a criação de novas actividades culturais • Incentivar o gosto pela leitura e pela apreensão de conhecimentos • Valorizar o espaço público das povoações tornando-as mais acolhedoras 	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder ao arranjo e alindamento dos espaços públicos • Criar uma biblioteca com zona de leitura nas instalações da Junta de Freguesia • Promover condições para a criação de uma banda local e um grupo de teatro • Dinamização e promoção dos festivais de Charolas • Incentivar as exposições regulares de artesãos locais na Junta de Freguesia
<p>Actividades desportivas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes >>Existência de Associações com capacidade de iniciativa >>População receptiva a iniciativas desportivas 	<p>Desenvolver as actividades desportivas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e dinamizar as actividades tradicionais • Criar infraestruturas e equipamentos desportivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização das associações locais • Criar um espaço público de debate das necessidades a nível de infraestruturas desportivas na

QUESTÕES CENTRAIS	PONTOS FORTES E FRACOS	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROGRAMAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fracos >>Carência de infraestruturas e equipamentos desportivos qualificados >>Concorrência e descoordenação entre as várias Associações >>Insuficiente programação e divulgação dos acontecimentos desportivos 		<p>qualificados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para a prática e divulgação de novos desportos • Promover a cooperação entre as Associações 	<p>Freguesia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de um poliesportivo para a prática de futebol de salão e outros jogos de pavilhão • Construção de um campo de jogos • Construção de campos de ténis • Aproveitar as magníficas condições existentes para dinamização do Para Pente e Asa Delta
<p>Actividades turísticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos Fortes >>Clima ameno e boa qualidade ambiental >>Altitude da Freguesia que permite disfrutar de vistas magníficas para o mar >>Hospitalidade da população habituada a lidar com turistas >>Existência de empresas vocacionadas para suprir as necessidades dos turistas >>Boa localização: relativamente próxima do Aeroporto Internacional de Faro e com fácil acesso aos principais pontos turísticos do Algarve >>Existências de locais de atracção turística • Pontos Fracos >>Fracca promoção dos diversos locais de atracção turística >>Quase inexistente oferta de camas 	<p>Desenvolver as actividades turísticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para atrair turistas que pretendam umas férias rurais, sossegadas e enquadradas numa boa qualidade ambiental • Promover os diversos pontos de atracção turística da Freguesia • Criar novas atracções e alternativas para os turistas • Reforço da oferta de alojamento 	<p>Elaborar um roteiro turístico da Freguesia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar um gabinete de informação de turismo nas instalações da Junta de Freguesia • Incentivar a construção de pequenas residenciais nos núcleos urbanos • Criar um percurso pedonal ao longo da serra, aproveitando as magníficas vistas para o litoral.

QUESTÕES CENTRAIS	PONTOS FORTES E FRACOS	ESTRATÉGIAS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROGRAMAS
Capacidade de iniciativa e liderança locais	>>PDM muito restritivo a nível de novas construções • Pontos Fortes >>Boas instalações da Junta de Freguesia >>Existência de várias Associações >>Existência de pessoas com capacidade de iniciativa e liderança • Pontos Fracos >>Fraca coordenação dos agentes locais >>Fraco poder de mobilização da população >>Deficiente apoio da autarquia	Desenvolver a capacidade mobilizadora da Freguesia incentivando novos protagonistas e iniciativas locais	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar vontades, aproveitar capacidades de organização e criar dinâmicas de mudança nas áreas estratégicas de desenvolvimento da Freguesia • Promover a cooperação entre as instituições locais, públicas e privadas • Reforçar de forma muito decidida a capacidade de intervenção junto da Autarquia na mobilização e concertação de iniciativas de carácter estratégico 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir as várias associações locais e procurar determinar potenciais sinergias que permitam promover o desenvolvimento da Freguesia

Conclusão geral

Ao longo deste estudo foi várias vezes identificado o carácter muito restritivo do PROT Algarve e posteriormente do PDM, com efeitos penalizadores para a Freguesia em análise.

Com efeito, não colocando em causa o carácter disciplinador a nível de ordenamento do território que o PROTAL veio imprimir, é um facto que foram identificadas áreas como sendo correspondentes a terrenos com aptidão agrícola o que o próprio PDM, apesar de ter que se cingir ao citado plano de ordenamento do território, evidencia como não tendo razão de existir.

Se, por um lado, é perfeitamente aceitável que as áreas com tendência para a ocupação habitacional fiquem condicionadas à realização das redes básicas de saneamento promovendo assim o reforço dos aglomerados com as infraestruturas exigíveis, já o mesmo não acontece quando são condicionadas zonas junto a estradas que já dispõem de água canalizada e/ou rede de esgotos. Por outro lado, exceptuando a bolsa de terrenos na Falfosa e no Medronhal, torna-se difícil a prática da agricultura intensiva face à qualidade dos solos, que permitem apenas culturas de sequeiro, e à reduzida dimensão dos terrenos devido à grande dispersão dos proprietários.

Para além disso, a limitação da expansão da área urbana trará provavelmente um efeito perverso, na medida em que a eventua pressão urbanística, face à exiguidade da oferta de terrenos, leva à descaracterização do parque imobiliário levando ao crescimento vertical e à especulação imobiliária e fundiária.

Trata-se também de uma situação cómoda para a autarquia pois evita qualquer obrigatoriedade premente de proceder ao reforço da rede de saneamento básico existente. Torna também problemática a possibilidade da Freguesia se assumir como um centro habitacional de qualidade alternativo a Faro. O perímetro urbano dos núcleos habitacionais coincide com a área já construída não permitindo sequer, nos casos de Santa Bárbara de Nexe e Bordeira, a abertura de novas ruas para melhor dimensionar esses povoados.

Estas questões vêm ao encontro de uma conclusão insofismável: Faro não tem cumprido, como cidade o seu papel de pólo organizador municipal, tal como, curiosamente, o próprio PDM a identifica. Existe um nítido problema de integração territorial da Cidade com as restantes partes do Concelho. O território está deficientemente servido a nível de acessibilidades e a nível de equipamentos sociais, de saúde, desportivos, etc. De tal forma que não se torna atractivo para potenciais residentes.

A excepção é precisamente a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe porque oferece algo que, até agora, tem compensado a ausência dessas infraestruturas: a possibilidade de disfrutar de uma magnífica envolvente paisagística graças ao facto de se situar bastante acima do nível do mar. Com efeito, a implantação de um hotel de luxo e a construção de vivendas e aldeamentos de qualidade acima da média criaram um padrão de qualidade urbana da Freguesia que interessa potenciar. Com um esforço integrado será possível aquele território tornar-se uma alternativa

habitacional de qualidade promovendo assim importantes sinergias com a Capital e contribuindo para o desenvolvimento do Concelho.

Esta actuação da autarquia deverá ser dinamizada, pois a criação de uma funcionalidade integrada entre os diferentes núcleos populacionais que integram o Concelho permitiria gerar efeitos induzidos na própria Cidade e promover um desenvolvimento harmonioso em que todos seriam beneficiados. Está provado que só um bom desenvolvimento das partes permite um desenvolvimento global sustentado. Veja-se um exemplo de carácter macro mas que se adapta, salvaguardando as devidas proporções: a União Europeia criou fundos estruturais para ajudar os países membros menos desenvolvidos (assumiu-se inclusivamente o conceito de Região) porque só em estádios de relativa igualdade seria possível promover um desenvolvimento sustentado.

Refira-se ainda o exemplo do município de Loulé. Aquela autarquia tem promovido uma integração territorial a todos os títulos notável. Com efeito, apesar da grande extensão do território, praticamente todas os aglomerados estão servidas por boas acessibilidades e por equipamentos e serviços sociais. Tal situação gera efeitos multiplicadores junto dessas povoações criando condições para a atracção e fixação das populações. Para além disso melhores acessos criaram também uma maior atracção pelo centro polarizador gerando assim maiores potenciais de desenvolvimento. Esta situação criou também interessantes sinergias a nível cultural e desportivo conferindo a Loulé um papel de relevo também nesses domínios.

A autarquia deverá capacitar-se de que cada vez mais tem de ser gerida numa óptica empresarial dispondo de um único produto para valorizar e vender: o seu território. Os cidadãos têm que passar a ser entendidos como “clientes” e não como utentes. Faro cidade não existiria se não tivesse os habitantes que tem. O seu objectivo será dar-lhes as condições para que se sintam bem recebendo a autarquia as receitas provenientes das actividades comerciais e sociais que são exercidas no seu território.

Para além disso deverá promover condições para que o seu produto seja atractivo para novos “clientes”, ou seja para forâneos a nível particular ou empresarial que se queiram instalar no seu território. Só assim será possível gerar mais receitas. através dos impostos autárquicos e das transferências do FEF, sendo estas últimas principalmente distribuídas em função do nº de habitantes.

Mais uma vez se verifica que a autarquia tem todo o interesse em desenvolver o seu território, criando estruturas para que tal aconteça. Caso contrário, continuará a assistir-se à deslocação de pessoas e empresas, potenciais “clientes”, para os concelhos vizinhos de Loulé, São Brás de Alportel e Olhão. A situação de Faro, capital de Distrito, por si só já não é vendável. É preciso algo mais que Faro não está a oferecer.

A Freguesia de Santa Bárbara de Nexe é um caso paradigmático de como a autarquia poderia aproveitar todo o potencial de condições naturais que aquele território possui para atrair novos “clientes”. Essa situação iria sem dúvida criar um efeito induzido muito forte a nível da actividade

económica que se poderia gerar para dar apoio às novas áreas residenciais e também para o estabelecimento de novas empresas, atraídas pela localização central da Freguesia.

O inquérito efectuado especificamente para este estudo evidenciou, apesar de tudo, uma diminuição global (de 1985 para 1996) da dependência dos diversos sítios da Freguesia em relação a Faro e Loulé, preferencialmente, já que a influência de São Brás não tem expressão.

O mesmo revela a criação de funções que trouxeram valor acrescentado à Freguesia. No entanto, numa análise mais aprofundada, verifica-se que esse crescimento não foi uniforme em todo o território. Os sítios da Igreja, Bordeira, Gorjões e Falfosa (por esta ordem), assumem-se como pólos de maior desenvolvimento congregando já um apreciável número de funções comerciais e de serviços. Os restantes, com excepção dos Agostos e Aldeia que também registam alguma actividade, cuja posição relativa já era pouco significativa, mantiveram-se ou mesmo regrediram.

Tal situação está, sem dúvida, directamente relacionada com a ausência de infraestruturas adequadas nesses sítios, nomeadamente saneamento básico. Apesar disso, grande parte dos sítios, quase todos com excelentes vistas para o litoral, têm sido alvo de construções isoladas, normalmente por estrangeiros, que prejudicaram o enquadramento paisagístico da serra.

Com a delimitação imposta em matéria de construção, por via do Protal e do PDM, torna-se fundamental fomentar a definição de novas áreas passíveis de urbanização. A construção isolada e sem qualquer planeamento a que assistia anteriormente, não permitia providenciar as necessárias infraestruturas dada a dispersão existente.

Essas áreas teriam a vantagem de obedecer aos limites de construção impostos no Plano e de permitir concentrar esforços a nível de disponibilização de todas as infraestruturas necessárias a uma boa qualidade de vida.

Para além disso, permitem reduzir a pressão de construção por razões ponderosas em zonas dispersas e fomentam a atracção quer de antigos conterrâneos, agora no estrangeiro, que pretendam regressar, quer de outra população forânea.

Importa no entanto realçar que Faro tem uma importante restrição: dispõe de um orçamento muito limitado que ascende a menos de metade do orçamento de Loulé. No entanto tal restrição não explica por si só a ausência de uma capacidade local para promover a integração territorial do Concelho.

A autarquia sofre dos problemas gerados pela capitalidade. Por um lado, essa condição origina no seu seio um efeito de absorção em relação à periferia próxima, por outro cria limitações orçamentais provocadas pela concentração de serviços da administração pública sem as correspondentes contrapartidas financeiras.

Apesar da necessidade de Santa Bárbara de Nexe em procurar formas de se autonomizar em termos de desenvolvimento em relação a Faro, é um facto que necessita de criar maior massa crítica para atingir tal desiderato.

Caberá aqui questionar a exigência de patamares mínimos de população que justifiquem a localização de funções centrais. Com efeito o que se assiste hoje em dia é a concentração dos serviços sociais, dos serviços de saúde e dos serviços educacionais, que reflectem a filosofia dominante de planeamento.

A situação mais complicada é sem dúvida a da saúde onde se assiste a uma excessiva concentração nos hospitais distritais que não lhes permite garantir um serviço com a qualidade mínima exigível. Uma maior descentralização desses serviços permitiria que os casos correntes fossem atendidos nos centros de saúde e descongestionasse assim as urgências dos hospitais que atingem frequentemente pontos de ruptura. Seria assim dado um passo importante para melhorar a qualidade dos serviços contribuindo para promover o desenvolvimento em zonas mais desfavorecidas em que, logicamente se inclui a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

Será que se justifica esta concentração assumida numa altura em que se assiste o que se afigura ser o fim do actual modelo de distribuição hierárquica dos circuitos económicos?

Segundo Nuno Cardoso da Silva ⁽²⁷⁾ “(...) a excessiva concentração demográfica e da actividade económica em um ou dois centros - como acontece em Portugal -, é uma característica das sociedades menos desenvolvidas, sendo o principal factor que contribui para o agravamento das assimetrias regionais”. Para combater essa situação propõe a criação de uma rede de centros urbanos periféricos que permitam criar uma dinâmica de desenvolvimento alternativa ao gigantismo das áreas metropolitanas de Porto e Lisboa. Questiona ainda porque não transferir algumas das repartições localizadas naquelas duas cidades para esses centros periféricos. Segundo ele a transferência de serviços como o Ministério da Agricultura, o Banco de Portugal ou a Direcção Geral de Finanças permitiria criar um efeito multiplicador na actividade local e contribuir para o estabelecimento de novos pólos de desenvolvimento regional.

A um nível bem mais reduzido essa situação também poderia ser transposta para Faro e outras cidades da mesma dimensão em relação à sua área de influência.

No entanto, e tendo em conta a filosofia dominante do PDM, um desenvolvimento da Freguesia o mais autonomizado possível não se torna exequível sem a intervenção da autarquia na viabilização dos investimentos que se consideram prioritários. Assim, depende da visibilidade que Faro consiga implementar na sua condição de tripla capital: de Concelho, de Distrito e de Província e, provavelmente face ao processo, em curso, constituição de Região.

Esta questão é muito importante dado nos encontrarmos na nova era da economia da informação global em que o poder já não advém da localização, factor em que Faro não era favorecido. Faro terá que aproveitar os novos ventos da descentralização que, provavelmente, irão conduzir ao processo de regionalização e assumir-se aproveitando as oportunidades abertas pela globalização. É possível aproveitar nichos de mercado ao nível da subcontratação privilegiando as relações com micro-empresas da região envolvente.

⁽²⁷⁾ Silva, Nuno Cardoso; Desenvolvimento regional; artigo inserido no jornal “Expresso” de 25/01/97

Segundo Rosabeth Moss Kanter ⁽²⁸⁾ há uma grande guerra em curso entre dois géneros de cidades: as que se cosmopolitizaram, conseguindo casar o local com o global, e aquelas que ainda não conseguiram sair para além do local em que se inserem e que, por isso, definham. As primeiras promoveram novas estratégias posicionando-se para competir no próximo século, enquanto as segundas deixam morrer as indústrias e os serviços, perdendo preponderância.

Aquela autora constata que com a globalização passou a haver um maior interesse pelo desenvolvimento regional, na medida em que passaram a existir mais níveis de coordenação e integração e mais redes de cooperação que não podem ser assegurados pelos Estados-Nação. Existem sub-regiões económicas a moverem-se, Estados da Federação, o que acontece também nalgumas cidades europeias. Todas as cidades do mundo estarão interessadas em relações directas entre si para trocas comerciais e de informação, e provavelmente até o farão sem a intervenção dos seus Estados-Nação respectivos.

Acrescenta ainda que o poder não provém da localização, mas sim da capacidade em operar um de três activos intangíveis: os conceitos, as competências e as conexões. Conceitos são ideias avançadas para produtos ou serviços que criam valor para os consumidores. Competência é a capacidade de traduzir ideias inovadoras em aplicações para o mercado. Por último, conexões são as alianças entre negócios, para alavancar competências centrais, criar mais valor acrescentado ou simplesmente abrir portas para horizontes mais vastos e para aproveitar a oportunidade de globalização das economias.

Faro, na medida em que é uma cidade universitária e dispõe de aeroporto internacional deverá tentar direccionar-se para um daqueles três activos, o que virá a beneficiar o seu meio envolvente onde se inclui a Freguesia em estudo. É a questão de deixar de ter uma dinâmica exclusivamente local e transformar-se lentamente em cosmopolita, sob pena de não conseguir potenciar o seu desenvolvimento.

A este propósito, o japonês Kenichi Ohmae ⁽²⁹⁾ vai mais longe ao defender o princípio da regionalização à escala mundial, o que ele considera inevitável. Segundo ele, as empresas multinacionais estão a implantar com sucesso as suas imagens universais nas mentes dos consumidores o que leva, na prática, à abolição das fronteiras políticas no comércio internacional. A informação veiculada pelas modernas tecnologias de comunicação revela os modos de vida de vida adoptados um pouco por todo o mundo o que influencia os consumidores. O Estado perde assim a capacidade de influenciar os critérios de consumo dos seus cidadãos. A prazo, assistir-se-á à globalização das preferências em detrimento das meras opções locais.

Adianta então que o Estado-Nação está a desintegrar-se emergindo a noção Estado-Região que é delimitado não por fronteiras políticas, mas sim pela actividade económica.

⁽²⁸⁾ Kanter, Rosabeth Moss; A vantagem competitiva das cidades, texto inserido na "Exame Executive digest", Janeiro 1996

⁽²⁹⁾ Ohmae, Kenichi; O fim do Estado-Nação, texto inserido na revista "Exame Executive digest", Fevereiro 1995

Outro factor emergente e que constitui uma importante variável é a qualidade de vida, numa altura em que o velho modelo de aglomeração urbana parece esgotado. A cidade de Faro começa já a ter alguns problemas nesse domínio, o que aliado ao pouco espaço disponível para expansão merece alguma atenção, porquanto continua a reunir condições para aproveitar essa vantagem competitiva.

A Freguesia de Santa Bárbara de Nexe tem aqui uma importante palavra a dizer pois as dificuldades de Faro podem ser complementadas com as magníficas condições de que aquela Freguesia dispõe. Essa é sem dúvida a sua grande oportunidade e pela qual se deve bater.

ANEXOS

A - SERVIÇOS E COMÉRCIO

Nº
9(e mais)=9

SE NÃO EXISTEM: FREGUESIA ONDE SE DIRIGEM
HABITUALMENTE OS HABITANTES

Nº de
ordem⁽¹⁾

Nome do SÍTIO OU DO CONCELHO
LÍMITROFE

A1 Serviços Públicos		85	96	85	96	FREGUESIA	
1.	Repartição de Finanças	<input type="checkbox"/>					
2.	Tesouraria da Fazenda Pública	<input type="checkbox"/>					
3.	Cartório Notarial	<input type="checkbox"/>					
4.	Conservatória:						
	Civil	<input type="checkbox"/>					
	Predial	<input type="checkbox"/>					
	Comercial	<input type="checkbox"/>					
5.	Tribunal:						
	Comarca	<input type="checkbox"/>					
	Círculo	<input type="checkbox"/>					
6.	Posto Policial (PSP, GNR)	<input type="checkbox"/>					
7.	Corporação de Bombeiros	<input type="checkbox"/>					

A2 Outros Serviços							
1.	Agência Bancária	<input type="checkbox"/>					
2.	Serviço Multibanco	<input type="checkbox"/>					
3.	Agência de Seguros	<input type="checkbox"/>					
4.	Clínica Veterinária	<input type="checkbox"/>					
5.	Escritório de Advocacia	<input type="checkbox"/>					
6.	Gabinete de Projectos de Construção Civil ...	<input type="checkbox"/>					
7.	Gabinete de Contabilidade	<input type="checkbox"/>					

A3 Local de Culto							
		<input type="checkbox"/>					

A4 Mecânica							
1.	Reparação de veículos de duas rodas	<input type="checkbox"/>					
2.	Reparação de automóveis ligeiros	<input type="checkbox"/>					
3.	Reparação de automóveis pesados	<input type="checkbox"/>					
4.	Reparação de máquinas agrícolas	<input type="checkbox"/>					

A5 Construção Civil							
1.	Pedreiro, tolha	<input type="checkbox"/>					
2.	Estucador, Pintor	<input type="checkbox"/>					
3.	Marceneiro, Carpinteiro	<input type="checkbox"/>					
4.	Canalizador, Revestimentos, Aquecimento ...	<input type="checkbox"/>					
5.	Electricista	<input type="checkbox"/>					
6.	Vidraceiro	<input type="checkbox"/>					

A6 Comércio Alimentar a Retalho							
Nº de estabelecimentos que têm por actividade principal:							
1.	Hipermercados (área útil >= 3000 m²)	<input type="checkbox"/>					
2.	Supermercados	<input type="checkbox"/>					
3.	Mini-mercado, mercearia	<input type="checkbox"/>					
4.	Padaria	<input type="checkbox"/>					
5.	Pastelaria	<input type="checkbox"/>					
6.	Talho, Charcutaria	<input type="checkbox"/>					
7.	Peixaria	<input type="checkbox"/>					

(1) Ver nota 4.5 das NOTAS METODOLÓGICAS

A7 Serviços e Comércio Não Alimentares a Retalho		Nº 9(e mais)=9	SE NÃO EXISTEM: FREGUESIA ONDE SE DIRIGEM HABITUALMENTE OS HABITANTES Nome do Concelho e Freguesia	Nº de ordem
Nº de estabelecimentos que têm por actividade principal				
1. Cabeleireiro (homens, senhoras ou mistos) ..	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. Vestuário	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
3. Loja de calçado	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
4. Loja de electrodomésticos (rádio, TV, HIFI) ..	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
5. Loja de Móveis	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
6. Drogeria, quinquilharia, utilitários	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
7. Livraria, Papelaria	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
8. Florista	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
9. Tinturaria, Lavandaria	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
10. Loja de aparelhos fotográficos, fotógrafo ...	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
11. Stand de Automóveis	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
12. Loja de equipamento informático	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
13. Clube de video	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
14. Discoteca	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
15. Perfumaria	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
16. Oculista	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
17. Tabacaria	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
18. Quiosque	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
19. Posto de abastecimento de combustível	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
20. Posto de abastecimento de gás	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
21. Loja de abastecimento agrícola, adubos	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

A8 Outros Comércio				
1. Estabelecimento de bebidas	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. Restaurante	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
3. Mercados	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
4. Nº de feiras por cada mês	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

A9 Indicar os produtos ou serviços que se podem encontrar no comércio da Freguesia: Sim=1, Não=0					
1. Pão	<input type="checkbox"/>	10. Artigos de vestuário	<input type="checkbox"/>	19. Adubos e Sementes	<input type="checkbox"/>
2. Carne	<input type="checkbox"/>	11. Artigos de calçado	<input type="checkbox"/>	20. Materiais de Construção, ferramentas	<input type="checkbox"/>
3. Produtos de charcutaria	<input type="checkbox"/>	12. Gás	<input type="checkbox"/>	21. Discos	<input type="checkbox"/>
4. Peixe	<input type="checkbox"/>	13. Livros escolares	<input type="checkbox"/>	22. Artigos desportivos	<input type="checkbox"/>
5. Produtos de pastelaria	<input type="checkbox"/>	14. Artigos de Papelaria	<input type="checkbox"/>	23. Artigos de caça e pesca	<input type="checkbox"/>
6. Lacticínios	<input type="checkbox"/>	15. Electrodomésticos	<input type="checkbox"/>	24. Aparelhos fotográficos	<input type="checkbox"/>
7. Flores	<input type="checkbox"/>	16. Rádio, TV, HIFI	<input type="checkbox"/>	25. Jornal diário	<input type="checkbox"/>
8. Materiais eléctricos	<input type="checkbox"/>	17. Móveis	<input type="checkbox"/>	26. Produtos de limpeza	<input type="checkbox"/>
9. Fruta	<input type="checkbox"/>	18. Produtos de cosmética	<input type="checkbox"/>	27. Tabaco	<input type="checkbox"/>

B - ÁGUA, SANEAMENTO, RESÍDUOS SÓLIDOS

B1 Abastecimento de água				
1. Rede pública de distribuição domiciliária de água (Sim=1, Não=0)	<input type="checkbox"/>			
- Cobertura total da Freguesia	<input type="checkbox"/>			
2. Estimativa do nº total de alojamentos servidos (nº total de contadores domésticos instalados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Principal origem de água: Águas de superfície (rio, lago)=1, Retenção em barragem=2, Nascente=3, Lençol de água=4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Abastecimento de água tratada (Sim=1, Não=0)	<input type="checkbox"/>			
5. O abastecimento é suficiente todo o ano (Sim=1, Não=0)	<input type="checkbox"/>			
- Se a resposta for negativa:				
5.1. Indique uma estimativa do nº de dias por ano em que esse abastecimento é insuficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.2. Causa da insuficiência: (Sim=1, Não=0)

- Irregularidade
- Pressão
- Outras, mencionar

6. Localização da unidade de tratamento: Concelho _____ Freguesia _____

A preencher pelo INE

--	--	--	--	--	--

B2 Saneamento

1. Natureza da rede de saneamento: (Sim=1, Não=0)

- Rede pluvial
- Rede unitária
- Rede separativa

2. Rede pública de águas residuais domésticas (Sim=1, Não=0)

- Cobertura total

3. Natureza do meio receptor das águas residuais:

Cursos de águas permanentes=1, Albufeira=2, Mar=3, Outros=4 (referir) _____

4. Águas residuais submetidas a tratamento (Sim=1, Não=0)

- Fossa séptica
- Estação de tratamento

5. Localização da unidade de tratamento. Concelho _____ Freguesia _____

A preencher pelo INE

--	--	--	--	--	--

B3 Recolha de Lixo

1. Existe recolha de lixo (Sim=1, Não=0)

- Cobertura total

2. Frequência da recolha

5 ou mais dias por semana=5

4 dias por semana=4

3 dias por semana=3

2 dias por semana=2

1 dia por semana=1

3. Modo de recolha (Sim=1, Não=0)

Caixote do lixo

Contentor

Saco de papel ou plástico

4. Existe recolha específica de outros materiais para reciclar (Sim=1, Não=0)

- vidros

- outros (Referir)

5. Recolha de objectos de grandes dimensões (Sim=1, Não=0)

6. Destino final do lixo: (Concelho e Freguesia onde se localiza)

- Lixeira Concelho _____ Freguesia _____

- Aterro sanitário Concelho _____ Freguesia _____

- Central de tratamento Concelho _____ Freguesia _____

A preencher pelo INE

C - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

C1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO (Sim=1, Não=0)

1.1- A Freguesia é servida a menos de 5 Km's por:

- Itinerário Principal

- Itinerário Complementar

- Outra estrada nacional

1.2. Centro Coordenador de Transportes, Central de camionagem

1.3. Carreira de transportes públicos

- Regular diária

- Regular não diária

- 1.4. Praça de táxis
 - Indique o nº de táxis (9 e mais=9)
- 1.5 Rede de transportes urbanos

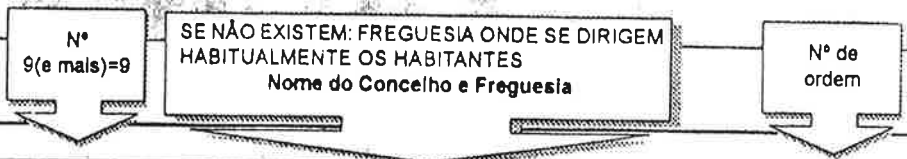
C2 Transporte Ferroviário (Sim=1, Não=0)

- 2.2. A Freguesia é servida a menos de 2 Km por:
 - Estação
 - Apeadeiro
- 2.1. A Freguesia é servida a menos de 10 Km:
 - Estação
 - Apeadeiro
- 2.3. Há um meio de transporte:
 - Diário
 - Não Diário

C3 Comunicações (9 e mais=9)

1. Posto de correio
2. Estação de correio
 2.1. Corfac
 2.2. Serviços financeiros
3. Estação de correio itinerante
4. Distribuição domiciliária (Sim=1, Não=0)
 4.1. Diária
 4.2. Não Diária

D - ENSINO



D1 Educação Pré-Primária

- Nº de estabelecimentos
1. Educação Pré-Primária pública _____
2. Educação Pré-Primária privada _____

D2 Ensino Básico Público

- Nº de estabelecimentos
1. 1º Ciclo (1º a 4º ano de escolaridade) _____
- 1.1. Escola servida por refeitório _____
2. 2º Ciclo (5º e 6º anos de escolaridade) _____
3. 3º Ciclo (7º, 8º e 9º anos de escolaridade) .. _____

D3 Ensino Básico Privado

- Nº de estabelecimentos
1. 1º Ciclo (1º a 4º ano de escolaridade) _____
- 1.1. Escola servida por refeitório _____
2. 2º Ciclo (5º e 6º anos de escolaridade) _____
3. 3º Ciclo (7º, 8º e 9º anos de escolaridade) .. _____

D4 Ensino Secundário Público		Nº 9(e mais)=9	SE NÃO EXISTEM: FREGUESIA ONDE SE DIRIGEM HABITUALMENTE OS HABITANTES Nome do Concelho e Freguesia	Nº de ordem
Nº de estabelecimentos				
1. 10º e 11º anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. 12º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

D5 Ensino Secundário Privado				
Nº de estabelecimentos				
1. 10º e 11º anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. 12º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

E - SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL		EXISTÊNCIA Sim=1 Não=0	SE NÃO EXISTEM: FREGUESIA ONDE SE DIRIGEM HABITUALMENTE OS HABITANTES Nome do Concelho e Freguesia	Nº de ordem
E1 Estabelecimentos Públicos				
1.1. Hospital não especializado	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2.1. Hospital especializado	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. Centro de Saúde	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Com internamento	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
Indicar a freguesia a que pertence o Centro de Saúde respectivo				
3. Extensões de Centro de Saúde	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
Nº (9 ou mais=9)				
4. Posto Médico/enfermagem	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
5. Laboratório de Análises Clínicas	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

E2 Saúde Pública Veterinária				
(sim=1, não=0)				
1. Controlo de matadouro	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. Controlo de mercados e lotas	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
3. Controlo sanitário animal	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

E3 ESTABELECEMENTOS PRIVADOS				
1. Hospital/Clinica	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. Posto Médico/enfermagem	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
3. Laboratório de Análises Clínicas	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
4. Farmácias	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
5. Consultório Médico	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Generalista/Clinica geral	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Pediatria	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Psiquiatria	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Ortopedia, Traumatologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Oftalmologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Cardiologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Ginecologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Obstetrícia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Urologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Estomatologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Dermatologia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
- Caso existam outras, mencione-as:	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

EXISTÊNCIA
SIM=1
NÃO=0

SE NÃO EXISTEM: FREGUESIA ONDE SE DIRIGEM
HABITUALMENTE OS HABITANTES
Nome do Concelho e Freguesia

Nº de
ordem

E4 Acção Social

1. Orfanato	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
2. Jardim de infância/Creche	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
3. Lar da 3ª Idade	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
4. Centro de dia	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
5. Centro reabilitação de tóxico-dependentes	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>
6. Centro de apoio ao emprego	<input type="checkbox"/>	_____	_____	<input type="checkbox"/>

F - DESPORTO

F1 Equipamentos / Infraestruturas (Sim=1, Não=0)

1. Piscina coberta	<input type="checkbox"/>
2. Piscina descoberta	<input type="checkbox"/>
3. Salas de desporto e pavilhões	<input type="checkbox"/>
4. Grandes campos de jogos (>90 x 45m)	<input type="checkbox"/>
5. Pequenos campos de jogos (excluindo ténis)	<input type="checkbox"/>
6. Campos de ténis	<input type="checkbox"/>
7. Pistas de atletismo	<input type="checkbox"/>
8. Centro de equitação	<input type="checkbox"/>
9. Circuito de manutenção	<input type="checkbox"/>
10. Campo de golf	<input type="checkbox"/>
11. Pista de motocross/autocross	<input type="checkbox"/>
12. Campo de tiro	<input type="checkbox"/>
13. Outro local ou equipamento desportivo, indicar _____	<input type="checkbox"/>

F2 Associações desportivas / Clubes (9 ou mais=9)

G - CULTURA E LAZER (Sim=1, Não=0)

1. Biblioteca aberta ao público	<input type="checkbox"/>
2. Serviço de Biblioteca itinerante	<input type="checkbox"/>
3. Arquivo	<input type="checkbox"/>
4. Museu	<input type="checkbox"/>
5. Centro Cultural / Casa da Cultura	<input type="checkbox"/>
6. Sala de espectáculos conferências e congressos	<input type="checkbox"/>
- Tem funcionamento regular	<input type="checkbox"/>
- Tipo de actividades que se podem realizar nessa sala:	
- Conferências, congressos	<input type="checkbox"/>
- Cinema	<input type="checkbox"/>
- Teatro	<input type="checkbox"/>
- Opera / Ballet	<input type="checkbox"/>
- Outras actividades	<input type="checkbox"/>
7. Galeria de Arte	<input type="checkbox"/>
8. Salão de festas	<input type="checkbox"/>
9. Centro de apoio à juventude	<input type="checkbox"/>
10. Escola de Música, Dança e outras Artes	<input type="checkbox"/>
11. Grupo Musical	<input type="checkbox"/>
12. Grupo de Teatro	<input type="checkbox"/>
13. Grupo Folclórico	<input type="checkbox"/>
14. Outras associações culturais	<input type="checkbox"/>
15. Imprensa local	<input type="checkbox"/>
16. Rádio local	<input type="checkbox"/>

H - CAPACIDADE DE AGOLHIMENTO DA FREGUESIA [N° (9 e mais=9)]

- | | |
|---|--------------------------|
| 1. Hotel de Turismo (hotel, motel, hotel-apartamento) | <input type="checkbox"/> |
| 2. Residências | <input type="checkbox"/> |
| 3. Pensões | <input type="checkbox"/> |
| 4. Pousadas, estalagens | <input type="checkbox"/> |
| 5. Parques de campismo, caravanismo | <input type="checkbox"/> |
| 6. Pousadas / centros de juventude | <input type="checkbox"/> |
| 7. Colónia de férias | <input type="checkbox"/> |
| 8. Turismo de habitação | <input type="checkbox"/> |
| 9. Turismo em espaço rural | <input type="checkbox"/> |
| 10. Outros (referir) | <input type="checkbox"/> |

I - PÓLOS DE ATRACÇÃO TURÍSTICA (Sim=1 , Não=0)

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------|
| 01. Salas de jogo | <input type="checkbox"/> |
| 02. Parques Naturais | <input type="checkbox"/> |
| 03. Praia | <input type="checkbox"/> |
| 04. Parques de exposição | <input type="checkbox"/> |
| 05. Parques de diversões | <input type="checkbox"/> |
| 06. Património Monumental | <input type="checkbox"/> |
| 07. Actividades de Caça e Pesca | <input type="checkbox"/> |
| 08. Locais de diversão nocturna | <input type="checkbox"/> |
| 09. Termas | <input type="checkbox"/> |
| 10. Artesanato | <input type="checkbox"/> |
| Outros (referir no máximo 3) | <input type="checkbox"/> |
| 11. | <input type="checkbox"/> |
| 12. | <input type="checkbox"/> |
| 13. | <input type="checkbox"/> |

Indicar por ordem de importância os três principais pólos de atracção turística (ver código acima)

1° 2° 3°

TRATAMENTO DOS INQUÉRITOS

→ Dado não existirem estabelecimentos com actividade principal de tabacaria, pastelaria, comércio de gás, quiosque, porque se tratam de actividades que se encontram normalmente agrupadas no mesmo estabelecimento, aquelas funções foram consideradas de forma isolada.

→ Consideraram-se apenas as grandes tendências da população. A este nível de desagregação em que quase todas as pessoas se conhecem e têm laços de parentesco entre si, as preferências e escolhas são em grande parte condicionadas por essa situação, independentemente dos factores qualidade e localização.

→ As pessoas inquiridas são reconhecidas como líderes de opinião dos respectivos sítios.

→ Foram consideradas as relações entre residentes nacionais. Os residentes estrangeiros têm padrões de consumo completamente distintos e que não se torna possível compatibilizar com este estudo.

→ Quando existem influências de um sítio de outra Freguesia, este é identificado com o nome do Concelho correspondente.

Ex: Esteval pertence à freguesia de Almancil (Loulé). Foi identificado como Loulé.

Bela Salema pertence à freguesia da Conceição (Faro). Foi identificada como Faro.

→ não foi considerado o sítio da Ladeira pois tem população muito envelhecida e inferior a dez pessoas, não podendo ser identificada uma tendência clara e uniforme.

Ficha técnica:

Entrevistas de campo realizadas no periodo de Outubro/96 a Fevereiro/97, através de questionário directo.

Universo: 28 pessoas do sexo masculino e 2 do sexo feminino, cuja área de residência se distribui por todos os sítios. Todas têm em comum o facto de serem maiores de 35 anos e viverem há pelo menos 20 anos no respectivo sítio, podendo-se dizer que são representativos da área onde residem pois conhecem de forma profunda os movimentos da população.

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, General João; Roteiros dos Monumentos Militares Portugueses, vol. III, Lisboa, Edição do Autor, 1945
- Alves, Manuel Brandão; As Possibilidades do Desenvolvimento Local, Lisboa, Edições SPER, s/ data
- Alves, Manuel Brandão; Artigos inseridos nas edições do Semanário Expresso de 20/01/96, 03/02; 10/02;25/05 e 08/06
- Anica, Arnaldo Casimiro; Freguesias, Vilas e Cidades do Algarve (Sua antiguidade e população), Vila Real Santo António, Edição Viprensa, Lda, 1994
- Boudeville, J. R., Les espaces économiques, Paris, 1970, citado por Piccand (1984)
- Câmara Municipal de Faro; Plano Estratégico da Cidade de Faro, Junho 1995
- Câmara Municipal de Faro; Relatório do PDM, 1996
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve; Caderno de Administração Autárquica; Situação Financeira dos Municípios - Faro 1993/94; Fevereiro 1996
- Friedman J., Weaver C., Territory and Function, Londres, 1979, citado por Piccand (1984)
- Gravier, J.; Économie et Organization Régional, Paris, 1971, citado por Piccand (1984)
- Henriques, José Manuel; Municípios e Desenvolvimento, Lisboa, Escher Publicações, 1990
- Iria, Alberto; Anais do Município de Faro, 1985
- Kanter, Rosabeth Moss; A vantagem competitiva das cidades, texto inserido na "Exame Executive digest, Janeiro 1996
- Kotler, Philip; Marketing Places, McGraw Hill, 1993
- L'Observateur de l'OCDE, nº197, Dezembro 95 - Janeiro 96

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

BIBLIOGRAFIA (Cont.)

Machado, José Pedro; Santa Bárbara de Nexe - Separata dos "Anais do Município de Faro", Faro, Tipografia União, 1974

Omahe, Kenichi; O fim do Estado-Nação, texto inserido na revista "Exame Executive digest", Fevereiro 1995

Piccand, R., Création d'Effets Externes Positifs dans les Régions Dispersées, Fribourg (Suíça), 1984

Pinto, Maria Mendonça; Santa Bárbara de Nexe - Estudo monográfico, Loulé, Tipografia Comercial, 1987

Porter, Michael E.; A vantagem competitiva das Cidades, texto inserto na revista Exame de Novembro 95

Reis, José; Os espaços da Indústria: a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal, Porto, Afrontamento, 1992

Richardson H. W., The economics of urban size, Farnborough, 1973

Schwefel, D.; Grundbedürfnisse und Entwicklungspolitik, Baden-Baden, 1978, citado por Henriques (1990)

Silva, Nuno Cardoso; Desenvolvimento regional; artigo inserido no jornal "Expresso" de 25/01/97

Stöhr W. B., Development from Below: The Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm, Chichester, 1981

Stöhr W. B., Tödling F., Qualitative und Strukturelle Aspekte der Regionalpolitik aus Europäischer Sicht, 1982, citado por Henriques (1990)

Stöhr W. B., Tödling F., Spatial Equity, in Papers of the Regional Science Association, 1977

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

BIBLIOGRAFIA (Cont.)

Suttles, G.; *The Social Construction of Communities*, Chicago, 1972, citado por Henriques (1990)

Veiga, Estácio da; *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891,
Vol. IV

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

ÍNDICE GERAL

Assunto	Pág.
REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	
Fundamentos do desenvolvimento local	1
Aproximações teóricas ao desenvolvimento local	5
<i>Abordagem segundo a insatisfação das necessidades</i>	6
<i>Abordagem segundo os efeitos externos</i>	8
<i>Abordagem segundo o ciclo de pobreza</i>	13
A problemática das disparidades regionais	15
<i>A concentração urbana</i>	15
<i>O retorno do interesse pelas regiões periféricas não congestionadas</i>	16
Estratégias de desenvolvimento regional	19
<i>A integração funcionalista</i>	21
<i>A integração territorialista</i>	23
<i>A integração empresarial</i>	25
Conclusão	30
A FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA DE NEXE	
Caracterização geral	33
<i>Origens</i>	33
<i>Aspectos demográficos</i>	37
<i>Actividades económicas</i>	38
⇒ Agricultura	42
⇒ Indústria	45
⇒ Comércio	47
⇒ Serviços	49

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

ÍNDICE GERAL (Cont.)

Assunto	Pág.
<i>Educação</i>	51
<i>Saúde</i>	53
<i>Actividades sócio-culturais e desportivas</i>	53
⇒ Equipamento social	54
⇒ Associações	54
⇒ Acontecimentos sociais	55
⇒ Cultura	56
⇒ Desporto	58
<i>Pontos de atracção turística</i>	59
<i>Infraestruturas viárias e transportes públicos</i>	59
<i>Saneamento básico e água canalizada</i>	63
<i>Telefone e electricidade</i>	64
AS ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA	
Enquadramento legal	66
<i>O PROT Algarve</i>	66
<i>O PDM de Faro</i>	67
Diagnóstico estratégico da Freguesia	77
<i>Prioridades de investimento</i>	79
<i>Vectores estratégicos de desenvolvimento (Matriz Estratégica)</i>	81
Conclusão geral	87
 Anexos	
Impresso tipo dos inquéritos realizados	
Tratamento dos inquéritos (inclui ficha técnica)	
 Bibliografia	

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

INDÍCE das FIGURAS e dos QUADROS

Assunto	Pág.
Fig. 1 - Abordagem segundo a insatisfação das necessidades	7
Fig. 2 - Abordagem segundo os efeitos externos	12
Fig. 3 - Abordagem segundo o ciclo de pobreza	14
Quadro 1 - Políticas de desenvolvimento regional	29
Fig. 4 - Divisão Administrativa do Algarve	34
Fig. 5 - Mapa indicativo dos diversos sítios da Freguesia	35
Quadro 2 - Evolução demográfica dos sítios da Freguesia	36
Quadro 3 - Evolução demográfica da Freguesia	36
Quadro 4 - % de população da Freguesia no Concelho	37
Quadro 5 - Influência dos concelhos limítrofes no consumo bens e serviços (primeiras escolhas)	39
Quadro 6 - A capacidade de atracção dos diversos sítios em matéria de consumo de bens e serviços (primeiras escolhas no interior da Freguesia)	41
Quadro 7 - Distribuição da população activa por sectores de actividade em 1991	42
Quadro 8 - Situação perante o emprego em 1991 (população activa \geq 12 anos)	42
Quadro 9 - População agrícola familiar na Freguesia	44
Quadro 10 - Funções comerciais existentes nos diversos sítios	48
Quadro 11 - Nº de bens de consumo corrente existentes no comércio dos diversos sítios	49
Quadro 12 - Serviços existentes nos diversos sítios	50
Quadro 13 - Escolas primárias existentes e respectiva área de influência	52
Quadro 14 - Estudantes que se deslocam da Freguesia para Concelhos limítrofes e para Faro (Cidade)	52
Fig. 6 - Mapa das estradas da Freguesia	60
Quadro 15 - Motorização por Freguesia	61
Fig. 7 - Carreiras públicas existentes na Freguesia e respectiva frequência (nº carreiras p/ dia)	62

TESE DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DE NEXE

INDÍCE das FIGURAS e dos QUADROS (Cont.)

Assunto	Pág.
Fig. 8 - Distribuição da rede saneamento básico da Freguesia	64
Quadro 16 - Modelo urbano do Concelho de Faro	69
Fig. 9 - Mapa de afectação dos solos em função do PDM	71
Quadro 17 - Grandes áreas de intervenção do PDM	73
Quadro 18 - Matriz estratégica da Freguesia	83

